



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro Biomédico

Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro

Welison Matheus Fontes da Silva

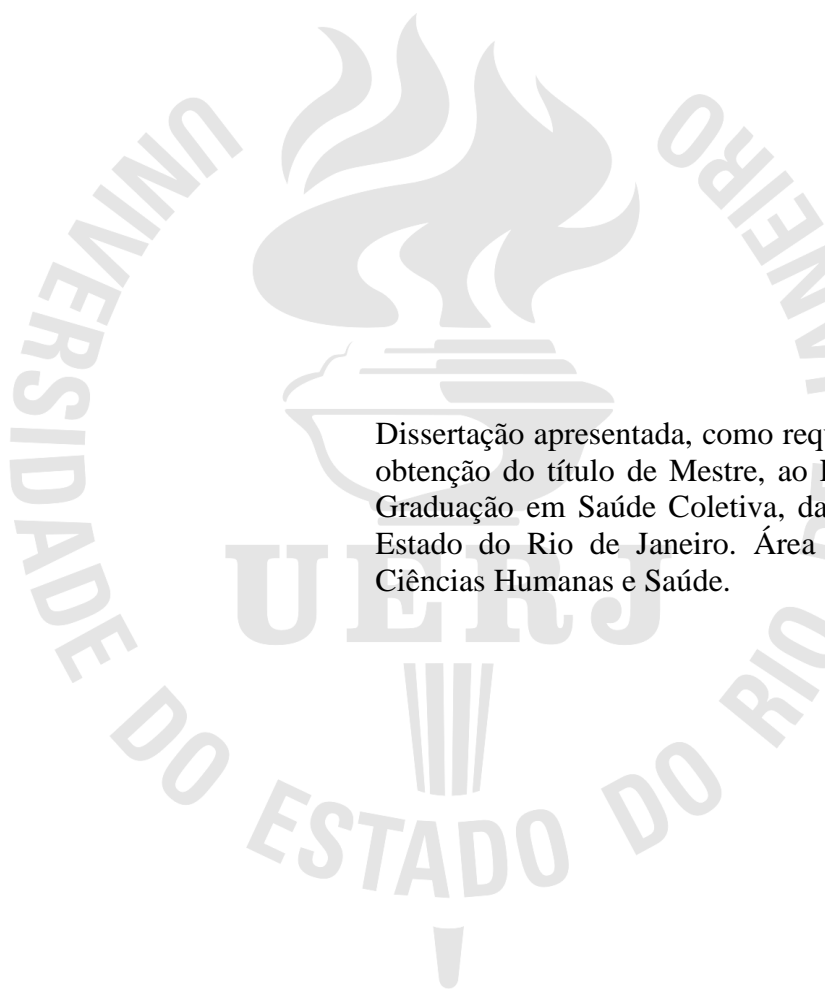
Uma análise das temáticas de gênero e sexualidade acionadas por uma entidade do movimento estudantil universitário no Rio de Janeiro no período entre 2018 e 2020

Rio de Janeiro

2022

Welison Matheus Fontes da Silva

Uma análise das temáticas de gênero e sexualidade acionadas por uma entidade do movimento estudantil universitário no Rio de Janeiro no período entre 2018 e 2020



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ciências Humanas e Saúde.

Orientadora: Prof.^a Dra. Claudia Mercedes Mora Cárdenas

Coorientadora Prof.^a Dra. Vanessa Jorge Leite

Rio de Janeiro

2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CB/C

S586 Silva, Welison Matheus Fontes da

Uma análise das temáticas de gênero e sexualidade acionadas por uma entidade do movimento estudantil universitário no Rio de Janeiro no período entre 2018 e 2020 / Welison Matheus Fontes da Silva – 2022.

106 f.

Orientadora: Prof.^a Dra. Claudia Mercedes Mora Cárdenas
Coorientadora Prof.^a Dra. Vanessa Jorge Leite

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro.

1. Gênero – Teses. 2. Sexualidade – Teses. 3. Enquadramento interseccional – Teses. 4. Estudantes – Teses. 5. Ativismo político – Teses. 6. Movimentos estudantis – Rio de Janeiro. I. Cárdenas, Claudia Mercedes Mora. II. Leite, Vanessa Jorge. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro. IV. Título.

CDU 305

Bibliotecária: Marianna Lopes Bezerra – CRB 7 6386

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Welison Matheus Fontes da Silva

Uma análise das temáticas de gênero e sexualidade acionadas por uma entidade do movimento estudantil universitário no Rio de Janeiro no período entre 2018 e 2020

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ciências Humanas e Saúde.

Aprovada em 16 de dezembro de 2022.

Orientadora: Prof.^a Dra. Claudia Mercedes Mora Cárdenas
Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro – UERJ

Coorientadora: Prof.^a Dra. Vanessa Jorge Leite
Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro – UERJ

Banca Examinadora: _____
Prof. Dr. Horacio Federico Sívori
Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro - UERJ

Prof.^a Dra. Daniele Batista Brandt
Faculdade de Serviço Social – UERJ

Prof. Dr. Marcos Ribeiro Mesquita
Universidade Federal de Alagoas

Rio de Janeiro

2022

AGRADECIMENTOS

Não teria como não começar os agradecimentos desta dissertação senão pelas interlocutoras dessa pesquisa. Obrigado por terem acreditado e concedido a mim a oportunidade de falar sobre questões que se expressaram de diversas maneiras em suas trajetórias. É claro que a rica experiência do nosso encontro vai muito além das páginas aqui escritas, pois esses aprendizados levarei comigo por toda a vida.

À minha família, em especial minha mãe, Denise, meu pai, Roberto, minha avó Terezinha e a minha tia madrinha, Rosângela. Pelo esforço, o apoio e o amor que cada um se dedicou de seu próprio modo. Nem sempre foi fácil reconhecer isso, mas vocês pavimentaram o caminho para que eu pudesse chegar até aqui.

Às minhas orientadoras Cláudia Mora e Vanessa Leite, que tornaram essa etapa da minha vida, em meio a uma pandemia, um pouco mais leve. Obrigado por terem acreditado em mim, pela paciência, pelo diálogo e pela leitura atenta de cada parágrafo produzido desde o primeiro esboço dessa pesquisa, me ajudando também a entender meu papel enquanto pesquisador.

A todos/as os/as professores/as do Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro da UERJ pelas disciplinas ministradas, em especial, ao Horacio Sívori, por ter me acolhido em seus seminários de orientação, possibilitando não apenas debates acerca do meu trabalho e as discussões sobre os trabalhos de todos, mas também fortuitas conversas que fizeram esse momento menos solitário, ainda que a partir das pequenas telas do *Zoom* e do *Meet*. Gostaria de agradecer também à UERJ e ao IMSHC, pelo apoio na realização da minha pesquisa.

Ao professor Marcos Mesquita, pelas contribuições na etapa da qualificação do projeto de pesquisa e pelos trabalhos acadêmicos que foram a base de sustentação deste trabalho. À professora Daniele Brandt, agradeço ainda pelos ensinamentos que trago desde a graduação. Sou muito grato por terem aceitado compor a banca e contribuir para esta pesquisa, concedendo tempo e atenção ao trabalho.

Aos amigos, que me acompanham nessa jornada, em especial, Danilo Castro, Juan Leonel, Junior Leite, Vinicius Dias e Walter Caminha, que se fazem presentes quando precisam estar, para aliviar os momentos difíceis da vida, mesmo que isso signifique ficar no *after* até as 8 da manhã de segunda-feira. Ao amigo de longa data, Leonardo Oliveira, que está presente desde os tempos de escola, mas mantém a coragem de gostar de mim.

Um agradecimento especial por todas as amizades que a UERJ me proporcionou, em especial Amanda Borges, Andressa Moura, Anita Felix e Luíza Oliveira, que estão comigo desde o primeiro dia que esse sonho, de estar em uma universidade pública, foi realizado. Vocês apareceram nos agradecimentos da monografia e continuam aqui, porque esse encontro vai muito além dos blocos cinzas da UERJ.

Às pessoas que chegam agora, vindas por caminhos diversos, mas que fizeram essa reta final mais afetuosa, especialmente as companheiras do Núcleo de Estudos da Saúde do Adolescente da UERJ, Aristela, Dayse, Fabianne, Luma, Janayna, Neidy e Viviane. Aos meus *roomies*, Iago e Felipe, que respeitaram os momentos que precisei me isolar no quarto, mas também garantiram os momentos de descontração. E claro, ao paulistano que se tornou o combustível que eu precisava para concluir esse trabalho, Felipe Ferreira.

Às companheiras do CASS/UERJ, por todos os momentos de afeto, as participações nos atos, as aprendizagens eternas e o compromisso de ir à luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

Ao coletivo negro Makota Valdina do IMSCH, pelo apoio ainda no processo de seleção para o mestrado e, posteriormente, pelas trocas de ideias e comprometimento na luta anti-racista.

E, por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa concedida, fundamental para a realização desta pesquisa.

A utopia está no horizonte.
Me aproximo dois passos,
Se distancia dois passos
e o horizonte corre dez passos mais.
Por mais que eu caminhe,
nunca o alcançarei.
Para que serve a utopia?
Para isso, para caminhar.

Eduardo Galeano

RESUMO

SILVA, Welison Matheus Fontes da. **Uma análise das temáticas de gênero e sexualidade acionadas por uma entidade do movimento estudantil universitário no Rio de Janeiro no período entre 2018 e 2020.** 2022. 106 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

O Centro Acadêmico de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (CASS/UERJ) é uma entidade representativa estudantil que vem, ao longo dos anos, evocando algumas temáticas que não se restringem apenas ao espaço universitário, dentre estas, as discussões sobre gênero e sexualidade. Em vista disso, a pesquisa busca reconstruir o acionamento dessas temáticas pelo CASS/UERJ de modo a analisar quais aspectos, como as trajetórias das integrantes, outras experiências de ativismos, diálogo com outros coletivos, dentre outras movimentações, influenciaram esse acionamento. A primeira parte do trabalho se dedicará ao processo de produção dessas pautas relacionadas a gênero e sexualidade. Assim, para percorrer as pautas mobilizadas, foram utilizados materiais colhidos da página do Facebook do CASS/UERJ, entre 2018 e 2020, e informações colhidas nas entrevistas realizadas com integrantes e ex-integrantes. A segunda parte do trabalho se propõe a analisar o contexto histórico e político em que ocorreu esses acionamentos, de modo que possamos também refletir sobre as estratégias e os limites dessa entidade estudantil, sobretudo diante dos ataques de setores conservadores. Na terceira parte desta dissertação é explorado como se manifestam os significados de pertencimento ao CASS/UERJ, em termos dos eixos de diferenciação social e agenciamentos, bem como o próprio significado da trajetória dessas interlocutoras no processo de produção de si enquanto sujeitas e que as impulsionam a sustentar uma discussão sobre gênero e sexualidade que permeia também o contexto universitário.

Palavras-chave: Movimento estudantil. Gênero. Sexualidade. Interseccionalidade. Agência.

ABSTRACT

SILVA, Welison Matheus Fontes da. **An analysis of gender and sexuality-related discussions proposed by a university student organization in Rio de Janeiro between 2018 and 2020.** 2022. 106 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

The Social Service Student Union of the State University of Rio de Janeiro (CASS/UERJ) is a student organization that, throughout the years, has been touching upon matters that are not limited to the academic space, such as discussions about gender and sexuality, among others. Thus, this work traces the approaches adopted by CASS/UERJ to propose those themes in order to analyze which aspects can influence their choices: the members' backgrounds, other forms of activism, interaction with other organizations, and so forth. The first part of this research is dedicated to the process of production of topics related to gender and sexuality. To go over those issues, posts from the CASS/UERJ Facebook page published between 2018 and 2020 will be retrieved, as well as semi-structured interviews with current and former members of the union. The second part of this research aims to analyze the historical and political moment in which those subjects were raised, leading to the understanding of the strategies and limits of the student organization, especially in relation to the offensive of conservative sectors in our society. In the third part, the idea of belonging to CASS/UERJ is explored, considering the axes of social differentiation and agency, in addition to the meaning of the trajectories of the interviewees in the process of becoming subjects and their motivation to engage in discussions about gender and sexuality within the academic environment.

Keywords: Student Movement. Gender. Sexuality. Intersectionality. Agency.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Novas sinalizações para o uso de banheiros inclusivos. Facebook, Página Centro Acadêmico de Serviço Social da UERJ – CASS (21/07/2018)	32
Figura 2 –	Bloco de mulheres da UERJ presente no ato pela legalização do aborto. Fonte: Facebook, Página Centro Acadêmico de Serviço Social da UERJ – CASS (09/08/2018)	43
Figura 3 –	Informativo sobre Stonewall e o Dia Internacional do Orgulho LGBTQ+. Facebook, Página Centro Acadêmico de Serviço Social da UERJ – CASS (28/06/2018). Publicação 27	49
Figura 4 –	Panfletos deliberados em assembleia estudantil para ser construído por estudantes de Serviço Social. Facebook, Página Centro Acadêmico de Serviço Social da UERJ – CASS (25/10/2018). Publicação 20	52
Figura 5 –	Banner de divulgação da calourada do Serviço Social 2018.2. Facebook, Página Centro Acadêmico de Serviço Social da UERJ – CASS(31/08/2018)	68
Figura 6 –	Banner de divulgação da calourada do Serviço Social 2019.2. Facebook, Página Centro Acadêmico de Serviço Social da UERJ –	
Figura 7 –	CASS (03/08/2019)..... Banner de divulgação da calourada do Serviço Social 2020.1. Facebook, Página Centro Acadêmico de Serviço Social da UERJ – CASS (27/02/2020).	72 75

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Publicações na página do CASS/UERJ no Facebook no período 2018-2020.....	39
Quadro 2 –	Perfil do/as entrevistado/as	106

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

8M	8 de Março (Dia Internacional das Mulheres)
ADPF	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
ALERJ	Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
ASDUERJ	Associação de Docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro
CA	Centro Acadêmico
CASS/UERJ	Centro Acadêmico de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
CSP-CONLUTAS	Central Sindical e Popular Conlutas
DCE	Diretório Central dos Estudantes
ENESSO	Executiva Nacional de Estudantes do Serviço Social
ENUDS	Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual
GLBT	Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros
GLS	Gays, Lésbicas e simpatizantes
GLT	Gays, Lésbicas e Travestis
IFRJ	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
IMSHC	Instituto de Medicina Social Hésio Cordeiro
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LGBTI+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Intersexuais
LGBTQIAP+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais e não binários
ME	Movimento Estudantil
MGL	Movimento de Gays e Lésbicas
MML	Movimento Mulheres em Luta
MPL	Movimento Passe Livre
MRT	Movimento Revolucionário dos Trabalhadores
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PcdoB	Partido Comunista do Brasil

PCO	Partido da Causa Operária
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PL	Partido Liberal
PL	Projeto de Lei
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PT	Partido dos Trabalhadores
PTdoB-MA	Partido Trabalhista do Brasil Maranhão
REUNI	Programa de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais
SESO	Serviço Social
SINTUPERJ	Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Públicas Estaduais do Estado do Rio de Janeiro
SUS	Sistema Único de Saúde
UBES	União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UNESP	Universidade do Estado de São Paulo
UP	Unidade Popular
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	15
	O trabalho de campo	25
	Mapa da dissertação	29
1	PRODUZINDO PAUTAS, TENSÕES E ALIANÇAS DENTRO DO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO	31
1.1	A construção das pautas pelo CASS/UERJ	31
1.1.1	<u>A luta pela legalização do aborto</u>	43
1.1.2	<u>Diversidade sexual e diversidade de gênero</u>	49
1.1.3	<u>A luta das coletividades discriminadas socialmente contra o “bolsonarismo”</u>	52
2	UMA ENTIDADE QUE NÃO SEPARA A LUTA DENTRO E FORA DA UNIVERSIDADE: o entrecruzamento de pautas acionadas pelo CASS/UERJ	64
2.1	O enfrentamento aos ataques de setores conservadores	65
2.2	Repensando as estratégias e os limites de uma entidade do movimento estudantil universitário	74
3	VOCÊ SABE QUANDO VOCÊ SE ARREPIA? A construção do sujeito político sob a ótica da interseccionalidade e agenciamento	80
3.1	O CASS/UERJ e a construção do sujeito político	82
3.2	Interseccionalidade e agenciamento na construção da forma de fazer política	85
3.3	O encontro com as [minhas] companheiras e a transformação dessa experiência em linguagem de si	92
	CONCLUSÕES	96
	REFERÊNCIAS	99
	ANEXO A – Roteiro de entrevistas	105

INTRODUÇÃO

“Quando eu entrei na UERJ, eu estava procurando um coletivo LGBT, principalmente por ter esse tema da sexualidade à flor da pele e por essa via também de ver o quanto era difícil, o quanto tinha demorado para mim e demorava muito para várias outras pessoas e era, muita das vezes, um processo violento. Eu entrei na faculdade procurando esse tipo de coletivo LGBT, mas aí virou uma amiga minha, que estava conversando comigo e falou: esse coletivo que você está procurando é isso, você vai ser LGBT, mas vai ser só isso, tem todo um mar de classe trabalhadora, de outros setores que também sofrem pelas consequências do mesmo mal que os LGBTs sofrem que esses coletivos não estão interessados em partir para combater”

Luísa¹ (grifos meus)

Essa dissertação não se propõe a tecer comparações entre as diversas formas de atuação e organização das entidades e coletivos que fazem parte dos movimentos estudantis contemporâneos. Na verdade, a proposta deste trabalho é olhar para uma entidade estudantil universitária específica, o Centro Acadêmico de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (CASS/UERJ) e refletir sobre a atuação dessa entidade no que se refere às temáticas de gênero e sexualidade. O relato trazido para iniciar esse trabalho situa bastante os posicionamentos assumidos pelo CASS/UERJ sobre uma realidade concreta, principalmente no que tange à luta pela garantia dos direitos das camadas pobres, dos povos originários, comunidades tradicionais, negra, LGBTQIAP+² e vítimas de diversas formas de opressões, independentemente se são estudantes universitários ou não.

É preciso dizer que a escolha pela discussão dessa temática no mestrado está longe de ter sido óbvia. Até mesmo ousar afirmar que posso ter demorado um pouco para ter me dado conta da importância dessa entidade estudantil na minha trajetória, sobretudo acadêmica. Por isso, em alguns momentos, me referi que ao longo desses dois anos, esse caminhar na pesquisa, soou quase como um processo terapêutico, que eu precisei extrair o melhor e o pior dessa minha escolha.

Fato é que a pandemia de Covid-19 me colocou em constante questionamento do meu papel como discente de um programa de pós-graduação em Saúde Coletiva e das minhas possibilidades diante desse nebuloso período. E isso me fez revisitar algumas memórias que

¹ Fragmento da entrevista concedida no dia 24 de março de 2022.

² Optei nessa dissertação em utilizar a sigla LGBTQIAP+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, *Queer*, Assexuais, Pansexuais e não-binárias) visto que, ao longo do tempo, novas identidades em relação às expressões de gênero e sexualidade se colocam no cenário político e buscam pelo próprio reconhecimento. A incorporação dessas novas identidades será abordada mais a frente nesse trabalho. Também é importante salientar que essa decisão foi motivada com a finalidade de trazer a devida visibilidade às identidades autodeclaradas pelas interlocutoras desse trabalho.

me levaram à decisão de estar nesse lugar de pesquisador em formação, principalmente um pesquisador que está implicado afetiva, ideológica e profissionalmente com seu objeto de estudo, com o quadro teórico-epistemológico no qual se baseia, com as instituições às quais pertence e com a sociedade da qual faz parte. Por isso, asseguro que não há neutralidade nas minhas ações e, em vista disso, essa dissertação não poderia ser constituída de outra forma senão como fruto de uma relação entre ciência e política, pesquisa e militância. Além disso, entendo que essa investigação não se propõe a encontrar resultados estanques, uma vez que todo o conhecimento é situado (HARAWAY, 2009) e que, se trata, nesse sentido, de uma construção momentânea, mutável e limitada.

Entrei na universidade pública em 2014, sendo o primeiro da minha família a ter a possibilidade de ocupar esse espaço que conta, hoje, com um corpo discente muito mais plural em razão das políticas afirmativas e grande investimento do governo federal na ampliação do acesso às universidades, públicas e privadas pelo país, compromisso assumido pelo governo Lula com o movimento negro em seu primeiro mandato (CARVALHO, 2006). Meu ingresso na UERJ ocorre bem em tempos que o mesmo partido que contribuiu para essa “democratização”³ do ensino superior, o Partido dos Trabalhadores (PT), estava sob constante ataque midiático, influenciando significativa revolta por parte da população, que também esteve nas ruas em 2013, mobilizando diversas pautas políticas para o futuro do Brasil, tanto de forças progressistas quanto conservadoras, que continuaram reverberando nos processos políticos que se sucederam.

Como na situação da história narrada na epígrafe desta introdução, busco, a partir da minha entrada na UERJ, me posicionar enquanto um sujeito político que entende seu papel enquanto estudante de uma universidade pública, isso é, que passa pelo filtro social que é o vestibular e enfrenta diversos dilemas para sua permanência nesse ambiente que pode ser bastante excludente. Por isso, entendendo as dificuldades que muitos jovens LGBTQIAP+, sobretudo a população trans e travesti⁴, passam cotidianamente para ingressar e se manter nas

³ Cislighi e Silva (2012) propõem que o termo “democratização” seja utilizado numa perspectiva transformista para buscar a adesão de setores progressistas da comunidade universitária. Os autores se apoiam na perspectiva de massificação proposta por Neves e Pronko (2008), no qual o termo “massificação” ilustra melhor a expansão do ensino terciário, por meio de várias formas de diversificação que ocorre no sentido de cumprir um duplo objetivo: “formar força de trabalho qualificada de acordo com as necessidades do modelo de acumulação, e ao mesmo tempo, buscar coesão social, ampliando as possibilidades de acesso ao ensino superior, mesmo que menos qualificadas” (p.495).

⁴ De acordo com estudo da Comissão de Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), cerca de 82% da população trans sofre com evasão escolar. Disponível em: <<https://www.brasildefatopr.com.br/2020/01/30/populacao-trans-ainda-sofre-com-violencia-e-falta-de-acesso-a-saude-e-educacao>> acesso em 24/06/2022.

universidades públicas, me interesse em contribuir para que outros dos *meus*⁵ possam ter as mesmas chances que eu tive e de guiar, também, minha jornada acadêmica no sentido de mobilizar uma pedagogia engajada, na qual a teoria não exerce apenas papel fundamental na formação do sujeito, mas na própria vida desses atores e atrizes sociais.

Como propõe Lima (2020), a entrada na universidade pode significar um momento muito solitário para aqueles sujeitos que nem sempre se sentiram pertencentes a este lugar e, por isso, há de certo modo uma busca pelos seus pares, no sentido de se fortalecer coletivamente e sobreviver a esse ambiente. Em síntese, segundo a mesma autora, “a *solidão* é ‘superada’ no encontro com os seus, dando lugar ao *acolhimento*” (id.ibid., grifos da autora). E para essa pesquisa, é interessante refletir como esse acolhimento pode ser interpretado pela noção de agência, para entender, como propõem Mahmood (2019) e Ortner (2007), as ações facultadas dos indivíduos e os próprios limites da estrutura em que estes estão inseridos. Nesse sentido, levanto como hipótese que o acionamento das questões de gênero e sexualidade pela entidade estudantil, lócus dessa pesquisa, pode simbolizar uma forma de agência possível, como via para resistir e reverter determinados discursos e práticas, sobretudo em tempos de onda conservadora (ALMEIDA, 2017; BIROLI et al. 2020).

Portanto, questionava-me como seria possível as jovens estudantes contribuírem, dentro dos seus limites de atuação, para que as temáticas acerca das questões de gênero e sexualidade fossem acionadas no contexto universitário; sobre quais aspectos, como trajetórias, experiências com ativismos, diálogos com outros coletivos, concorrência com outras pautas, poderiam influenciar a entrada desses temas nos movimentos estudantis; quando e por quem seriam acionadas; sobre as estratégias e modos de expressão que consideraram importantes; as diferenciações que são trabalhadas nesses contextos, dentre tantas outras perguntas. Minha atenção foi despertada, ao longo do processo de me entender como um jovem militante não mais apenas das causas que envolvem a expressão da minha sexualidade, mas também de outras que mobilizaram a defesa da educação pública, a questão racial, dentre outros interesses que me colocam nesse lugar de pesquisador em formação, que se propôs a investigar sobre como as questões de gênero e sexualidade têm sido imbricadas a diferentes movimentos sociais, como nesse caso em específico, os movimentos estudantis, que tradicionalmente não discutiam essas temáticas, embora sejam conhecidos por não

⁵ O pronome “meus” aqui performatiza a força interpelativa de uma coletividade, da qual reitero que embora se constitua de múltiplas vozes, essas não se configuram um sujeito coletivo estável, ainda assim se refere a uma discussão que inclui as relações de poder, a exclusão social, as questões raciais e o preconceito contra as chamadas coletividades discriminadas socialmente.

limitarem suas pautas à esfera da educação, fazendo parte de processos reivindicatórios e em defesa de direitos sociais e políticos (BOUTIN; FLACH, 2017).

Diante da necessidade de avançarmos na produção dos estudos sobre a temática em questão, a pesquisa aqui proposta pretendeu cumprir uma dupla função: a primeira, contribuir para uma discussão acerca dos movimentos estudantis ressaltando a multiplicidade e a heterogeneidade que compõem as entidades e coletivos que constituem esse movimento. A segunda, gerar uma análise sobre gênero e sexualidade que permeia também o contexto universitário, bem como o perfil e o processo de engajamento desses/as jovens universitários/as.

As primeiras inquietações surgiram durante minhas pesquisas bibliográficas iniciais sobre juventudes e políticas sexuais⁶ produzidas sobre esse público, sobretudo a partir do artigo *“Em defesa das crianças e da família”*: *Refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos “conservadores” em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade* (LEITE, 2019), no qual a autora afirma que as “expressões de gênero e sexualidade juvenis têm ocupado um papel fundamental no confronto de concepções e valores em relação à sexualidade e ao gênero” (p.122). Isto me fez questionar se, do mesmo modo, tem sido gestada alguma possibilidade de agência, desses/as mesmos/as jovens universitários/as, frente às controvérsias públicas que têm permeado o cenário político brasileiro, especialmente a partir do processo eleitoral de 2018.

Sucintamente, o artigo mostra que principalmente atores ditos do setor conservador, isto é, parlamentares ligados às bancadas religiosas, têm acionado juízos de valor que criam na sociedade um pânico moral, no que se refere às expressões de gênero e sexualidade juvenis. Apoiam-se no ataque aos direitos sexuais dos jovens ou até mesmo na negação do exercício da própria sexualidade desses sujeitos, chamando atenção para si e para o projeto societário o qual defendem, fortalecendo perspectivas fundamentalistas. Essas tendências, é claro, vão na contramão do que é defendido pelo marco legal – Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e Estatuto da Juventude (2013), que embora tenham suas limitações, ainda seguem como instrumentos fundamentais na defesa de uma maior abertura à diversidade cultural entre os jovens.

Não podemos deixar de mencionar que parte considerável das políticas públicas em torno das questões de gênero e sexualidade voltadas a esses sujeitos são hegemonicamente

⁶ Acompanho Carrara (2015) nas reflexões de que “trabalhar no nível de tais políticas abre a possibilidade de abordar o próprio *dispositivo da sexualidade*, indagando sobre suas fissuras, tensões e horizontes de transformação, em suma, sua própria historicidade” (p.325).

tratadas sob a perspectiva do risco e não do direito, até mesmo pelos próprios formuladores dessas políticas, como discute Leite (2013), ao propor uma articulação da sexualidade adolescente com o prazer, os direitos e a autonomia, e não com a violência. São raras as intervenções junto aos jovens ou na esfera pública que extrapolem as orientações sobre prevenção, proibição e imposição de regras. Muitas vezes, é na própria rede de sociabilidade que os/as jovens encontram algumas respostas que buscam ou o acolhimento que precisam.

Chama a atenção o significativo aumento de coletivos formados por estudantes de graduação e pós-graduação, que segundo Rios e Perez (2020), ocorreram não apenas pelas diferenças geracionais, mas implicaram também as “transformações culturais e políticas mais amplas direcionadas à inclusão de grupos historicamente sub-representados na educação superior [...] em particular no que toca às dimensões raciais, de gênero, classe, sexualidade e identidade de gênero” (p.89). Dentro do contexto universitário, ousou dizer que esses coletivos também se constituem como parte dos movimentos estudantis contemporâneos e, por isso, tal reflexão me parece importante para o que de fato me mobiliza: como essas questões foram acionadas pelos movimentos estudantis?

Percurso brevemente, a seguir, a literatura sobre os movimentos estudantis, que contribuiu para a construção do objeto de pesquisa. Início a partir de uma perspectiva sócio histórica para compreender como essa movimentação surge e sua importância para a sociedade, para entendermos, a partir disso, a incorporação das temáticas de gênero e sexualidade no contexto universitário.

Segundo Bringel (2009), o movimento estudantil é um movimento social *sui generis*, sobretudo em razão do caráter transitório que os estudantes vivenciam na universidade e, conseqüentemente, no próprio movimento. Para o autor, o movimento estudantil adquire sua peculiaridade pela sua composição de sujeitos de diversas classes, reunindo diversos projetos e visões de mundo, caracterizando-se assim como policlassista. Entre as características próprias desse movimento, tradicionalmente encontra-se uma composição de classes médias; posicionamentos ideológicos que variam desde a esquerda mais radical à social-democracia; e demandas que incorporam para além da política universitária, temas amplos da política nacional.

Entretanto, cabe destacar que com as mudanças no perfil discente universitário, há também uma alteração na composição dos movimentos estudantis, que passa a ter uma presença mais significativa de mulheres, pessoas LGBTIQIAP+, negras, dentre outras. Fruto das ações e influências do movimento negro nacional (CARVALHO, 2006), durante os governos federais liderados pelo Partido dos Trabalhadores (PT) (2003-2016), foram

elaboradas políticas públicas que ampliaram o acesso ao ensino superior – como o Programa Universidade Para Todos (PROUNI), o Programa de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais (REUNI), assim como a “Lei de Cotas”. Tais políticas possibilitaram uma maior inserção de pessoas oriundas dos segmentos sociais mais vulneráveis socioeconomicamente nesses espaços, como a população negra. Não se deve esquecer também que os sujeitos coletivos dos novos movimentos sociais se caracterizam pela defesa de uma cultura política participativa e democrática, construída fora dos espaços institucionais, portanto, passam a participar e demandar representatividade dentro dos espaços não ligados à esfera tradicional.

A história tem mostrado que o movimento estudantil não limita sua atuação apenas ao espaço físico e subjetivo da universidade, mas também se inclina a projetos mais amplos e gerais, uma herança do período da atuação durante o regime militar no Brasil. Desde as manifestações organizadas na década de 1960 até os dias atuais, com os atos nacionais pelo Fora Bolsonaro⁷, onde diversos segmentos sociais têm marcado presença, é possível notar a força dos estudantes organizados por questões que não se limitam ao contexto universitário. Segundo Freire,

[...] para os estudantes, de nada adiantava somente discutir, fazer manifestações e tomar conta somente de seus interesses. Para eles, era importante também agir e ir além dos muros da universidade, lutar pela democracia, pelos direitos do cidadão, enfim, por aquilo que faria diferença para a sociedade em si (2010, p.23).

A literatura sobre o tema, entende, em geral, o movimento estudantil como um local de identificação de demandas, portanto acaba ocupando um lugar simbólico, responsável por mostrar aos estudantes as contradições presentes dentro da universidade, com o objetivo de empoderá-los para atuar sobre estas adversidades para além da comunidade acadêmica. Isso significa que haveria uma pretensão em “despertar” os discentes quanto a seus direitos e o reflexo de suas atitudes e ações diante da sociedade, através de eventos como rodas de conversa, cine debates, assembleias, entre outros.

Desse modo, não é raro encontrar a concepção de que o movimento estudantil pode ser considerado um dos primeiros elos entre os estudantes universitários com a vida política, no

⁷ Os atos nacionais, cujas pautas centrais são o impeachment de Bolsonaro, em protesto pelas 550 mil mortes pela pandemia de Covid-19, pela volta do auxílio emergencial de R\$600 e por vacina para todos, têm acontecido desde 29 de maio de 2021 e foram realizados pela Campanha Nacional Fora Bolsonaro, que reúne as centrais sindicais e diversos partidos da oposição – PT, PSB, PDT, PSOL, PCdoB, PSTU, PCB, PCO e UP -, além de organizações como a União Brasileira dos Estudantes (UNE) e da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES). Fundação Perseu Abramo, 26 de julho de 2021, no. 20. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2021/07/Focus26Jul2021.pdf> Acesso em 27/07/2021.

sentido também de compreender, atuar e se posicionar nos espaços dentro da universidade, e podendo traduzir-se em alternativas com foco na transformação social. Mesquita (2003) indica que há um paradoxo referente a este aspecto, visto que, ao mesmo tempo em que agrega muitos estudantes, práticas de organização tradicionais e, de certa forma, viciadas, dentro do movimento podem desmobilizar muitos outros, sobretudo quando desempenham um papel considerado

burocratizado, hierarquizado, centralizador, partidariado, ultrapassado... Estas são algumas das representações (inclusive dos militantes) acerca do movimento estudantil que, de certa forma, se cristalizam enquanto justificativas do distanciamento entre os estudantes e suas entidades (MESQUITA, 2003, p. 95-96)

Entretanto, isso não significa que o movimento estudantil tenha saído de cena ou tenha perdido sua potência. Pelo contrário, embora tenhamos percebido um aumento de novas formas de ação coletiva, é possível ainda dizer que a multiplicidade e a heterogeneidade são características presentes em algumas entidades do movimento estudantil, fazendo com que consigam incorporar tanto uma interação entre os sujeitos e sua realidade social gerando processos educativos, quanto também na busca de uma identidade coletiva, como forma de agregar interesses em comum. Nesse sentido, é preciso levar em consideração a importância também de entender como os movimentos estudantis hoje se organizam, sem deixar de lado a diversidade que constituem essas movimentações dentro do contexto universitário. Melucci (1996) aborda o conceito de identidade sob uma perspectiva processual, compreendendo as suas permanências e transformações ao longo do tempo, em diálogo com o campo de oportunidades e restrições em que a ação dos movimentos se insere. Logo, as identidades coletivas não devem ser tomadas como “dadas”, mas enquanto o resultado de um processo de interação entre os atores.

Com base nessas considerações apontadas na literatura, pude observar como a dinâmica dos movimentos estudantis possibilitam a incorporação de diversas pautas que se fazem não apenas presentes nas vidas dos próprios estudantes, mas que perpassam a sociedade como um todo. É possível dizer que os estudos sobre gênero e sexualidade rondam esse ambiente universitário há pelo menos três décadas, especialmente atrelado à pesquisa com investimentos feitos inclusive por fundações filantrópicas, a exemplo da Fundação Ford e da Fundação MacArthur, além do incentivo a programas de formação de pesquisadores nesse campo (FACCHINI; DANILIAUSKAS; PILON, 2013).

Entretanto, as movimentações que foram gestadas, pelos jovens estudantes nesse espaço, com o objetivo de expor as discriminações, formas de exclusão e não-reconhecimento das diferenças datam um período mais recente. É a partir do início dos anos 2000, que, observamos um aumento da incorporação das temáticas de gênero e sexualidade, trazendo como foco as próprias vivências desses jovens estudantes nas universidades. Lima (2016) traz uma análise sobre importante grupo ligado ao movimento estudantil da Universidade de São Paulo (USP), o Prisma, que tratava da pauta “GLBT”, como era denominado à época, que incluía denúncias feitas por alguns grupos universitários sobre a ausência do debate acerca da diversidade sexual dentro do movimento estudantil, o qual considerava essas pautas como “menos importantes”. Discutir sobre a diversidade sexual dentro das universidades, exigir mesas e oficinas que trouxessem como tema a opressão sexual, criar medidas contra a violência aos GLBT, combater a homofobia, eram algumas das pautas que os grupos universitários começaram a trazer para os espaços do movimento estudantil.

Esses coletivos, sobretudo os feministas e os mais recentemente denominados LGBTQIAP+⁸, tiveram um papel bastante relevante para a incorporação desse debate dentro das universidades, trazendo também reivindicações de cidadania em sentido amplo. Isso aponta que essas temáticas não se restrinjam a esses movimentos, mas podem e devem ser debatidas fortemente com outros movimentos sociais, como nesse caso específico, os movimentos estudantis. Essa pesquisa dialoga com o proposto por Lima (2020), de que os sujeitos articulam subjetividades múltiplas, no encontro com outros atores da universidade e de movimentos sociais fora dela.

É preciso reiterar ainda que a pesquisa não tem a pretensão de fazer um resgate histórico sobre essa discussão dentro dos movimentos estudantis de um modo geral, ou ainda, mapear cada entidade, cada órgão, para tecer uma amostragem quantitativa sobre esse debate. Lanço mão da noção de “microespaço” , que nos permite uma aproximação com a complexidade do espaço público contemporâneo, em que as instituições e as expressões tradicionais passam a experimentar novas dinâmicas, entrada de novos sujeitos e demandas de organizações aparentemente “não políticas”, como coletivos culturais e identitários, como o

⁸ O atualmente denominado movimento LGBTI+ surge sob a denominação de “Movimento Homossexual Brasileiro” e vem sendo alterado, ao longo dessas décadas, sendo descrito pelas siglas GLS (Gays, Lésbicas e simpatizantes), MGL (Movimento de Gays e Lésbicas), GLT (Gays, Lésbicas e Travestis), GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros) (FACCHINI, 2005) e LGBT – convencionou-se que o “T” deve contemplar travestis, transexuais e transgêneros e o “L” passa a ser usada na frente por uma questão de reivindicação de visibilidade lésbicas (SIMÕES; FACCHINI, 2009). A letra “I” passa a ser incorporada a partir de 2008, por reivindicação dos coletivos intersexuais (GUEDES JUNIOR, 2019).

CASS/UERJ. Nesse sentido, o que me atraiu para a escolha do objeto de pesquisa foi a curiosidade de entender como as integrantes do CASS/UERJ incorporaram essas temáticas dentro dos seus próprios limites de atuação, assim como os significados das múltiplas diferenças e desigualdades que permeiam o contexto universitário e os sujeitos que por este circula.

Para analisar esse contexto, fiz uso da abordagem interseccional. A interseccionalidade, categoria cunhada por Kimberlé Crenshaw (2002) e desenvolvida por várias outras autoras, tem sido um modo de apreender as consequências das interações entre uma série de diferenças que, articuladas, são transformadas em eixos ou formas de subordinação. Logo, a utilização dessa categoria nos possibilita enxergar os diversos sistemas de opressão que existem em nossa sociedade, assim como se relacionam mutuamente e participam da construção da inferiorização de determinados grupos e do privilégio de outros.

As entrevistas revelaram que o/as interlocutor/as dessa pesquisa possuem marcas sociais da diferença bastante diversificadas, mas que, do mesmo modo, produziram efeitos nas experiências dessas sujeitas dentro da entidade estudantil em questão. É importante reiterar, de antemão, a importância de pensar o entrecruzamento desses marcadores sociais a partir de um viés crítico e político do conceito de interseccionalidade (CARDOSO, 2012). Para tal, é preciso não somente se apropriar da abordagem interseccional para a descrição do lugar que ocupam o/as interlocutor/as desta pesquisa, mas assim como sugere Carvalho (2020), é preciso avançar na análise sociológica, buscando compreender também as relações de poder e as desigualdades sociais em suas dimensões estruturais no contexto universitário. Portanto, a relevância do conceito está

em sua capacidade de caracterizar as opressões, devendo, entretanto, ser evitado o entendimento de que a interseccionalidade entre as opressões é um bloco totalmente homogêneo que cai pesadamente sobre a vida das mulheres, frustrando qualquer possibilidade de mudança. Esta perspectiva enfraquece o próprio objetivo político do conceito, ao negar a autonomia das mulheres e ao ocultar as experiências individuais e, principalmente, coletivas, de enfrentamento às opressões (CARDOSO, 2012, p. 58).

Essa dimensão da interseccionalidade como uma perspectiva crítica e política, nos possibilita compreender que a opressão e a resistência estão intrinsecamente relacionadas, como aponta Nogueira (2017). Desse modo, é possível refletirmos de que modo os sujeitos corporificados atribuem sentido aos seus pertencimentos num mundo desigual em termos de raça, gênero, sexualidade, entre outros.

O objetivo geral da pesquisa foi compreender o acionamento de temáticas relacionadas a gênero e sexualidade no contexto universitário, explorando processos de produção de sujeitos políticos e as ações mobilizadas dentro da universidade. Escolhi como foco o movimento constituído por um Centro Acadêmico, que percebe a necessidade de uma luta interseccional onde a multiplicidade das diferenciações sociais se articula a um olhar para os problemas sociais, seja dentro ou fora da universidade. Nesse sentido, a pesquisa almejou desenvolver os seguintes objetivos específicos: 1) caracterizar as pautas dessa entidade estudantil universitária referente às questões de gênero e sexualidade; 2) analisar os efeitos, tensões e limites da atuação dessa entidade frente ao acirramento do conservadorismo moral entre 2018 e 2020; e 3) compreender os significados do pertencimento a essa entidade em termos dos eixos de diferenciação social e agenciamentos.

Importante ressaltar que para responder aos objetivos da pesquisa, considero fundamental abordar os acontecimentos históricos atuais. Assim, destacamos a atuação do Centro Acadêmico do Serviço Social em tempos de onda conservadora especialmente entre 2018 e 2020. O recorte temporal se inicia ainda em um momento pré-eleitoral para o Poder Executivo, na qual foi eleito Jair Bolsonaro (PL) para o cargo de Presidente da República. Foi possível observar que muitos setores progressistas se mobilizaram ao longo de 2018 para evitar que uma figura como Jair Bolsonaro fosse eleita, e as entidades estudantis não se abstiveram dessa luta. O Rio de Janeiro foi palco de grandes atos contra o então candidato à presidência, organizados por entidades feministas que marcharam juntas a outros segmentos sociais para denunciar o retrocesso que estava sendo projetado para a sociedade, sobretudo no que concerne às questões de gênero e sexualidade.

Com a vitória de Bolsonaro, os movimentos estudantis, que já estavam nas ruas, perceberam que os próximos anos demandariam ainda mais resistência, sobretudo para as mulheres, população negra, LGBTIQIAP+, indígena, dentre outras populações excluídas social e economicamente. Esse processo expôs a fragilidade de muitos direitos sociais e políticas públicas voltadas à garantia de direitos sociais que foram conquistados ao longo dos anos com muito afinho, como os direitos sexuais e reprodutivos, continuamente ameaçados por esse governo.

O trabalho de campo

Como apresentado na primeira parte desta introdução, a escolha pelo objeto da pesquisa teve início com minha entrada na pós-graduação. Entretanto, essa decisão só foi possível ser tomada porque também fui integrante do Centro Acadêmico de Serviço Social da UERJ nos primeiros anos da minha graduação e me deixei afetar por essa experiência. A definição do objeto foi ainda marcado pelo encontro com algumas das minhas interlocutoras⁹ em um ato na cidade do Rio de Janeiro em maio de 2021, no Dia Nacional de Denúncia Contra o Racismo, que tinha o objetivo de denunciar o genocídio da população negra, “*seja de bala, de fome ou de Covid*”, como bradavam os manifestantes. Essa foi a primeira vez que falei sobre a minha pesquisa, ainda em fase muito inicial de desenvolvimento, com alguém que eu enxergava como possível interlocutora. Foi muito importante naquele momento ouvir as opiniões acerca das minhas reflexões, que ainda emergiam. E que valeria a pena dedicar esses dois anos imerso nessa temática, não apenas em razão da contribuição teórica, mas também pela importância de produzir sobre algo que pode mobilizar outros atores e atrizes sociais.

Esse ato, que foi organizado por mais de 200 entidades, grupos e coletivos do movimento negro brasileiro, foi um dos muitos atos que o CASS/UERJ mobilizou todo o corpo discente para estar presente, ainda que não tivesse, diretamente, ligado à esfera da educação. Ao longo da minha graduação, pude perceber as diversas temáticas que foram acionadas por essa entidade estudantil, que sempre buscou entrecruzar pautas que não se limitavam ao contexto universitário. Pelo contrário, a presença de um corpo discente tão plural, se tornou um dos motivos para que diversas discussões fossem evocadas. Outro aspecto que não pode ser ignorado é que se trata de um curso de ensino superior que, desde 1993, preconiza em seu Projeto Ético Político, materializado no Código de Ética e nas demais normativas profissionais, princípios como a defesa da democracia e da liberdade e a luta pela construção de uma nova ordem societária, justa, igualitária e livre de exploração e de

⁹ Para fins deste trabalho será adotado, sempre que possível, a concordância de gênero feminino no lugar do masculino genérico, comum nas regras básicas de concordância em que este predomina em diversas circunstâncias. Trata-se, portanto, de uma tentativa de trazer mais representação linguística às mulheres, especialmente por esse trabalho ter como lócus da pesquisa um Centro Acadêmico composto em sua maioria por elas.

opressões. Essas características se constituem como a base para observar os processos de produção desses sujeitos políticos em suas especificidades.

Em vista do objeto da pesquisa voltar-se para a análise do acionamento das temáticas de gênero e sexualidade por integrantes de uma entidade estudantil universitária, foram realizadas cinco entrevistas semiestruturadas com estudantes do curso de Serviço Social da UERJ e que em algum momento foram ou ainda eram integrantes do CASS/UERJ (no momento da entrevista apenas um ainda era integrante da entidade). Todas as entrevistas foram realizadas de forma remota, diante da excepcionalidade causada pela pandemia de Covid-19. A idade das interlocutoras variou entre 22 e 33 anos. Do conjunto dos entrevistados, por identidade de gênero, 3 se identificaram como *mulher* ou *feminino*, 1 como *masculino* e 1 como *não-binária*. Dado o interesse da discussão voltada para as articulações entre raça, gênero, sexualidade e territorialidade, dos 5 participantes, 3 se apresentam como *bissexuais*, 1 como *pansexual* e 1 “*em aberto*”. Em relação à raça/cor, 3 se declararam como *brancos*, 1 como *parda* e 1 como *negra*. No que tange ao município de residência 4 participantes moram na cidade do Rio de Janeiro e somente 1 mora no município de Duque de Caxias/RJ.

Para um melhor entendimento das narrativas apresentadas, segue uma breve descrição das interlocutoras por ordem cronológica de realização das entrevistas:

Demar ingressou na UERJ em 2012 e fez parte do que ele denomina como um “rompimento” com a gestão “conservadora” comparada com a gestão que viria a ser organizada por militantes do Movimento Revolucionário dos Trabalhadores (MRT) em 2014¹⁰. Demar teve uma importante participação em um ato mobilizado por ele próprio, no Facebook, para protestar contra o então governador Sérgio Cabral e os atrasos dos pagamentos das bolsas dos estudantes cotistas. Ele denomina-se como um homem bissexual, branco, com 33 anos e residiu, durante sua graduação, nos municípios de Duque de Caxias e Rio de Janeiro. Hoje, Demar é mestre em Serviço Social pela UERJ.

Cacau é a interlocutora com mais vivência na militância política. O curso de Serviço Social era sua segunda graduação e ela já havia tido experiência no movimento estudantil enquanto foi estudante do curso de Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), em 2007. Cacau denomina-se como uma mulher parda, bissexual, com 33 anos e residiu

¹⁰ Desde a primeira chapa organizada pelo MRT, em 2014, esse partido se manteve presente na composição do CASS/UERJ.

durante sua graduação em alguns bairros da Zona Norte do Rio de Janeiro. Ingressou na UERJ também em 2013 e, atualmente, é professora da rede estadual, militante do MRT, dirigente do Quilombo Vermelho e pré-candidata à deputada estadual pelo MRT junto ao Pólo Socialista e Revolucionário.

Isa também ingressou na UERJ em 2013 e começou a militar pelo movimento de mulheres e, posteriormente, integrou o Pão e Rosas, um grupo de mulheres impulsionado pelo MRT. Isa denomina-se uma mulher preta, bissexual, com 25 anos e residiu, ao longo de sua graduação, no município de Duque de Caxias. Atualmente, é residente de Serviço Social no Hemorio.

Nat ingressou na UERJ em 2015 e passou a militar no MRT e no Faísca¹¹ a partir de 2017, a partir da sua aproximação com as outras integrantes do CASS/UERJ. Nat denomina-se uma pessoa não-binária, pansexual, branca, com 26 anos e residiu, ao longo de sua graduação na Zona Oeste. Atualmente, Nat é residente de Serviço Social no Instituto Nacional de Câncer (INCA).

Luisa nasceu em Rio Bonito, no interior do Rio de Janeiro, e seus pais foram militantes do Partido dos Trabalhadores (PT). Portanto, desde a infância, teve contato com os movimentos sociais. Se mudou para Niterói durante o ensino médio para estudar no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) e participou das ocupações das escolas em 2016. Luisa ingressou na UERJ em 2018 e denomina-se como uma pessoa branca do gênero “feminino” embora essa seja uma “questão que está totalmente em aberto”. Atualmente, é integrante do CASS/UERJ e militante do Faísca e do MRT.

Em todas as entrevistas, iniciei perguntando sobre o que gostariam de falar sobre si mesmos e a trajetória até a entrada no CASS/UERJ, cuja resposta, na maioria das vezes, apontou que quase todas as interlocutoras não haviam tido contato com qualquer tipo de militância antes da entrada na universidade. No contínuo das entrevistas, foram realizadas perguntas sobre: (i) a percepção acerca das temáticas de gênero e sexualidade no contexto universitário; (ii) as estratégias que foram percebidas ou acionadas no contexto universitário, diante o aumento do conservadorismo moral, onde as temáticas de gênero e sexualidade foram fortemente atacadas por setores conservadores; e (iii) o significado da trajetória pessoal em relação à participação política, dentro da universidade, especificamente no que se refere às pautas relacionadas a gênero e sexualidade. Veremos no decorrer da dissertação que, a

¹¹ Faísca Anticapitalista e Revolucionária é um coletivo de juventude impulsionado pelo MRT e independentes atuando nas universidades, escolas e com a juventude trabalhadora (Retirado do site <<https://mrt.org.br>>, acesso em 29/08/2022).

complexidade das narrativas das interlocutoras nos ofereceu um campo fértil de análise acerca do acionamento das temáticas de gênero e sexualidade no contexto universitário atual.

Além das entrevistas, também foi realizado um mapeamento das publicações na página do Facebook do CASS/UERJ entre 2018 e 2020, sob as gestões “Por isso me grito” (2018-2019) e “Pra poder contra-atacar” (2019-2020). Essa página foi criada no dia 15 de julho de 2018, após terem perdido acesso, por motivos técnicos, à primeira página do CASS/UERJ no Facebook. Atualmente a página conta com 1,2 mil seguidores e está classificada como uma “Organização política”, que se apresenta como uma “ferramenta de luta e voz dos estudantes”. A página é administrada pelas integrantes do CASS/UERJ da gestão vigente, entretanto, até nosso último acesso em 24/07/2022 estava sendo administrada pela Comissão Gestora Pandêmica (2021-2022) enquanto não ocorriam novas eleições.

Através deste procedimento de análise documental busquei sistematizar as pautas sobre gênero e sexualidade acionadas pelo CASS/UERJ e entender o processo de articulação, debate e publicização dessas temáticas também nas “redes sociais”. Acompanho aqui as reflexões de Falcão (2017) ao compreender que a internet tem um papel fundamental na proliferação, organização e articulação das discussões promovidas pelos atores e atrizes aqui mencionados. Por isso, considerei pertinente olhar para esse material produzido como uma forma de documento e registro que permeia as relações de socialização e participação dos jovens estudantes. Exemplo disso é como a página do CASS/UERJ atua como uma “sede” virtual que não só proporciona encontros, mas também valoriza o diálogo horizontal e avança como uma ferramenta para além da (in)formação dos seus pares.

No que se refere às temáticas de gênero e sexualidade, é possível dizer que no CASS/UERJ esses temas assumiram protagonismo em grande parte das atividades organizadas no período pesquisado, como, por exemplo, em campanhas contra LGBTIfobia nos banheiros da UERJ; na construção de plenárias e outros espaços políticos e deliberativos para compor atos como “Marcha pela legalização do aborto” e “Mulheres Contra Bolsonaro”; na divulgação e, também, na organização de eventos acadêmicos e de acolhimento que traziam conteúdos que se relacionam à comunidade LGBTIQIAP+, pautas raciais, feminismos, dentre outros coletivos e movimentos sociais¹². Todos esses eventos e atividades

¹² A título de exemplo tivemos a “1ª Mostra de Arte Lésbica”, organizado por Visibilidade Lésbica, Favela Cineclubes e Coart UERJ, a mesa de debate “A luta das mulheres contra os ataques da direita nas eleições pós-golpe”, organizado pelo Centro Acadêmico de Serviço Social, a recepção de “calourxs” com o tema “Mulheres

demonstram uma forte articulação perante o debate de gênero e sexualidade, que se manifesta de diferentes formas no contexto universitário e se mostrou relevante para analisarmos.

Nesse sentido, foi mapeado, através de palavras-chave dessas publicações, um conjunto de temas acionados, bem como seu quantitativo: Aborto ou legalização/descriminalização do aborto (9); LGBTfobia/Lesbofobia (5); identidade de gênero ou gênero (4); orientação sexual ou sexualidade (3); direito das mulheres (3); opressão [de gênero e sexualidade] (3); cidadania LGBTI+ (2); diversidade sexual e de gênero (2); saúde mental LGBTI+ (1); velhices LGBTI+ (1); e educação sexual (1). Essas palavras-chave foram importantes para apontarmos que as questões privilegiadas pelo CASS/UERJ dizem respeito aos direitos reprodutivos e o respeito e reconhecimento das identidades de gênero e sexualidades.

Por fim, vale ressaltar que esta pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de ética em pesquisa do Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro (IMSHC) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, número 53304221.9.0000.5260. Além disso, todos os entrevistados assinaram, através do *Google Forms*, o Termo de Consentimento Livre Esclarecido permitindo ou não o uso de seus nomes. Fato interessante é que mesmo com essa possibilidade de utilizar nomes fictícios nesta dissertação, todas as interlocutoras¹³ preferiram manter seus nomes verdadeiros, entendendo a importância dessa produção teórica para a academia e para a militância. Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas para melhor apreensão dos dados.

Mapa da dissertação

A dissertação está estruturada em três capítulos, considerações finais e uma seção de anexos, que contém: Anexo A – Roteiro de entrevista e Quadro 02 – Perfil do/das entrevistadas.

contra os ataques da direita” para chamar atenção para o cenário mundial e nacional onde as mulheres têm protagonizado diversos exemplos de resistência e sido linha de frente em lutas.

¹³ Para fins deste trabalho será adotado, sempre que possível, a concordância de gênero feminino no lugar do masculino genérico, comum nas regras básicas de concordância em que este predomina em diversas circunstâncias. Trata-se, portanto, de uma tentativa de trazer mais representação linguística às mulheres, especialmente por esse trabalho ter como lócus da pesquisa um Centro Acadêmico composto em sua maioria por elas.

O capítulo um teve como objetivo discutir acerca do processo de produção de pautas relacionadas a gênero e sexualidade e como foram mobilizadas pelos sujeitos, explorando as alianças e as tensões no contexto universitário. O capítulo dois buscou compreender a atuação do CASS/UERJ diante do acirramento do conservadorismo moral na sociedade brasileira no período estudado. Através das narrativas das interlocutoras analisei as estratégias e os limites dessa entidade estudantil no enfrentamento aos ataques de setores conservadores. O capítulo três explorou os significados do pertencimento do/as interlocutor/as ao CASS/UERJ em termos dos eixos de diferenciação social e agenciamentos, ou seja, o próprio significado das trajetórias no processo de produção dos sujeitos e na participação política dentro da universidade, especificamente no que se refere às temáticas de gênero e sexualidade.

Por fim, as considerações finais apontam para a produção de um fazer político no contexto universitário que mobilizou pautas de gênero e sexualidade que permeiam o cotidiano dos sujeitos envolvidos. Identificamos que, a partir da própria percepção de como a discriminação e a exclusão se perpetuam em um lugar muitas das vezes visto como diversificado, como a universidade, que os sujeitos se sentiram impulsionados a se movimentar.

CAPÍTULO 1 – PRODUZINDO PAUTAS, TENSÕES E ALIANÇAS DENTRO DO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO

Este capítulo analisa o processo de produção de algumas pautas relacionadas a gênero e sexualidade na universidade, bem como as especificidades e a dinâmica do CASS/UERJ atentando para as alianças e as tensões em diferentes contextos. Para isso, dei atenção às narrativas e às publicações produzidas na página do Facebook do CASS/UERJ abordando as principais temáticas que foram evocadas, além da conjuntura política para nos ajudar a compreender como essa incorporação se imbrica às pautas tradicionais dos movimentos estudantis.

1.1. A construção das pautas pelo CASS/UERJ

No dia 21 de julho de 2018, o CASS/UERJ como forma de denúncia e repúdio, publicou na própria página na rede social do Facebook a seguinte postagem:

“Na última terça-feira, o Centro Acadêmico de Serviço Social (CASS/UERJ) fez uma campanha contra LGBTfobia nos banheiros do nono andar [andar em que o curso assiste aula] e perto da secretaria da faculdade, colando junto da placa indicativa de masculino e feminino, adesivos informando que os banheiros são de uso livre para todas as pessoas que se identificam com aquele gênero, independente da orientação sexual ou condição para identidade de gênero. Em menos de dois dias as placas foram arrancadas ou rasgadas em ato LGBTfóbico. Essa é uma realidade que precisa ser fortemente combatida. Não vamos admitir nenhum tipo de opressão! Não aceitaremos LGBTfobia como mensagens nos banheiros declarando morte a gays e lésbicas. Não aceitaremos rechaço de pessoas travestis e transexuais dos banheiros cujo gênero se identificam! As plaquinhas serão recolocadas e não abaixaremos a cabeça frente a nenhuma ação desse tipo. [...] A gestão Por Isso Me Grito do CASS chama a todxs estudantes, CAs e entidades para construir uma luta contra a LGBTfobia não só dentro da nossa Universidade mas em todo e qualquer espaço. Propomos uma campanha em toda a UERJ com denúncias, fotos, placas em todos os banheiros, oficinas de cartazes e muito mais para bater de frente com qualquer LGBTfobia!” (CENTRO ACADÊMICO DE SERVIÇO SOCIAL - UERJ, 2018)

Figura 01: Novas sinalizações para o uso de banheiros inclusivos. Facebook, Página Centro Acadêmico de Serviço Social da UERJ – CASS (21/07/2018).



O evento traz um episódio que se configura, como o próprio CASS/UERJ chamou, um ato “LGBTfóbico”. A LGBTfobia, ou LGBTIQAP+ fobia como irei me referir ao longo do texto, trata-se de ódio ou a rejeição às pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneras, Intersexuais, Queer, Assexuais, Pansexuais e identidades não binárias. Para Facchini, Carmo e Lima,

temos deparado com uma multiplicação de categorias, como no acrônimo LGBTQIA+ e suas variações. Embora pareçam processos que caminham em direções opostas, temos trabalhado sobre a hipótese de que tais acionamentos são atravessados pelo deslocamento de uma ênfase nas identidades, baseada no essencialismo estratégico, para uma ênfase na experiência, com inspirações em teorias queer, decoloniais e/ou no feminismo negro (FACCHINI; CARMO; LIMA, 2020, p.13)

Na pesquisa, por exemplo, encontramos uma significativa expressão dessa realidade, com interlocutoras que se denominaram desde bissexuais a não binárias.

Atualmente, há um movimento para a utilização do termo LGBTIfobia, preocupação esta que não ocorre só por parte da militância deste movimento, mas também de gestões governamentais mais progressistas, em diferentes esferas, e da mídia, em razão dos apagamentos que o termo “homofobia”¹⁴ produz. Assim, diferentes categorias começaram a fazer parte dos nossos vocabulários sobre a violência motivada por preconceito e

¹⁴ “Com o significado mais imediato de ódio ou repulsa a homossexuais, a expressão ‘homofobia’ tem recebido inúmeras críticas no plano acadêmico, entre elas a de não permitir que, nos casos concretos, se diferencie o que é devido ao preconceito contra certas práticas e desejos sexuais do que é devido ao preconceito contra a adoção de uma performance de gênero não convencional” (CARRARA; SAGGESE, 2011, p.202).

discriminação em virtude da orientação sexual e/ou identidades de gêneros, como por exemplo, “lesbofobia”, “bifobia”, “transfobia” e “LGBTIfobia” (PAZ; AMAZONAS; MEDRATO, 2020). A LGBTIQAP+fobia, assim como o racismo, se apresenta de diversas formas, até mesmo veladas, nas relações sociais. Como no caso exposto, onde se percebe como muitas pessoas ainda não sabem lidar com a diferença, especialmente tratando-se de um país em que os direitos LGBTIQAP+ estão sob constante ameaça.

Assim, o CASS/UERJ buscou realizar uma intervenção nos banheiros do nono andar, que atende aos cursos de Educação Física, Serviço Social, História, Ciências Sociais, Filosofia e Relações Internacionais e também ao lado da secretaria e direção da Faculdade de Serviço Social, no oitavo andar da UERJ, para conscientizar e apoiar a utilização de banheiros públicos por qualquer pessoa de acordo com a sua identidade de gênero autodeclarada, independentemente do que conste em seus registros civis. Essa foi uma das muitas vezes que temáticas de gênero e sexualidade foram mobilizadas pelo Centro Acadêmico de Serviço Social.

O Centro Acadêmico (CA) se constitui como um espaço de militância acadêmica e reflexão. Portanto, espera-se que essa entidade atue como o centro do movimento estudantil dentro do curso que representa. No geral, possui um cunho participativo e atuante que contribui para a melhoria da qualidade nos debates e serviços em sala de aula e fora dela. Dialogamos com Cavalcante et al. (2014), Marin et al. (2011) e Costa et al. (2017), que se debruçaram em análises próprias das suas experiências nessas entidades estudantis, para trazer diferentes entendimentos acerca do papel do CA. Segundo Cavalcante et al. (2014), em um artigo que traz a análise de um projeto criado pelo CA para a recepção dos calouros, dedicado aos alunos do primeiro semestre do curso de Engenharia de Telecomunicações do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, essa entidade estudantil tem ao longo do tempo encabeçado, dentro do contexto universitário, atividades extracurriculares, como debates, discussões, palestras, mobilização e organização de reivindicações e ações políticas dos estudantes; mediação de conflitos; realização de atividades culturais, esportivas e de lazer, dentre outras. Marin et al. (2011), ao analisar o contexto de um CA de Engenharia Elétrica da Universidade do Estado de Santa Catarina, sugerem que as funções de um CA estão ligadas ao desenvolvimento do ensino e à formação do discente. Por outro lado, Costa et al. (2017), no artigo que buscou identificar quais informações e serviços oferecidos pelo CA de Biblioteconomia da Universidade Federal do Ceará são mais relevantes para os estudantes,

propõem que a atuação do CA incentive a participação do discente, representando um elo na relação entre os discentes, coordenação e direção da faculdade.

O curso de Serviço Social da UERJ possui algumas características que importam para essa pesquisa. Trata-se de um curso com um expressivo número de mulheres, pessoas negras, LGBTQIAP+, cotistas e moradoras de bairros periféricos do Rio de Janeiro. O retrato desse curso e, conseqüentemente, da profissão já havia sido exposto por Yamamoto (2017) que identificou que, inclusive, essa alteração na composição dos profissionais criou uma “*ambientação favorável, apoiada na experiência de vida, à identificação com os dilemas do conjunto da classe [trabalhadora]*” (p.30, grifos da autora). As experiências, nesse sentido, ocupam um lugar central nessa análise, pois se a *experiência de vida* tem impactado tanto no fazer do assistente social no dia a dia, podemos também dizer que há, de certo modo, uma relação intrínseca com os estudantes deste curso ao acionar suas experiências no modo de fazer política no ambiente universitário?

Se partirmos da análise de Brah (2006), é preciso levar em consideração que, a experiência pode ser compreendida como um instrumento na constituição de sujeitos coletivos, e que as normas reguladoras produzem corporalidades diferenciadas em relação aos marcadores sociais distintos (classe, raça, gênero, sexualidade, dentre outros). Portanto, na medida que esses estudantes foram enfrentando práticas de inferiorização, exclusão e/ou discriminação ao longo de suas trajetórias podemos dizer que essas experiências vivenciadas pelos próprios sujeitos se reverteram em formas de atuação política no contexto universitário. Para Cacau, o fato de o curso, por exemplo, ser composto majoritariamente por mulheres, favorece o aparecimento de demandas relacionadas às temáticas de gênero e sexualidade, que se articulam ainda aos marcadores de raça, classe e geração:

[...] isso [o debate de gênero e sexualidade no contexto universitário] mudou muito desde a minha atuação na universidade e ao mesmo tempo a gente estuda num curso majoritariamente feminino, então as demandas das mulheres aparecem de todas as formas, desde as meninas mais novas que estão se deparando com o machismo nas relações, até as mulheres mais velhas ou mães que precisam de creche, que sofrem com o racismo, que são exploradas no trabalho, então isso aparecia de muitas maneiras no curso e isso sempre me chamou muita atenção, por ser um curso tão feminino, com mulheres negras, várias mulheres da nossa turma trabalhavam, tinham muitas demandas, então isso tava sempre muito cruzado com a questão de classe. A UERJ é uma universidade bastante popular, a maioria dos estudantes estudam ou trabalham e estudam ou vão ter que trabalhar em algum momento da graduação, ou vão ter que deixar o trabalho em algum momento pra fazer o estágio, então a UERJ, tanto pela composição e pelas demandas que ela apresenta, colocava isso pro CASS que precisava falar sobre isso nas mesas, no cinedebate, nas pautas, nas mobilizações... Então sempre foi uma coisa que fez muito parte do perfil do

CASS, tanto no programa da gestão, quanto nas coisas que o CASS procurou fazer nos últimos anos, em todos os anos que estivemos à frente da gestão (Cacau, 33 anos, bissexual, mulher *parda*).

Assim, é importante olharmos para as experiências, bem como aponta Brah (2006), como um campo de contestação e também “um processo de significação que é a condição mesma para a constituição daquilo que chamamos de realidade” (p.360). É como se o CASS significasse um lugar para explorar as experiências individuais, sentimentos pessoais e a própria compreensão desses estudantes sobre suas vidas diárias. A experiência, nesse sentido, é o lugar de formação do sujeito. Entretanto, também é necessário entender os processos econômicos, políticos e culturais que permeiam essas experiências.

Se os debates sobre as questões de gênero e sexualidade não estavam historicamente presentes no cerne dos movimentos estudantis, também não eram temas presentes na ação do CASS/UERJ. As narrativas de Isa e Cacau nos apresentam que é a partir de 2013 que podemos perceber uma maior incorporação dessas temáticas no contexto universitário.

[...] As pessoas passam a se identificar mais, depois de 2013, com sua identidade negra, passa a aumentar, já vinha num processo de aumento, mas também a gente vê esse processo de aumento e essa mudança na sociedade em torno de outras discussões que estão ligadas a uma dinâmica de um mundo que entra em crise, que tem crise econômica, que a classe trabalhadora passa a dar resposta e a juventude também precisa dar algumas respostas para muitas discussões. Eu acho que as discussões de gênero e de identidade sexual entram nesse âmbito também, então a gente vai vendo, eu inclusive tenho essa imagem gráfica, eu fui em um 8 de Março que era um ato minúsculo e depois os 8 de Março virou movimentos, inclusive, de massas, tem a primavera feminista, o mundo passa a ter greve de mulheres pela legalização do aborto, que aconteceu na Polônia, por exemplo, tem a Maré Verde... E eu acho que tem uma geração toda que vai vendo isso e agora essa geração começa a entrar na universidade, então eu acho que essa mudança, num mundo de conjunto, ligada a esses processos, ela vai impactando toda uma geração e essa geração começa a entrar agora na universidade (Isa, 26 anos, bissexual, mulher *negra*).

[...] como eu fiz a universidade em 2007, eu entrei em um momento da universidade que não tinha coletivo de nada, tinha movimento antigo e nem era assim essas pautas, essas pautas não eram tão cotidianas na universidade como elas são hoje e acho que isso também tem a ver como que isso foi se desenvolvendo internacionalmente, tanto a questão da mulher, a questão do feminismo, você vê agora a Geração Z, as meninas de 12, 13 anos, reivindicando feminismo e tudo mais, quanto a questão racial, a questão LGBT, tudo isso foi se desenvolvendo. Quando eu entrei na UERJ, essas coisas já estavam mais ativas, começou a ter o primeiro coletivo LGBT¹⁵, começou a ter reunião de mulheres da UERJ, começou a ter coisas desse tipo, porque já era outro momento, eu entrei na UERJ em 2014, e depois de “Junho de 2013” mudou muita coisa no país politicamente também. Eu tenho a

¹⁵ O primeiro coletivo LGBTI+ da Universidade do Estado do Rio de Janeiro foi criado em 2013, segundo a página do coletivo no Facebook, o “Colorir – LGBT+ UERJ”.

impressão de que aumentou o número de coletivos dentro da universidade (Cacau, 33 anos, bissexual, mulher *parda*).

A literatura já aponta um crescente aumento de coletivos feministas e de diversidade sexual que disseminaram uma série de lutas presentes no cotidiano de estudantes para dentro do espaço universitário (GROPPO et al., 2019; LIMA, 2020). Vale lembrar que isso ocorre em meio ao processo de “democratização” das universidades brasileiras a partir dos anos 2000, sobretudo durante o governo Lula, quando novos sujeitos sociais, historicamente sub-representados na educação superior, tiveram a oportunidade de entrar para a universidade e se apropriar dessa posição no sentido de construir uma identidade comum compartilhada, em particular no que toca às dimensões raciais, de gênero, classe, sexualidade e identidades de gênero. Essas reflexões corroboram com o que foi exposto por Demar:

Agora, para as questões de gênero eu acredito que essas questões só começam a ter uma abertura maior a partir dos anos 2000, principalmente a partir do governo Lula, apesar de todas as críticas com o PT, a gente não pode negar que as duas gestões do Lula, as gestões da Dilma, tiveram um avanço muito importante para essa temática, também para as pautas sobre as cotas, ampliação de vagas nas universidades, e no que isso implica? Se você amplia de uma forma democrática o acesso à universidade, você coloca lá não apenas a elite branca que sempre teve acesso à universidade, as melhores escolas, você coloca pessoas pobres na universidade, pessoas negras, pessoas das mais variadas etnias, das mais variadas orientações (Demar, 33 anos, bissexual, homem *branco*).

Nesse sentido, podemos perceber que há pelo menos uma década de construção desse processo de mobilização em torno das questões de gênero e sexualidade, que só vai ganhar mais visibilidade no espaço universitário a partir dos anos 2010. É necessário também mencionarmos que 2013, ano mencionado pelas interlocutoras, ficou marcado pelas intensas mobilizações de massas, popularmente conhecidas como as Jornadas de Junho. O que começou com poucos milhares de estudantes e jovens do Movimento Passe Livre (MPL) protestando contra o aumento da tarifa de ônibus, transformou-se nas maiores manifestações de rua da história recente do Brasil, marcadas pela violência policial e pela resistência ativa das multidões. Com uma grande diversidade de reivindicações, muitas delas conflitantes, manifestantes (em coletivo ou individualmente) clamavam pelo direito à cidade, contra a corrupção, contra os elementos do sistema político (representantes, partidos e regras) e pela melhoria de serviços públicos variados (“Padrão Fifa”, como era chamado, dada à aproximação da Copa do Mundo no Brasil). É importante ressaltar que as Jornadas de Junho não terminam em junho, mas continuaram reverberando nos processos políticos que as

sucederam. Pautas como a rejeição da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 37¹⁶, a destinação de 75% dos royalties da exploração de petróleo para a educação e a definição da corrupção como crime hediondo também fizeram parte das manifestações.

Embora as questões de gênero e sexualidade não possam ser consideradas o estopim do ciclo de protestos que ocorreram, essas mobilizações contaram com uma diversidade de coletivos, sobretudo Frentes Feministas, que se organizaram e criaram estratégias para o enfrentamento de diversas práticas opressivas que permearam essas manifestações de 2013 e reproduziram a dominação masculina, incluindo violências contra o corpo de mulheres, o cerceamento à fala e a atuação política em espaços tidos como horizontais. Conforme propõem Sarmiento, Reis e Mendonça (2017) em análise sobre as manifestações de 2013:

Seja com a organização de Frentes Feministas, seja com a realização de seminários para evidenciar as manifestações do patriarcado, seja com a elaboração de notas públicas contra assédios sexuais, mulheres trouxeram elementos de pautas feministas para o cerne do processo político aqui analisado e questionaram formas naturalizadas de opressão de gênero (p.121).

As transformações informacionais e tecnológicas e a apropriação desses meios alternativos de comunicação na última década, bem como as rápidas e turbulentas transformações políticas percebidas no âmbito da sociedade civil e do Estado, também devem ser destacadas quando queremos tratar das mudanças que ocorreram nas formas de participação e atuação política, em especial dos estudantes. Estes se configuram como fatores externos à estrutura universitária e foram determinantes, como propõem Rios e Perez (2020), “para as transformações vistas nos corpos e mentes dos estudantes que frequentam o ensino superior” (p.91).

A possibilidade de estar conectado ao resto do mundo através de um celular ou qualquer outro aparelho eletrônico, compartilhando opiniões, seja por meio de textos, vídeos, fotos ou áudios, tornou-se uma realidade para os jovens desta década. Esse mesmo recurso tem ganhado, ao longo do tempo, cada vez maior relevância, com a incorporação maciça das

¹⁶ A proposta conhecida como PEC da Impunidade, de autoria do deputado Lourival Mendes (PTdoB-MA), estabelecia que as investigações criminais fiquem restritas apenas às polícias federal e civil. A pressão popular obrigou o Congresso a votar a proposta, que foi recusada de forma quase unânime, contrariando uma disposição inicial dos parlamentares para aprová-la. O “enterro” da PEC 37 fez parte de uma estratégia política para “esfriar” os protestos de rua.

mídias sociais digitais como ferramenta de propaganda pelos candidatos nas eleições de 2018, tornando-se um grande debate para além da academia¹⁷.

Os temas referentes a gênero e sexualidade também ganharam bastante notoriedade nos debates eleitorais de 2018, especialmente sob a falácia de uma “ideologia de gênero” – que encontra sua gênese em textos produzidos a partir da década de 1990 por setores conservadores da Igreja Católica (CORRÊA, 2018; JUNQUEIRA, 2018), e que estaria presente nas escolas, universidades, serviços públicos etc. Questões sobre direitos sexuais e direitos reprodutivos, diversidade sexual e de gênero, educação em sexualidade para crianças e adolescentes tornaram-se questões centrais utilizadas por setores “conservadores” para mobilizar a população contra candidatos “progressistas” a partir da deflagração de pânico morais¹⁸.

Não é à toa que muitas das publicações na página do CASS/UERJ ao longo de 2018 tenham se voltado para discutir questões relativas a gênero e sexualidade, sobretudo com o aumento da visibilidade e popularidade do então candidato Jair Bolsonaro à Presidência da República. Ainda que de maneira vagarosa e gradual, durante as última décadas, houve significativos avanços e conquistas no que se refere aos direitos dos segmentos populacionais marginalizados, como as mulheres, pessoas LGBTIQAP+, negros, indígenas, dentre outros. Além disso, os estudos de gênero e sexualidade ganharam ainda mais expressividade e pesquisadores desse campo foram chamados para construir, junto com outros setores da sociedade civil e movimentos sociais, importantes políticas públicas, embora, também, constantemente ameaçadas. Assim, a eleição de Jair Bolsonaro significava, de certo modo, um cenário onde *as minorias se adequavam ou simplesmente desapareciam*¹⁹. A atuação do CASS/UERJ diante o acirramento do conservadorismo moral, bem como as estratégias e os

¹⁷ A esse respeito, um amplo debate vem ocorrendo na literatura sobre e-campanhas desde meados da década de 1990, quando as ferramentas da internet passaram a ser empregadas de maneira mais sistemática por diferentes categorias de candidatos (BIMBER, 2014; NICKERSON & ROGERS, 2014).

¹⁸ O conceito, cunhado por Rubin (1984) expressa um contexto permeado por medo e pressão por mudança social, no qual “o que se teme é uma suposta ameaça à ordem social ou a uma concepção idealizada de parte dela, ou seja, instituições históricas e variáveis, mas que detém um status valorizado como a família ou o casamento” (MISKOLCI, 2007, p. 112). Para a autora, a caracterização do pânico moral se dá pela preocupação e reação desproporcionais ao perigo real.

¹⁹ “Somos um país cristão. Não existe essa historinha de Estado laico, não. O Estado é cristão. Vamos fazer o Brasil para as maiorias. As minorias têm que se curvar às maiorias. As minorias se adequam ou simplesmente desaparecem”. Discurso de Jair Bolsonaro, gravado em vídeo e publicado no YouTube, foi feito durante um evento na Paraíba em fevereiro de 2017, diante de seus apoiadores. Disponível em: <<https://twitter.com/psol50/status/1052249493788389378>> acesso em 23/09/2021.

limites dessa entidade estudantil no enfrentamento aos ataques de setores conservadores serão tratadas no próximo capítulo.

O quadro abaixo, com as publicações na página do CASS/UERJ no Facebook no período 2018-2020, nos ajuda a analisar como se constituíram as alianças, tensões e conflitos acerca das pautas de gênero e sexualidade. O início da coleta das publicações ocorreu em julho pois o ano letivo 2018.1 na UERJ se iniciou em abril e as eleições para o CASS/UERJ ocorreram durante o dia 03, 04 e 05 de julho do mesmo ano. O quadro se divide em três abrangentes temas, para apresentar como estes foram acionados nas publicações na página do Facebook, em ordem cronológica. A cor verde representa a pauta referente à legalização do aborto, a cor rosa refere-se à diversidade sexual e identidades de gênero e, por fim, a cor cinza remete-se à luta das coletividades discriminadas socialmente contra o “bolsonarismo”. A escolha por essas temáticas não apenas se deu pela expressiva quantidade em que foram acionadas, mas também porque apareceram nas narrativas das interlocutoras, possibilitando um diálogo direto entre as fontes empíricas escolhidas para a análise. Das postagens escolhidas, no total de 34, foram excluídas da análise 4 publicações que se referiam à violência contra a mulher e à importunação sexual, pois foram assuntos pontuais trabalhados pelo CASS/UERJ, restringindo-se apenas ao compartilhamento na página do Facebook. Essas publicações não foram destacadas no quadro abaixo.

QUADRO 01: Publicações na página do CASS/UERJ no Facebook no período 2018-2020

Publicações na página do Centro Acadêmico - CASS/UERJ			
Período 2018-2020			
<i>Data</i>	<i>Publicação</i>	<i>Título/tema da publicação</i>	<i>Palavras-chaves</i>
Início da gestão " Por Isso Me Grito " (2018/2019)			
21/07/2018	Publicação 01	Campanha contra LGBTfobia nos banheiros	LGBTfobia; identidade de gênero; opressão.
30/07/2018	Publicação 02	<i>Plenária das Mulheres da UERJ</i>	Plenária; aborto.
31/07/2018	Publicação 03	<i>A luta pela legalização do aborto no Brasil</i>	Aborto; direito das mulheres; saúde pública; legalização e descriminalização; mobilização.

01/08/2018	Publicação 04	Informativo sobre a plenária das mulheres da UERJ, sobre o ato e os conselhos de classe. Decidiram, na Reunião Geral, pela liberação da turma para estar presente no ato sem que conste como falta.	Aborto; plenária; reunião geral.
02/08/2018	Publicação 05	Apreciação sobre a plenária das mulheres da UERJ	Aborto; legalização.
07/08/2018	Publicação 06	<i>Oficina de cartazes rumo ao 08/08 hoje 17h</i>	Aborto; legalização; saúde pública.
08/08/2018	Publicação 07	<i>É HOJE!! MARCHA PELA LEGALIZAÇÃO DO ABORTO CONCENTRAÇÃO: 16h na Alerj</i>	Ato; aborto; legalização.
09/08/2018	Publicação 08	Repasse informativo sobre a presença do bloco das mulheres da UERJ no ato.	Aborto; legalização.
29/08/2018	Publicação 09	Compartilhamento de post do CRESS sobre o Dia da Visibilidade Lésbica	Visibilidade lésbica; lesbofobia.
04/09/2018	Publicação 10	Compartilhou o evento: 1ª Mostra de Arte Lésbica	Visibilidade lésbica.
07/09/2018	Publicação 11	Criação do evento "A luta das mulheres contra os ataques da direita nas eleições pós golpe".	Legalização do aborto; direitos das mulheres; ataques da direita; pós-golpe; eleição 2018.
13/09/2018	Publicação 12	Divulgação da mesa "A luta das mulheres contra os ataques da direita nas eleições pós golpe".	Mesa; ataques da direita; pós golpe; eleição 2018.
18/09/2018	Publicação 13	Adicionou o evento "Mulheres da UERJ contra Bolsonaro, golpistas e os ataques"	Plenária; contra Bolsonaro; discurso de ódio contra as mulheres, negros, negras e LGBTs; contra os interesses da classe trabalhadora; extrema direita; direita reacionária.
23/09/2018	Publicação 14	Chamado para a "Plenária de mulheres da UERJ contra Bolsonaro, os golpistas e os ataques" e para o ato "Mulheres contra Bolsonaro" no dia 29/09/2018 na Cinelândia às 16 horas.	Plenária; convocação para atos públicos; mulheres contra Bolsonaro.

25/09/2018	Publicação 15	Compartilhou o post do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre tornar crime a importunação sexual e divulgar vídeo ou foto sem consentimento com cena de sexo, nudez ou pornografia.	Assédio; importunação sexual.
26/09/2018	Publicação 16	Divulgação da roda de conversa "Setembro Amarelo na perspectiva LGBTQ+" do coletivo Ametista	Roda de conversa; saúde mental LGBTQ+.
28/09/2018	Publicação 17	<i>Plenária das Mulheres da UERJ contra Bolsonaro, golpistas e os ataques</i>	Plenária; combater a extrema direita, os golpistas e a conciliação que o PT está fazendo com esses mesmos golpistas;
30/09/2018	Publicação 18	Foto do CASS/UERJ presente no ato das Mulheres contra Bolsonaro.	Mulheres de luta; defesa das mulheres; contra Bolsonaro, a direita e a conciliação com os golpistas.
19/10/2018	Publicação 19	Chamado para o ato "Por direitos, pela democracia e pela vida das mulheres"	Contra extrema direita; convocação para o ato.
25/10/2018	Publicação 20	Panfleto construído por estudantes do Serviço Social com 4 pontos de o porquê não votar no Bolsonaro.	Panfleto; assembleia estudantil; Serviço Social UERJ na luta.
31/10/2018	Publicação 21	Divulgou o evento "Violência contra a mulher: formas de enfrentamento"	Evento acadêmico; violência contra mulher.
17/05/2019	Publicação 22	Compartilhou um post do <i>CRESS Rio de Janeiro</i> sobre o Dia Internacional de Combate à LGBTQ+fobia	Combate à LGBTQ+fobia; regressão de direitos.
17/05/2019	Publicação 23	Publicação autoral sobre o Dia Internacional de Combate à LGBTQ+fobia.	LGBT+fobia; identidade de gênero; orientação sexual.
19/06/2019	Publicação 24	Divulgação da mesa redonda "Velhices LGBTQ+: direitos e desafios no acesso à saúde"	Mesa redonda; velhices LGBTQ+; acesso à saúde.
25/06/2019	Publicação 25	Nota de pesar sobre a estudante de Ciências Sociais da UERJ, Luiza Braga, vítima de feminicídio.	Feminicídio.

26/06/2019	Publicação 26	Compartilhou a transmissão ao vivo de CRESS-Rio de Janeiro: <i>Corpo, Gênero e Sexualidade: Reflexões sobre o envelhecimento da População LGBT</i>	Corpo; gênero e sexualidade.
28/06/2019	Publicação 27	Publicação sobre a história do Movimento LGBT: "Façamos Stonewall de novo! 50 anos depois a luta LGBTQ+ continua".	LGBT; repressão; discriminação; livre construção de gênero e sexualidade; capitalismo; opressão.
06/07/2019	Publicação 28	Reforma no CASS/UERJ	Reforma no CASS/UERJ; espaço de uso coletivo.
03/08/2019	Publicação 29	Adicionou o evento "Calourada SESO UERJ 2019.2" com o tema "50 anos de Stonewall: setores oprimidos frente a reforma da previdência e os ataques de Bolsonaro".	Calourada; setores oprimidos frente a reforma da previdência e os ataques de Bolsonaro.
07/08/2019	Publicação 30	Adicionou o evento "Freedom the party"	Semana de integração; calourada; festa.
Início da gestão " Pra poder contra atacar " (2019/2020)			
29/09/2019	Publicação 31	Nota sobre o dia latino-americano e caribenho pela descriminalização e legalização do aborto	Aborto; legalização; saúde pública; educação sexual.
02/11/2019	Publicação 32	Divulgação da roda de conversa do Serviço Social "Diversidade, Direitos e Cidadania LGBTQI+"	Diversidade; direitos; cidadania LGBT.
25/11/2019	Publicação 33	Publicação sobre o Dia Latino, Americano e Caribenho de combate a violência contra mulher	Violência de gênero; opressão de gênero; feminicídio; discurso machista e homofóbico; racismo e LGBTQfobia.
11/03/2020	Publicação 34	Campanha contra LGBTQfobia nos banheiros do CASS junto de "UERJ PARA TODES".	LGBTfobia; identidade de gênero; opressão; UERJ para Todes.

1.1.1 A luta pela legalização do aborto

Figura 02: Bloco de mulheres da UERJ presente no ato pela legalização do aborto. Fonte: Facebook, Página Centro Acadêmico de Serviço Social da UERJ – CASS (09/08/2018).



Rio de Janeiro, 8 de agosto de 2018. Marcha pela legalização do aborto. Milhares de pessoas reunidas com bandeiras, cartazes, batucques e *pañuelos* (lenços) verdes expressando solidariedade à luta das companheiras argentinas pelo marco da votação do projeto de lei do aborto legal, seguro e gratuito no Senado argentino²⁰. “Façamos como as argentinas!”, “Aborto legal para não morrer! Educação sexual para decidir!”, “Sua crença não pode tirar meu direito!”, dizem suas faixas. Um bloco de mulheres da UERJ esteve presente na Cinelândia²¹ para somar à Maré Verde que também ocupou praças públicas, avenidas, consulados, embaixadas de mais de 70 países. O tom de solidariedade feminista trazia consigo urgência em organizar grandes mobilizações para legalizar o aborto no Brasil. Nas línguas espanhola e portuguesa, se cantava, em uníssono: “alerta, alerta, alerta que caminha a luta

²⁰ Apesar de toda mobilização popular, o Senado argentino rejeitou por 38 a 31 votos esse projeto de lei em 2018. Em 2020, houve uma nova votação e dessa vez aprovou, com 39 votos favoráveis, 29 contrários e uma abstenção, o direito de as mulheres decidirem sobre a interrupção da gravidez até a 14ª semana de gestação. Ao longo de toda a tramitação do projeto, os movimentos feministas do país mostraram grande mobilização ocupando as ruas com lenços verdes novamente.

²¹ O local é um tradicional palco de manifestações populares localizado na capital fluminense.

feminista na América Latina! Se não foi ontem, será amanhã. A luta pela autonomia de nossos corpos só irá avançar!”. Seus corpos, pintados de verde ou carregando amarrados ao pescoço um lenço verde, funcionam, eles mesmos, como bandeiras.

Dias antes, ocorrera, na UERJ, a Plenária das Mulheres da UERJ, promovida pelo Centro Acadêmico de Serviço Social, “como forma de impulsionar o debate e a luta pela legalização do aborto na universidade” (publicação 02). Deste modo, foi feito um chamado a todas as entidades (DCE, Centros Acadêmicos, ASDUERJ, SINTUPERJ) e aos coletivos para construir e participar desta plenária. Bem como, em especial, à cada estudante, às técnicas administrativas, trabalhadoras terceirizadas e professoras para que coletivamente fosse construída uma forte mobilização na UERJ pela “legalização do aborto legal, seguro e gratuito garantido pelo SUS”. Além disso, como forma de garantir a presença dos estudantes do curso de Serviço Social no ato em questão, o CASS/UERJ levou para a Reunião Geral do curso a proposta de não imputar falta aos estudantes que decidissem estar presentes no ato, sendo esse pedido aprovado pelos docentes e discentes.

Embora esta não seja uma pauta tradicional dos movimentos estudantis, a questão em torno do aborto, bem como sua legalização, rompeu as fronteiras dos movimentos feministas, tornando-se um debate muito presente na sociedade como um todo, permeado, no entanto, por questões sobre moral, ética, religião, dentre outros aspectos. Desde 1940, o aborto é crime pela legislação brasileira, sendo permitida a interrupção da gravidez apenas nos casos previstos em lei²².

Esta tem sido uma reivindicação antiga dos movimentos feministas pela qual distintas gerações lutaram fortemente nos últimos anos. Segundo Emmerick (2007), a criminalização do aborto está relacionada às formas de controle que a sociedade exerce sobre os indivíduos em sua vida privada, isto é, através da normatização regulatória dos corpos, de suas práticas sociais e sexuais, dos prazeres, entre outras formas de estratégias de controle biopolítico sobre os corpos, especialmente marcados pelas questões de negritude, diversidade sexual, gênero e classe. Através do processo de medicalização do social e das sexualidades, a medicina, por meio de inúmeras tecnologias e estratégias, interferiu na construção de conceitos, normas,

²² O aborto, no Brasil, é legal (ou seja, não é qualificado como crime) apenas em 3 casos: quando há risco de vida para a mulher causado pela gravidez; quando a gestação é decorrente de estupro, por solicitação e consentimento da mulher; e, mais recentemente, quando o Superior Tribunal Federal, em 2012, decidiu por ampliar essa permissividade também nos casos de anencefalia, através de uma ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental), a nº 147.

regras de higiene, comportamentos alimentares, sexuais e sociais prescritos para governar a vida dos indivíduos em processos de gerenciamento humano e controle biopolítico (FOUCAULT, 2002, 2010).

Fato é que esse debate, no contexto universitário, tem se tornado uma pauta importante para os jovens militantes dos movimentos estudantis, que trazem para esse espaço seus próprios interesses, os quais não deixam de estar alinhados ou convergentes com a mobilização pública em uma perspectiva de defesa de direitos. Para Cacau, trazer esse debate para dentro dos espaços dos movimentos estudantis, bem como para os estudantes de um modo geral, significava explicitar que essa não é uma questão “alheia ou uma coisa a mais” ao cotidiano das pessoas que transitam pelo ambiente universitário.

[...] eu lembro quando começou o movimento pela Maré Verde na Argentina, que era o movimento pela legalização do aborto, a gente tentou mobilizar o ME para poder, pelo menos, fazer atos significativos no país, porque faz parte da pauta do movimento de mulheres e estava sendo organizado pelo movimento de mulheres, mas para fazer isso na UERJ também. Eu lembro que o CASS chamou uma reunião de mulheres e foram mulheres de vários cursos diferentes, para poder ir junto no ato, fazer esse debate, foi um debate que a gente buscou fazer, a gente sempre buscou não tratar a questão das opressões, que é muita coisa, como uma coisa alheia ou uma coisa a mais, como "ah, agora a gente vai falar disso", mas como uma coisa que é parte do ME (Cacau, 33 anos, bissexual, mulher *parda*).

A narrativa de Cacau apresenta, nesse sentido, a valorização do fluxo entre os diversos enquadramentos “dos movimentos” (das mulheres, dos estudantes etc.) e a articulação de campos discursivos de ação mais ou menos separados (BAGAGLI, 2019; RIOS; MACIEL, 2018). Esse enquadramento dá centralidade à interação entre atores e atrizes - dentro de um mesmo campo e entre campos - e às correspondentes reelaborações de discursos e significados. Assim, embora certas pautas apresentem suas singularidades, tenham seus próprios atores e atrizes sociais que se mobilizam em torno disso, é possível perceber que ainda assim entram em cena no espaço universitário – que é um espaço privilegiado por sua heterogeneidade e pluralidade – e constituem-se, desse modo, novos discursos e práticas. Portanto, é relevante, nesse sentido, a compreensão de que há um processo de constituição mútua de sujeitos políticos e de enquadramentos de diversos movimentos sociais que circulam e são reformulados.

Acompanho Alvarez (2014) nas suas reflexões de que estamos em um momento de “sidestreaming” e, por isso, deve-se enfatizar, a importância dos aspectos relacionais e processuais (CARDOSO, 2008; DOIMO, 1995). Nesse sentido, os movimentos sociais devem

ser pensados como “campos discursivos de ação” que se constituem como “teias político-comunicativas”, chamando atenção à gama de articulações entre diversos atores. Segundo a autora,

Como conjuntos de ideias, pressupostos, temas e interpretações, os discursos feministas constituem um universo de significados que se traduzem ou se (re)constróem ao fluir ao longo de diversas teias político-comunicativas, norteando as estratégias e identidades das atoras/es que se coligam nesse campo (ALVAREZ, 2014, p.19).

A atuação de algumas interlocutoras em determinados campos movimentistas, como o Movimento Revolucionário dos Trabalhadores ou o Pão e Rosas, possui uma linguagem própria, sentidos e visões de mundo que eram compartilhadas com o restante das integrantes do CASS/UERJ. Para Alvarez (2014), os diferentes campos se articulam através de redes político-comunicativas reticuladas, teias marcadas pela circulação de atores coletivos formais, de agrupamentos informais, de indivíduos atuantes, de práticas, ideias e discursos, disputando representações dominantes. Ao longo dessas teias político-comunicativas, o universo de significados que constituem o discurso dos militantes dos movimentos estudantis são traduzidos e (re)construídos, (re)norteando estratégias e identidades.

Essa reflexão nos possibilita compreender a dinâmica dos movimentos estudantis contemporâneos, que se reformulam a partir da entrada de novos sujeitos nas universidades e produzem novos significados para esse espaço. Além disso, é possível dizer que essa transformação não acontece apenas de fora para dentro, pois a atuação nos movimentos estudantis historicamente já carrega consigo a característica de um movimento que, embora com muitas tensões e conflitos, traz à cena pautas que não se restringem ao âmbito da educação e, conseqüentemente, participa no processo de formação dos sujeitos envolvidos. Para Demar,

[...] a partir do momento que você começa a participar do movimento estudantil seja de forma organizada ou independente, você tem acesso não apenas às pautas em defesa da educação ou sobre a classe trabalhadora, mas também sobre diversidade sexual e de gênero, por isso digo que onde mais aprendi foi no movimento estudantil (Demar, 33 anos, bissexual, homem *branco*).

De todo modo, os espaços dos movimentos estudantis, bem como suas pautas, não são estáticos, pois, muito em razão do fator geracional que permeia o ambiente universitário, acompanhamos transformações sociais e culturais que também ocorrem na sociedade como um todo. Não podemos perder de vista, portanto, a compreensão da universidade como uma

instituição social, que exprime a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade, sendo, ao mesmo, constituída como um reflexo da sociedade a qual se insere.

Essa dinâmica percebida no CASS/UERJ corrobora para que este seja um espaço contínuo de construção de debates e questões que fazem parte do cotidiano dos estudantes. Além disso, como mencionado, o fator geracional é determinante na forma de atuação e participação dessas interlocutoras, pois além de universitárias, também são jovens e isso nos ajuda a perceber a constituição das pautas políticas, dos acionamentos de temáticas em questão, das noções de organização, dentre outros elementos que atravessam essa entidade estudantil enquanto um espaço social em constante construção.

É importante ressaltar que o CASS/UERJ é apenas uma entre muitas entidades representativas do movimento estudantil. Portanto, não é possível afirmar que a defesa desta pauta também está consolidada entre as demais entidades e coletivos. Na verdade, trata-se de uma “questão de decisão” dos atores que compõem os movimentos estudantis de tornar essas pautas visíveis ou não, bem como as concepções que cada um desenvolve a partir de suas vivências, bagagens teóricas, posicionamentos políticos, dentre outros. Desse modo, não podemos cair na armadilha de pensarmos os movimentos estudantis como um movimento homogêneo, mas sim, como um movimento plural composto por juventudes em *trânsito*. Acompanho, ainda, Reis (2016) ao propor que

as juventudes em seu *meio do caminho* fazem saltar as experiências, tornando-as possibilitadoras de escolhas. Desestabilizam também pela pluralidade: a idade pode, por vezes as unir enquanto categoria, mas são as experiências que vivenciaram que vão, principalmente, as definir (p.111, grifos da autora).

As decisões tomadas pelas entidades e coletivos dos movimentos estudantis se constituirão por uma rede de diferentes identidades constituídas a partir das experiências e pontos de vista atravessados por marcas geracionais em diálogo com outros marcadores sociais. Nesse sentido, o debate sobre o aborto se torna uma chave importante para as interlocutoras dessa pesquisa no contexto de militância política, pois não apenas reconhecem a legitimação da violência, opressão e desrespeito com a vida de mulheres pobres que optam pelo aborto ilegal e que não podem ser atendidas em serviços públicos de saúde, como também percebem que essas mulheres, desprovidas do direito a ter direitos, podem vir a ser elas mesmas. O último relatório do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) (BRASIL, 2018) apontou que o contexto universitário é composto majoritariamente por

mulheres que realizam seu curso no intervalo de tempo entre os 20 e 30 anos de idade. Podemos afirmar assim que, essa é uma questão mais presente nas universidades do que se imagina, considerando o período identificado como de “idade reprodutiva” das mulheres.

É inegável também que esse debate se relaciona com o necessário posicionamento do Serviço Social brasileiro que, comprometido ético-politicamente com a defesa intransigente dos direitos humanos, defende a legalização do aborto na perspectiva do compromisso com a autonomia e a liberdade da mulher, considerada um sujeito de direitos e soberana de suas decisões e projetos de vida. É importante não apenas para a categoria, mas para os seus futuros profissionais em formação terem a compreensão de que essa não é uma decisão individual, no que se refere às políticas públicas e à laicidade do Estado.

A incorporação dessa pauta no contexto universitário se manifesta por meio da dinâmica de aprendizagem, discussão e debate. À medida que esses estudantes aprendem a articular experiências que geram sofrimento individual com as desigualdades sociais, constrói-se uma visão de mundo mais ampla. A atuação nos movimentos estudantis, pode favorecer a formação de uma consciência crítica, que é determinante no processo de produção de pautas contestatórias, como por exemplo, a legalização do aborto.

1.1.2. Diversidade sexual e diversidade de gênero

Figura 03: Informativo sobre Stonewall e o Dia Internacional do Orgulho LGBTQIAP+. Facebook, Página Centro Acadêmico de Serviço Social da UERJ – CASS (28/06/2018). Publicação 27.



A revolta de Stonewall é um marco histórico na luta pela defesa dos direitos da população LGBTQIAP+. Em 1969, os atos “homossexuais” eram considerados crime em quase todos os Estados Unidos e pessoas homossexuais, bissexuais, transexuais ou dissidentes de quaisquer gêneros e sexualidades considerados não-heteronormativos, eram vistas como doentes e pervertidas. No dia 28 de junho de 1969, cansados da violência e repressão policial, os LGBTs que frequentavam um bar chamado Stonewall Inn, em Nova Iorque, partiram para o confronto com a polícia e tomaram as ruas por 4 dias, construindo barricadas e resistindo à violência do Estado. Segundo Apolinário et al. (2019), o ódio pela polícia já era um sentimento cultivado pela população LGBT daquela época e bastou apenas a primeira hostilidade da noite para que isso incitasse mais ainda a multidão: um policial empurrou uma das travestis quando a colocava no carro da polícia, que reagiu batendo sua bolsa na face do policial e logo após, uma das poucas lésbicas presentes no bar foi agredida quando resistiu à prisão. A multidão, então, fez com que os policiais se refugiassem dentro do bar, enquanto atiravam moedas, coquetéis molotovs e xingamentos contra eles. Foram presas cerca de 13

pessoas e essa noite foi marcada como o início do Movimento Gay nos Estados Unidos.

Os mesmos autores ainda relatam que na noite seguinte, cerca de 2 mil pessoas voltaram à rua do *Stonewall Inn* para protestar, com cartazes exigindo igualdade e sofrendo forte repressão policial. Os motins ocorreram durante toda a semana, se tornando mais inflamados próximo ao dia 2 de julho, que contou com a presença de grupos políticos de esquerda, apoiadores da “libertação” da população “homossexual”, que apoiavam a causa. Uma organização que surgiu na década de 1950, a *Mattachine Society*, composta por parte da comunidade gay, organizou a “*March on Stonewall*”²³ em julho de 1969. Após essa iniciativa, nasceu a *Gay Liberation Front*²⁴, com premissas de libertar os homossexuais da opressão e apropriar-se dos direitos humanos para o movimento LGBT. Em novembro, formou-se a *Gay Activists Alliance*²⁵ com o mesmo objetivo. Um ano depois, foi realizada uma marcha do Orgulho Gay, que comemorou tantos os protestos, quanto às conquistas.

O CASS/UERJ recuperou esse fato histórico em comemoração aos 50 anos da Rebelião de Stonewall, mas também em meio ao contexto político brasileiro marcado por uma guinada em direção à extrema direita. Nesse giro conservador, destacam-se os ataques diretos aos direitos trabalhistas e a reação governamental contrária aos avanços sociais e políticos em termos de gênero e sexualidade. Tais avanços dizem respeito às discussões sobre políticas dirigidas a pessoas LGBTQIAP+, que se deram no contexto do que Carrara (2015, p.324) denomina de processo de cidadanização de diferentes sujeitos sociais, “cujas identidades articulam-se, seja na linguagem do gênero (‘mulheres’, ‘travestis’, ‘transexuais femininos e masculinos’), seja na da sexualidade ou orientação sexual (‘gays’, ‘lésbicas’ e ‘bissexuais’).

Nas universidades, podemos perceber, nos últimos anos, que a presença de estudantes LGBTQIAP+ tem gerado demandas e mudanças para esse espaço, a exemplo do uso nome social em sala de aula e nos documentos oficiais, banheiros com sinalização de que podem ser utilizados de acordo com o gênero com o qual as pessoas se identificam, e, por fim, as cotas na pós-graduação, destinadas às pessoas trans e travestis, que têm sido uma das estratégias para garantir a mobilidade na carreira acadêmica, bem como o acesso à pesquisa científica (RIOS; PEREZ, 2020). Essas transformações no ambiente universitário são fruto de muita luta de jovens LGBTQIAP+ que têm se mobilizado para construir um espaço mais seguro e diversificado para todos que frequentam as universidades. Como bem observa Isa sobre o contexto universitário durante sua passagem pelo CASS/UERJ:

²³ Marcha em Stonewall, tradução livre.

²⁴ Frente de Libertação Gay, tradução livre.

²⁵ Aliança dos Ativistas Gay, tradução livre.

[...] tinham vários alunos, vários não, vários é um exagero, porque ainda é uma população muito privada desse espaço, mas tinham pessoas trans nas turmas e os alunos inclusive se organizaram para enfrentar transfobia, LGBTfobia, muito novos, mas muito conscientes da sua sexualidade, da sua etnia, da sua raça e muito feministas, as minas, é um feminismo geral, mas que inclusive é meio que natural e eu acho que essa transformação é muito clara (Isa, 26 anos, bissexual, mulher *negra*).

É relevante mencionar que não havia a intenção de entrevistar na pesquisa apenas pessoas não heterossexuais, entretanto, foi como o campo se revelou. Bem como revelou também que a própria atuação dentro dos movimentos estudantis foi importante para a “descoberta” de algumas interlocutoras sobre si mesmas nesse percurso. O processo de descobrir-se na universidade é muito interessante, pois está relacionado diretamente ao fato de se sentir confortável o suficiente para permitir-se explorar os próprios desejos e afetos. Isso acontece não sem tensões, uma vez que o mesmo ambiente pode reproduzir preconceitos e discriminação, é, ao mesmo tempo, o lugar que, através do processo de conscientização crítica, lhe permite esse olhar de fora para dentro de si a partir do envolvimento com as questões de gênero e sexualidade. Esses agenciamentos em torno do processo de produção dos sujeitos serão analisados no capítulo três.

Desse modo, é possível dizer que a incorporação das pautas sobre diversidade sexual e de gênero se constitui a partir da capacidade desses jovens LGBTQIAP+ de mobilizar conhecimentos e experiências para resolver determinadas situações do cotidiano. É, portanto, a necessidade de reverter práticas naturalizadas de promoção de desigualdade que ganha força e encontra materialização nas ações desenvolvidas por esses sujeitos que passam a entrar em cena. Como na narrativa de Isa:

Teve um momento mais marcante como, por exemplo, as campanhas que a gente chegou a fazer, intervenções que a gente chegou a fazer na universidade contra a transfobia, contra a LGBTfobia, a partir inclusive de casos que a gente, infelizmente, vivencia na universidade. Eu lembro que a gente chegou a fazer inclusive a última calourada, que eu ajudei a organizar, se não me engano, foi contra as opressões, tinha isso como um elemento bastante central e me chama muito atenção como isso vai inclusive mudando a forma de pensar não só minha, mas de muitos estudantes que se permitiram estar abertos pra participar, construir, acompanhar essas discussões, mas isso também acompanha uma mudança geracional da composição do curso (Isa, 26 anos, bissexual, mulher *negra*).

Por outro lado, é relevante mencionar que as publicações também mostram que não necessariamente somente as opressões vivenciadas dão sentido às pautas no contexto

universitário. Há também a própria interação entre os jovens LGBTQIAP+ que buscam através de atividades ligadas à sociabilidade, como a recepção de calouras, cinedebates, festas e saraus, rodas de conversa etc., chamar atenção para aspectos positivos que permeiam a diversidade sexual e de gênero, mobilizando temáticas que falem sobre o afeto entre pessoas LGBTQIAP+, o autocuidado, os direitos de cidadania, dentre outros.

Portanto, percebe-se que a incorporação das temáticas em questão acontece por processos relacionais e os que se desenvolvem a partir do contexto de relações sociais juvenis. A convivência com os pares permite a construção de ações que visem a modificações estruturais e ao desenvolvimento de recursos individuais e coletivos para a ação social política relacionadas à diversidade sexual e de gênero.

1.1.3. – A luta das coletividades discriminadas socialmente contra o “bolsonarismo”

Figura 04: Panfleto deliberado em assembleia estudantil para ser construído por estudantes de Serviço Social. Facebook, Página Centro Acadêmico de Serviço Social da UERJ – CASS (25/10/2018). Publicação 20.



A campanha presidencial de Jair Bolsonaro, ocorrida em 2018, foi oficializada em convenção nacional pelo Partido Social Liberal (PSL), em 22 de julho de 2018. Essa eleição é parte e consequência, como propõe Simões (2020), de uma reação política, de cunho moral e religioso, que submeteu as estruturas governamentais ligadas às pautas de raça, gênero e sexualidade a um rápido processo de recomposição com vistas a dissolvê-las ou torná-las ineficazes. Acompanhamos a afirmação do autor de que não se trata apenas de um trabalho de desmonte, mas sim de constituição de uma nova política, “que ora se mostra crítica e francamente contrária aos direitos humanos, ora busca reposicionar as fronteiras que distinguem quais são os humanos dignos de direitos” (p.14).

Embora o contexto atual nos forneça diversas evidências do acirramento dos conservadorismos e reacionarismos morais e religiosos, as narrativas e as publicações produzidas pelas integrantes do CASS/UERJ também abordavam um cenário mais complexo, com múltiplas divisões, percursos distintos e diferentes possibilidades. Aos nossos olhos, essa geração de jovens negros, negras e LGBTQIAP+ que entrou nas universidades, mesmo com todas as dificuldades encontradas, não parece estar disposta a perder esse espaço conquistado através de muita luta, nem renunciar a seu direito de existir sem ser discriminada.

É notório que os movimentos feministas tiveram uma grande atuação no processo eleitoral de 2018 e, apesar da vitória nas urnas, Bolsonaro não escapou de ter se tornado alvo de protestos contra sua candidatura. É preciso ressaltar que se, por um lado, havia um forte movimento antipetista²⁶ que ganhava cada vez mais força, também houve um forte movimento de rejeição à candidatura de Bolsonaro, principalmente por eleitores favoráveis às pautas de gênero, diversidade sexual e racial. As mulheres, em especial, encontraram no movimento #EleNão²⁷ uma forma de amplificar o debate político em torno dos retrocessos

²⁶ “A oposição ao Partido dos Trabalhadores sempre existiu, no entanto, quando Lula foi eleito [em 2002], o sentimento antipetista que se delineava apresentava um caráter letrado, intelectualizado e elitista. Impulsionado por jornalistas, colunistas e dispondo de uma postura ‘sofisticada’ de rejeição, apresentava grande indignação com a baixa escolaridade de Lula e suas críticas estavam sempre vinculadas a cobranças éticas, devido ao escândalo do Mensalão. Quando a correlação entre a crise econômica enquanto um sintoma do enraizamento de práticas de corrupção passou a integrar o imaginário social, o antipetismo foi, aos poucos, se aproximando daquilo que conhecemos hoje. Ao transcender a elite intelectual, o movimento eclode de maneira massificada. Ainda que com o apoio do empresariado, sua nova face passa a agregar os demais estratos sociais, reformulando e ressignificando suas premissas, percepções e aplicações: apoderando-se de uma postura mais bruta e grosseira, fomentando discursos de ódio e dispensando a ética como pilar estruturante, a qual gozava anteriormente.” (TURINI, Y.; CORREA, N., 2020, p.3)

²⁷ Esse movimento surgiu da organização de um grupo de mulheres formado no Facebook, denominado “Mulheres Unidas Contra Bolsonaro”. Em 21 de janeiro de 2019, o grupo Mulheres Unidas Contra Bolsonaro <<https://www.facebook.com/groups/499414607198716/>> alterou seu nome para Mulheres Unidas com o Brasil. Na descrição da página, encontramos que se trata do “Grupo OFICIAL destinado a união das mulheres de todo o

que Jair Bolsonaro representava às mulheres e às demais coletividades socialmente discriminadas.

Nas universidades, os estudantes também protagonizaram a construção da narrativa e a legitimação do movimento de rejeição a Bolsonaro no período eleitoral, principalmente aqueles identificados como pertencentes a “minorias sociais”. Para Demar, são esses sujeitos, os quais “sabem o que está em jogo”, que se colocam na linha de frente desses debates, antes mesmo de muitos grupos e espaços denominados de esquerda o fazerem. Isa também corrobora com essa afirmação:

[...] era um curso de mulheres e as mulheres eram a maior parte de rechaço contrário ao Bolsonaro, então por exemplo, a gente organizou o curso pra ir pro #EleNão, fomos pro #EleNão com parte dos estudantes, colocávamos sempre parte dos debates, de como fazer os debates eleitorais, as mesas, os espaços do CA, era de como a extrema direita, personificava no Bolsonaro, era um projeto de ataque as mulheres, de ataque aos negros, de ataque aos LGBT e esses setores inclusive precisavam se organizar contra isso, para além do processo eleitoral (Isa, 26 anos, bissexual, mulher autodeclarada negra).

Esse mesmo período é marcado por outro fato que merece nossa análise: o assassinato da vereadora Marielle Franco. A morte de uma parlamentar, mulher negra, favelada, LGBTI+, era o retrato infeliz do Brasil pós golpe²⁸ e para alguns integrantes do CASS/UERJ, isso ainda era uma “ferida muito aberta”. Foi um momento muito doloroso, mas que serviu também para mobilizar milhares de jovens que se viam representados pela Marielle, na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, a participar da vida política.

Em 2018 também teve a morte da Marielle, o assassinato da Marielle, então a gente procurou também expressar nossa indignação, que isso era uma expressão do país pós-golpe, onde uma parlamentar negra, LGBT, favelada, era brutalmente assassinada, era uma expressão do momento que o país estava, então eu acho que isso marcou muito na nossa gestão, naquele momento, e marcou muito aquele ano (Cacau, 33 anos, bissexual, mulher *parda*).

Desse modo, vimos diversos atores e atrizes sociais transformarem essa tentativa de silenciamento dos movimentos sociais, em possibilidade de mudança desse cenário permeado de valores nacionalistas, misóginos ou sexistas, anticomunistas e anticientíficos, representados pela extrema direita.

Brasil (e as que moram fora do Brasil) contra o avanço e fortalecimento do machismo, misoginia, racismo, homofobia e outros tipos de preconceitos. Acreditamos que este cenário que em princípio nos atormenta pelas ameaças as nossas conquistas e direitos é uma grande oportunidade para nos reafirmarmos enquanto seres políticos e sujeitos de direito”.

²⁸ A ideia de golpe tem sido utilizada amplamente, por vários autores (PRONER et al., 2016), para designar a ruptura democrática ocorrida em 2016, com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, que teve apoio judiciário e parlamentar junto aos meios de comunicação do País.

A atuação do CASS/UERJ reforçou, nesse sentido, a perspectiva de uma entidade de luta, militante, a serviço da “classe trabalhadora”, que não separa a luta dentro e fora da universidade por entender que essas pautas estão interligadas. E percebemos ainda como gênero e sexualidade ocupam aí um lugar no centro das disputas políticas, que “está associado ao fato de que essas arenas da vida social são lugares onde frequentemente se depositam ansiedades diversas, mas também responde à dinâmica dos embates políticos específicos do nosso tempo” (FACCHINI; FRANÇA, 2020, p. 17). Ou seja, o acionamento dessas pautas no contexto universitário pode ser entendido também como uma resposta à ofensiva antigênero e antissexualidade²⁹ no Brasil.

Nesse sentido, a pauta política em torno da luta contra o “bolsonarismo” e os “ataques da direita” mobilizada frequentemente através de temáticas como opressão de gênero, cidadania LGBTQIAP+, racismo, desigualdades etc., se mostrou como uma resposta ao acirramento do conservadorismo, mas, segundo uma das interlocutoras, já era uma característica da gestão do CASS/UERJ desde 2015, com a chapa “Por Todos os Amarelos” (2015-2016).

É uma resposta também ao Bolsonaro e a toda corja de extrema direita por trás, mas para início isso sempre foi parte do programa mesmo do CASS, da gestão que estava no CASS na época, cada gestão do CASS tem um programa, em todas [inaudível] que participei, sim, a questão do aborto sempre foi muito forte, a questão LGBT, dos direitos LGBT sempre foi muito forte, então assim, sempre fez parte do programa, obviamente que em momentos como esse a gente vai buscar colocar ainda mais [...] Hoje eu vejo muito mais como isso é lutas de classes, não necessariamente luta de classe com greve, piquete e tal, mas é uma expressão das disputas da hegemonia, é uma expressão dessa onda que vinha também de questionamento, e o bolsonarismo também como uma resposta a essa força. Essa questão que você mencionou dos processos de lutas que vinham antes, o contato com o CASS, por exemplo, tinha de fazer com que a realidade pudesse ser interpretada sob a ótica da luta de classes fez total diferença porque não é uma parada que perdia o conteúdo no ar, era uma parada que, muito pelo contrário, se ligava muito (Luísa, 22 anos, “em aberto”, pessoa do gênero feminino *branca*).

É interessante notar como esse debate também traz fortes acionamentos da perspectiva marxista e isso acontece, pois, ainda hoje, o Serviço Social, é conhecido por continuar investindo em uma formação fundada na tradição marxista, que ocorre desde o Movimento de Reconceituação da profissão nos anos 1970 – processo que questiona o significado da ação

²⁹ Corroboro com Bulgarelli (2020) ao utilizar as expressões “antigênero” e “antissexualidade” no sentido de reforçar o modo como as proposições sobre direitos no campo do gênero e da sexualidade evocadas por grupos conservadores, de direita e religiosos fazem frente às noções de direitos de gênero e direitos sexuais, contemplados em políticas que vinham sendo implementadas de diferentes formas pelos governos petistas.

profissional e, por conseguinte, introduz o marxismo nos conteúdos da formação profissional (TAVARES, 2013).

Percebemos esse cenário ainda como uma resposta que os atores e atrizes envolvidos no fortalecimento da luta e das questões em torno da diversidade sexual e de gênero têm cobrado do marxismo a formular análises a respeito. Frente a essa discussão, Mieli (2002) aponta que não se deve perder de vista que o marxismo não é apenas expressão teórica das lutas dos trabalhadores, pois ao tornar-se movimento e servir como base de um projeto de sociedade socialista, apontou para um processo revolucionário que abriu caminho para outras lutas, como a feminista e a LGBT. Além de ter sido base para muitas perspectivas e ferramentas teóricas que contribuíram para o desenvolvimento dos estudos de gênero e sexualidade, sobretudo a partir de 1970.

A constituição dessa pauta não só emerge da necessidade de enfrentar o “bolsonarismo”, mas fundamentalmente em função da nova composição de estudantes que chegam à universidade, que se sentem ameaçados e percebem que os retrocessos no campo do gênero e sexualidade impactam também no contexto universitário, onde ocorreram transformações culturais e políticas mais amplas direcionadas à inclusão de grupos historicamente sub-representados.

1.2 – O processo de produção de tensões e alianças

O CASS/UERJ é concebido pelos seus integrantes como uma entidade “militante”. Por “militante”, entende-se como uma “forma de participação *duradoura* em uma ação coletiva que vise à defesa ou à promoção de uma causa” (SAWICKI & SIMEANT, 2011, p. 201, grifos do autor). O sentido de militância nesse contexto é empregado, como propõem Sawicki e Simeant (2011), como uma espécie de “adjetivo”, que qualifica uma forma específica de engajamento dos sujeitos em causas. Cabe ainda dizer que seu uso também indica a relação do termo com a participação em movimentos de lutas e formação de entidades e coletivos em

defesa de interesses comuns daqueles incluídos, por isso, o CASS/UERJ se define como “uma ferramenta de lutas dos estudantes, nos aspectos que acharem necessários”,³⁰.

No sentido de pensar como essa militância é construída, bem como o próprio significado disso para as interlocutoras, nos apoiamos na reflexão de Sawick e Simeant (2011) ao propor que a interação de pessoas é necessária para que ocorra um compartilhamento de propriedades sociais entre um indivíduo e os membros de um grupo mobilizado.

Essa perspectiva permite abordar de maneira relacional a questão dos “benefícios”, inclusive prazeres e emoções, da adesão, articulando-a ao mesmo tempo à da identidade para si mesmo e para os outros. O ajuste ou, ao contrário, o desajuste entre esfera de amigos, familiar, profissional e militante condicionam as chances de se permanecer ou não engajado, ou até de aumentar a intensidade do engajamento. Tensões identitárias, conflitos de papéis e impossibilidades práticas entre as expectativas e os valores próprios a cada uma dessas esferas podem levar, desse modo, ao questionamento de um engajamento militante (SAWICKI & SIMEANT, 2011, p. 216, grifos do autor)

É interessante notar que o CASS/UERJ não recusa o termo “militante/militância”, pelo contrário, o endossa, ainda que tenhamos nos últimos anos observado um aumento significativo do uso da categoria “ativista/ativismo”. No entanto, ousar dizer que a percepção de “militância” evocada nas narrativas das interlocutoras dessa pesquisa dialoga, de certo modo, com a mesma finalidade de “ativismo”, corroborando com o estudo de Sales, Fontes e Yasui (2018) que define militância e ativismo como “metodologias para produzir ações coletivas a fim de intervir/interferir nas normas sociais vigentes” (Sales et al., 2018, p. 567). Não me parece que as metodologias são diferentes a ponto de produzir efeitos diferentes em quem as usa. As fronteiras entre “ativismo” e “militância”, para o CASS/UERJ, se borram trazendo arranjos descentralizados, nos quais a “liderança” e as decisões são partilhadas entre muitos. Nesse sentido, as redes se configuram como modelo organizativo estratégico, como as alianças que serão analisadas nesse bloco.

Não podemos deixar de ressaltar que o próprio processo de formação em Serviço Social contribui, significativamente, para uma compreensão que o CASS/UERJ demanda uma atuação militante em uma perspectiva totalizante, baseada na identificação dos determinantes socioeconômicos e culturais das desigualdades sociais. Isso significa pensar que não cabe apenas refletir e atuar sobre o que acontece no contexto universitário, como se fosse um espaço separado do mundo, mas sim, reconhecer e fortalecer os espaços e formas de luta e organização dos estudantes em defesa de seus direitos como um todo.

³⁰ Informação retirada da página do CASS/UERJ no Facebook, localizado na seção “sobre a página”.

[...] um CA não é um espaço para estar só ali dentro da universidade, só estar na faculdade, só para resolver questões pontuais, obviamente a gente faz isso também, faz parte da entidade, mas vemos que muitas entidades estudantis em geral e as entidades dos trabalhadores, representativas em geral, devem ser espaços políticos mesmo, de debate, tem que ser espaço de debate (Nat, 26 anos, pansexual, não binária autodeclarada branca).

Entretanto, essa concepção adotada pelo CASS/UERJ não é unânime, como já foi mencionado, no universo das entidades e coletivos dos movimentos estudantis. Portanto, isso traz à luz posicionamentos divergentes sobre o modo de participação e organização política, especialmente, dentro do contexto universitário. Nesse sentido, é importante entendermos como se desenham os conflitos enfrentados, considerando a universidade como uma arena social, permeada não apenas pelas tensões, mas também pelas alianças que são construídas para que as pautas de gênero e sexualidade se tornem visíveis e, posteriormente, possam ganhar legitimidade ou não, através dos outros atores importantes que disputam essa arena, como o restante do corpo discente, o corpo docente e técnico universitário, bem como outras entidades e coletivos que compõem o espaço de ação da universidade. Em suma, é uma maneira de entender como, nas suas escalas, esses atores estão não só fazendo para si próprios a representação de movimento estudantil, mas também (e sobretudo) como eles o estão construindo. Essa compreensão é apresentada através da narrativa de Isa:

Não há uma concepção geral do ME, como também não há uma concepção geral de um ME combativo, de um ME qual era a luta de classes, um ME aliado aos trabalhadores, um CA militante, eu acho que isso não é uma concepção geral, é uma concepção que falta no ME de conjunto e inclusive acho que seria uma fortaleza mais profunda, se ela fosse uma visão mais comum dentro do ME, porque é essa fortaleza que faça com que a gente possa tratar esses temas, inclusive os temas ligados às opressões como uma forma da vida, porque é isso, as estudantes mulheres, as estudantes LGBT, enfrentam a LGBTfobia e o machismo no cotidiano das suas vidas, isso é parte da vida, isso não é à parte do ME, não é um tema do ME, como também não é um tema só dos movimentos de mulheres, eu acho que a universidade é um espaço privilegiado, não gosto muito dessa palavra no geral, mas é um espaço privilegiado, para se fazer debates [...] (Isa, 26 anos, bissexual, mulher *negra*).

A fim de compreender as tensões e as alianças suscitadas pela dinâmica do CASS/UERJ escolhemos dois casos específicos trazidos a partir das narrativas das interlocutoras. O primeiro se refere à construção em torno da mobilização do “8M”, que mesmo com as diferenças políticas no centro das tensões vivenciadas, foi possível encontrar o “fator em comum” para construir alianças com o objetivo de se organizar para além do ato público organizado. O segundo se refere a um caso de transfobia que ocorreu dentro de sala de aula, entre uma professora e um aluno transexual, no final de 2019, e acabou demandando

uma mediação institucional entre a direção da Faculdade de Serviço Social, professora e aluno.

O “8M” ou 8 de março, data que é comemorado o Dia Internacional da Mulher, é também um movimento de articulação internacional de combate ao machismo, à misoginia e à violência contra as mulheres. Esta é uma data de destaque para que as mulheres possam levar às ruas toda a indignação, exigindo respeito aos direitos conquistados. Os atos acontecem em diversos países, mas nem todas as mulheres, por exemplo, podem marchar em solo livre. Regimes autoritários, golpes de Estado, atentados à democracia, o acirramento da onda conservadora vem atingindo várias nações, em diferentes escalas, fazendo com que as mulheres tenham que lutar por direitos básicos e impedir o retrocesso de conquistas importantes. No Brasil, os atos são, na maioria das vezes, organizados por grupos suprapartidários e redes de organizações da sociedade civil. Há, também, a presença de iniciativas ligadas a partidos de esquerda. Embora seja um ato unificado, essa composição plural de atores e atrizes envolvidos também produz, ao mesmo modo, tensões e conflitos.

As tensões geradas pelas correntes políticas divergentes apareceram de maneira significativa nas narrativas das interlocutoras, ainda que as questões de gênero e sexualidade, conforme apontou Cacau, fossem as que proporcionassem mais “unidade”. Essas tensões se materializaram de diversas formas, como calúnias, exposições difamatórias, grafitos de banheiro³¹ em forma de xingamento, dentre outras. Para Isa, as tensões ocorriam mais explicitamente durante o processo eleitoral do CASS/UERJ e das demais entidades estudantis, com as formações das chapas, pois este era o momento que se faziam mais debates e tornavam mais visíveis as linhas políticas adotadas por cada sujeito.

Porque é isso, quando a gente ia montar a chapa a gente já tinha as nossas perspectivas, a nossa visão, mas na universidade, em reuniões do CA, em espaços da universidade, sempre houve mais conflitos. É um tema que não é um tema fácil de se discutir em conjunto, o CA não é diferente. O ME não era diferente. Então sempre tiveram tensões, mas eu acho que nada muito absurdo (Isa, 26 anos, bissexual, mulher *negra*).

Essas diferenças políticas aparecem principalmente como “expressões” das correntes políticas que os sujeitos mais se identificam. Para as interlocutoras da pesquisa, suas

³¹ Grafitos de banheiro, denominados também como escritas latrinárias, são inscrições produzidas em banheiros públicos. Essas produções costumam ser realizadas nas portas, paredes e no teto, sob um anonimato, que fornece aos grafiteiros relativa privacidade na qual possam expressar seus pontos de vista sem medo (TEIXEIRA, R.P.; OTTA, E., 1998). White (1977) afirma que a condição de anonimato aumenta a probabilidade de haver comportamento contra as normas, agressivo e/ou destrutivo.

considerações permaneciam vinculadas à alternativa “reforma ou revolução” influenciada por uma tradição marxista. Denominar uma outra entidade ou coletivo como “reformista”, significa dizer que suas práticas são apaziguadoras no processo de “luta de classes”, enquanto cabe aos “revolucionários” papel de relevância no processo de radicalização contra a burguesia. É claro que essas “definições” não aparecem de modo objetivo, mas são trazidas a partir das percepções que cada integrante aponta nas suas próprias narrativas, e, por isso, é importante entender como isso se apresenta na dinâmica desenvolvida pelo CASS/UERJ. Segundo Luisa,

Então ver também a atuação não como uma rixa, mas como um debate necessário frente à realidade e o que isso representa para a classe trabalhadora, foi algo também muito importante porque ensina a não fugir dos desafios. Se a gente não combate hoje o que está conflituoso, lá na frente isso vai recair, porque em um momento mais acentuado de disputa, de organização da classe trabalhadora, de acenos, como você vai defender uma posição em que o próprio setor da direita, da lava jato³², o qual aplica os ataques sobre a classe trabalhadora é uma alternativa? Então eu encarei e acho que isso me ajudou a encarar os desafios mais de frente. Quando eu falo que a gente é sujeita, de poder decidir sobre nosso corpo, contra a burguesia que não está separada, esse debate vem como parte disso, de ser sujeito de pensar que isso não está por fora de construir, por exemplo, essa alternativa, uma política de independência de classe, e a gente vai em momentos cruciais fazer a diferença (Luísa, 22 anos, “em aberto”, pessoa do gênero feminino *branca*).

A narrativa de Luísa nos ajuda a compreender a posição das integrantes do CASS/UERJ diante das tensões e os conflitos que surgiram. O “8M” foi um importante marco na trajetória das interlocutoras, principalmente pela possibilidade de participar na construção desse movimento com diferentes setores de esquerda que estão presentes na universidade. Entretanto, isso expõe também as diferenças políticas que constituem a multiplicidade das atrizes sociais que compõem esse próprio movimento. Para Cacau,

o movimento de mulheres mantém uma estrutura de organização multipartidária que consegue se manter de forma muito mais constante e até representativa do que o próprio LGBT e o próprio movimento negro uniram. Tem constâncias, tem um grupo de mulheres do 8M, eu não estou dizendo que eles abarcam todos os setores que trabalham com as pautas das mulheres, mas assim, eu acho que no CASS em torno dessas questões, às vezes tinha diferença, tem setores que são, que tem uma perspectiva reformista, e a gente vai debater essas concepções (Cacau, 33 anos, bissexual, mulher *parda*).

³² A Operação Lava Jato começou como uma força-tarefa que incluiu delegados e agentes da Polícia Federal e membros do Ministério Público Federal, em articulação com juízes federais, como depois se soube pelas revelações do *Intercept Brasil*. A Operação supostamente inicia como uma investigação sobre lavagem de dinheiro conectada a um parlamentar do Estado do Paraná e, conforme se desenvolveu, culminou explorando condutas consideradas reprováveis de vários políticos e empresários de alto escalão, em alegada conexão com a companhia estatal Petrobrás - uma das maiores petrolíferas do mundo.

É relevante ressaltar que por mais que o movimento de mulheres seja plural, é preciso encontrar formas de construir convergências, alianças e unidade que, de fato, se fortaleçam como um “fator em comum” na organização do movimento e na luta pela emancipação das mulheres. Pode-se dizer que marcadores de gênero, raça, sexualidade, origem social, geração, em sua reiteração, complementaridade ou variedade, são o estofa da formação das próprias concepções e pautas consideradas necessárias. Ignorar esses marcadores no processo de produção de pautas do “8M” pode afastar diversas sujeitas, que trazem a partir das suas próprias vivências suas bandeiras de modo corporificado.

Isso nos leva a pensar o efeito causado no segundo evento que propomos analisar, o episódio de transfobia que aconteceu em sala de aula entre uma professora e um aluno transexual. A narrativa de Nat apresenta como se desenvolveu o acontecimento:

Pensando em algo mais específico [sobre as tensões percebidas], foi algo público com uma professora em 2019, com um aluno trans, que teve uma discussão dela ser feminista radical, apontou algumas opiniões dela. E algumas coisas na sala dela tiveram aspectos transfóbicas e o estudante se sentiu desconfortável e contou para o CASS esse desconforto, era como se fosse uma denúncia grave mesmo, na falta de uma palavra melhor, para abrir o debate mesmo, e a gente obviamente escutou, pensando no melhor encaminhamento, como a gente sempre teve um diálogo bom com a Direção e a Faculdade, e a direção não era uma direção de direita ou punitivista, da Faculdade de Serviço Social, então a gente levou pra direção pra entrar em contato, conversar com essa professora e foi recebido isso por parte da professora em questão, que pensou, acho que pior do que estar sendo denunciada a transfobia, o fato dela estar sendo "denunciada", ela não soube lidar muito bem, ela sempre discordando, o estudante colocou que teve aspectos transfóbicos e gostaríamos do debate, a gente levou pra reunião geral, porque a gente não parte de uma visão punitivista por punitivista, “se foi homofobia a gente vai colocar você pra fora e vamos ir pra polícia”, porque a gente não acredita nisso. A gente queria conversar, fazer um debate, porque é uma Assistente Social, porque a gente acha que você precisa colocar o debate até para avançar a visão das pessoas. Então foi colocada a discussão de que iríamos para reunião geral, com a professora, com o estudante, com a gente, com a direção, com todos os professores, para convocar mesmo o CASS, conversar sobre, alinhar as posições, e no final ela concordou e não concordou, foi um debate que seguiu um pouco, não teve total acordo das críticas que fizeram a ela, mas teve alguns encaminhamentos como a própria mesa que teve da calourada, depois a gente teve uma mesa sobre a questão trans e os ensinamentos não só pra ela, mas pro curso em geral, teve essa conversa com ela, teve a mesa para colocar o debate no curso, foi um pouco complicado porque logo depois dessa questão teve a pandemia, então foi difícil de seguir o debate como deveria, de modo remoto, mas acho que a única tensão que eu me lembro, no meu caso, foi essa (Nat, 26 anos, pansexual, não binária *branca*).

É interessante notar como ao mesmo tempo em que as tensões e os conflitos são produzidos no espaço de ação da universidade, as alianças também vão sendo gestadas. Esse episódio de transfobia teve diversos desdobramentos que aconteceram a partir do protagonismo dos próprios estudantes que se sentiram desconfortáveis com a situação e buscaram intervir diante do caso não apenas como um evento singular, mas como também

uma questão estrutural na sociedade. Enxergar essa situação a partir dessa perspectiva possibilitou o diálogo não apenas entre os sujeitos envolvidos, como mobilizou todo o corpo discente, docente e técnico-universitário para um debate necessário a fim de garantir o direito de existência e permanência do aluno transexual na universidade.

É evidente que o CASS/UERJ ocupou um papel de mediação diante desse episódio em questão, tanto porque houve um contato direto, como forma de “denúncia”, entre o aluno que sofreu transfobia com as integrantes do CASS/UERJ quanto porque essas próprias sujeitas carregam consigo mesmas essas marcas de opressão vinculadas a suas expressões de gênero e sexualidade, que se transformam, nesse espaço de ação da universidade, em novas possibilidades de resistência. Não necessariamente as integrantes precisariam ser transexuais para estarem envolvidas, mas o processo de produção do sujeito é permeado por marcadores sociais que se projetam em seus corpos. É importante essa compreensão no sentido de que as integrantes do CASS/UERJ se sensibilizam a favor das diversidades e buscam meios para trazer ao espaço da universidade esses debates que se materializam em forma de pautas políticas, intervenções, dentre outras. Assim, o CASS/UERJ buscou tornar o episódio de transfobia em um processo de formação não só dos pares, mas do conjunto de atores e atrizes que compõem o curso.

A postura da direção da Faculdade de Serviço Social ao se colocar “aberta” para ouvir as demandas trazidas também possibilitou o avanço das intervenções que foram organizadas pelo CASS/UERJ, ainda que tenha se deparado com as dificuldades impostas pela pandemia de Covid, no início do ano letivo em março de 2020. Se de um lado havia uma professora, que respondia institucionalmente, adotando posturas transfóbicas, por outro, também institucionalmente, havia uma resposta a isso, ainda que de forma incipiente. E isso ocorreu em função de alianças construídas através do diálogo e participação nos espaços de correlação de forças institucionais.

Pode-se dizer que as alianças e as tensões se constituem na arena social de forma heterogênea, se revertendo em desdobramentos passíveis de serem materializados, ou não, a partir de uma perspectiva de garantia de direitos. Por isso requer uma atuação alinhada aos estudantes, docentes, movimentos sociais etc., no sentido de aglutinar diferentes setores em prol de uma construção coletiva para avançar no que diz respeito ao bem comum.

No capítulo a seguir refletiremos sobre a atuação do CASS/UERJ diante do acirramento do conservadorismo moral, compreendendo também a necessidade de olhar para os outros movimentos sociais através das narrativas dos sujeitos. Visamos, assim, compreender as estratégias e os limites desta entidade estudantil no enfrentamento aos ataques de setores conservadores.

CAPÍTULO 2 – *UMA ENTIDADE QUE NÃO SEPARA A LUTA DENTRO E FORA DA UNIVERSIDADE: o entrecruzamento de pautas acionadas pelo CASS/UERJ*

A proposta deste capítulo é analisar como as ações do CASS/UERJ foram desenvolvidas entre 2018 e 2020, compreendendo a escalada do conservadorismo moral que foi consagrada na eleição de Jair Bolsonaro em 2018. Em diversos momentos, as integrantes do CASS/UERJ estiveram presentes na linha de frente de manifestações, junto a outros movimentos sociais se posicionando não só contra os ataques ligados às pautas de gênero e sexualidade, mas chamando atenção, também, para os ataques de setores conservadores de modo geral, sobretudo para os trabalhadores. Podemos dizer, nesse sentido, que o CASS/UERJ fez um esforço para tornar público o que não é visto como prioritário, importante e relevante para a vida universitária. A percepção de que um Centro Acadêmico não é uma entidade para atuar somente dentro da universidade ou apenas responder às demandas burocráticas, necessariamente permite a entrada de temas abrangentes que perpassam pelo cotidiano não apenas das integrantes do CASS/UERJ, mas do corpo discente no geral.

Se ainda que a lentos passos, observamos um avanço nas últimas décadas no que tange à afirmação de direitos no campo do gênero e da sexualidade, a vitória de Jair Bolsonaro representava sua total destruição. Para Demar, são as “minorias” que representam o “start”³³ para essa mobilização contra Bolsonaro, principalmente por saber o que de fato estava em jogo naquela conjuntura. As próprias ameaças evocadas ainda enquanto candidato à presidência, eram o suficiente para as integrantes do CASS/UERJ perceberem o que estava por vir, buscando desse jeito traçar estratégias e respostas para os efeitos que tanto a eleição, quanto o momento posterior a ela, trariam. Assim ganha visibilidade a frase que circulou, por diversas redes sociais, após a vitória de Jair Bolsonaro: *ninguém solta a mão de ninguém*.

Buscamos, através das narrativas das interlocutoras, entender os limites e as estratégias evocadas pelo CASS/UERJ, bem como suas percepções acerca dessa “nova política”³⁴, exaustivamente mencionada por Jair Bolsonaro durante a eleição, com vistas a

³³ Expressão utilizada pelo Demar, na entrevista realizada no dia 08/01/2022, para se referir ao despertar das “minorias” para a luta contra o Bolsonaro.

³⁴ “Bolsonaro, durante a campanha, caracterizou-se como um candidato *outsider*, alguém que não fazia parte da política tradicional – referida por ele como “velha política” –, que nunca se envolveu em indicações para cargos

retorcer o potencial de desenvolvimento dos direitos humanos e legitimar um projeto anti-igualitário e antidemocrático de sociedade.

2.1 O enfrentamento aos ataques de setores conservadores

Setores da direita nunca estiveram ausentes da política brasileira, desde a constituição da República. Como propõe Miguel (2018), acionaremos a ideia de reemergência da direita brasileira, para trazer a discussão sobre como políticos de direita e de extrema direita, lideranças religiosas cristãs e grupos conservadores têm ganhado visibilidade e relevância nos últimos anos, assumindo sem rodeios um discurso conservador ou reacionário. Como aponta Bulgarelli (2020), trata-se de um cenário de “disputas que envolvem tantos aspectos morais como questionamentos sobre a legitimidade de estabelecer garantias protetivas e reparatórias para mulheres e pessoas LGBT” (p. 393).

Acompanhamos, nas últimas décadas, um aumento de medidas e ações estabelecidas pelo Estado, no campo das políticas de gênero e sexualidade, que embora tenham sido incipientes, não deixaram de incomodar e atrair cada vez mais críticas de setores denominados conservadores. Foi um fenômeno que, não por acaso, ocorreu ao longo das administrações Lula (2002-2010). Durante a primeira década dos anos 2000, observamos importantes transformações mobilizadas pelos movimentos sociais, em especial o movimento LGBTI+ que conseguiu institucionalizar suas demandas e ensejou

a proposição de projetos de lei no Congresso Nacional, em Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores; a criação de uma estrutura de participação socioestatal por meio de conselhos, coordenadorias e conferências LGBT em níveis federal, estadual e municipal; a incidência jurídica por meio da proposição de ações judiciais, bem como a primeira política pública nacional de combate à discriminação por orientação sexual, em 2004 (BULGARELLI, 2020, p. 397).

Conforme já mencionado, é, também, durante o ciclo de governos petistas que temos uma maior transformação cultural e política direcionadas à inclusão de grupos historicamente

ou no que chamava de ‘toma lá, dá cá’, a troca de favores no meio político. Essa, inclusive, foi uma de suas principais bandeiras de campanha: a promessa de que estaria livre para compor seu ministério apenas por profissionais de qualificação técnica, sem negociar cargos com outros partidos. O candidato procurou se opor ao que é conhecido como a ‘velha política’, tomando distância das noções de tradicionalidade política para exibir a imagem de candidato que representaria a ‘nova política’, imune às negociações tradicionais” (SOARES, M. A., p. 77, 2022).

sub-representados na educação superior (RIOS; PEREZ, 2020). A entrada desses novos sujeitos não só altera a composição do corpo discente como dá lugar a uma nova forma de ativismo político realizado nas universidades. Com isso ocorre a multiplicação de coletivos formados por estudantes de graduação e pós-graduação (id, ibidem), assim como temos a reatualização de entidades e grupos do movimento estudantil que já estavam presentes no ambiente universitário, mas agora contando com uma maior diversidade de indivíduos que passou a frequentar esse espaço, seja em termos de classe, seja em termos étnico-raciais ou de orientação sexual e de identidades de gênero.

A tese de doutorado de Lima (2019), sobre as interfaces entre raça, sexualidade e gênero no movimento constituído por coletivos universitários, mostra de forma mais complexa como emergem as pautas e agência LGBTQIAP+ nas universidades ao longo das duas últimas décadas, chamando atenção ainda para como as questões raciais também vão aparecendo nos espaços de homens gays, de mulheres lésbicas e de pessoas trans e travestis, o que pode ser perceptível tanto em algumas entidades do movimento estudantil e coletivos universitários como nos encontros nacionais organizados para discussão de gênero e sexualidade, a exemplo do Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual (ENUDES). A mesma autora ainda aponta que, a partir desse imbricamento de sujeitos, pautas e áreas de atuação, ocorre também uma transformação do campo discursivo desses atores e atrizes sociais, menos autocentrado em certas identidades e grupos, porém com maior possibilidade para a troca de experiências, afetos e agir coletivo num novo campo discursivo.

Como já apresentado, ao longo do período entre 2018 e 2020, o CASS/UERJ, trouxe em diversos momentos, pautas que se referiam aos efeitos da onda conservadora no Brasil, em especial questões mais especificamente voltadas aos direitos reprodutivos e o respeito e conhecimento das identidades de gênero e sexualidades. Para explicitar o que se trata este período de reemergência da direita no Brasil, Demier (2016) faz uma contundente síntese ao dizer que parecia

não haver uma semana sequer em que não assistimos estupefatos a algum vultoso corte de verbas nas áreas sociais; a alguma barbaridade cometida pelas degeneradas polícias militares; a alguma esdrúxula proposta antiminorias apresentada na Câmara dos Deputados; a alguma incitação ao ódio por parte de histrionicos líderes político-religiosos; a algum crime motivado por machismo, racismo, homofobia, transfobia e mesmo xenofobia contra haitianos; a algum linchamento de assaltante realizado por turbas animadas pelos vespertinos programas policiais [...] (2016, p.11).

É em meio à ampliação de discursos de ódio antigênero e antissexualidade, no desmonte de ações, projetos e programas do poder executivo federal voltados aos segmentos sociais marginalizados e no aumento do número de proposições legislativas conservadoras em tramitação no Congresso Nacional, especialmente na Câmara de Deputados, que as integrantes do CASS/UERJ trouxeram para a cena política da universidade pautas de gênero e sexualidade que consideravam urgentes para o debate. Como apresenta a narrativa de Nat, esse era um momento importante para participarem e, por isso, diversas ações foram mobilizadas:

[...] a gente participou dos atos, atos de mulheres, atos do #ELENÃO, atos contra o Bolsonaro, a gente fez muitas postagens nas redes na época, discussão, discussão política, não só colocar nossa posição, mas debater mesmo, a gente fez atividades com os estudantes para debater. Foi um momento político muito forte no Brasil inteiro, obviamente teve que se colocar e é importante que a gente se coloque, sempre foi importante que cada entidade, cada movimento social, movimento estudantil, movimentos dos trabalhadores se colocassem. A gente fez isso, atividades, presenças nos atos, postagens nas redes, que é uma coisa que a gente sempre faz (Nat, 26 anos, pansexual, não binária *branca*).

É evidente a ampla participação das integrantes do CASS/UERJ no debate do contexto político nacional, bem como a própria incorporação do debate político como meio de instrumentalizar seus pares. Buscavam-se diferentes abordagens para aumentar a visibilidade das pautas e conscientizar a todo o corpo universitário acerca da importância dessa discussão sobre o acirramento do conservadorismo no Brasil e os efeitos disso no cotidiano não só dos jovens universitários, mas trabalhadores como um todo – apoiado na perspectiva marxista de “classe trabalhadora”. Trazer essa abordagem para o centro do debate, acerca da relação entre o acirramento do conservadorismo e a ameaça aos direitos trabalhistas significa dizer também que é urgente o reconhecimento de que as relações de trabalho são ao mesmo tempo relações gendradas, sexualizadas e racializadas, constituídas a partir da subalternização de grupos particularmente vulneráveis, como mulheres cis ou transexuais, travestis, negras e negros (NICOLI, P.; DUTRA, R. 2022).

Além disso, podemos perceber que desde a contrarreforma trabalhista, aprovada em 2017 (Lei 13.467 de 2017), com o apoio de setores da direita brasileira financiados por empresários, temos acompanhado ainda mais a flexibilização e a redução dos direitos trabalhistas e, discursos que valorizam o “empreendedorismo” e a “meritocracia” ganham ainda mais força, bem como a demonização do funcionalismo e dos servidores públicos. Nesse sentido, a abordagem do CASS/UERJ articulava a ascensão de setores conservadores ao fortalecimento do liberalismo econômico.

O início das aulas do segundo semestre do ano de 2018, na Faculdade de Serviço Social da UERJ, aconteceu no dia 10/09/2018. Como de costume, o CASS/UERJ junto com as veteranas da turma do período anterior organizaram uma recepção para as novas alunas que ingressaram na universidade. Essa é uma atividade tradicional de muitos Centros Acadêmicos, com variações no modo organização. A calourada do curso de Serviço Social, como é chamada essa recepção de novas alunas, trouxe, nesta época, o tema “Mulheres contra os ataques da direita”, no sentido de chamar atenção das calouras para como as mulheres, enquanto segmento social, estavam protagonizando, no cenário mundial e nacional, diversos exemplos de luta, como a Maré Verde na Argentina.

Figura 05: Banner de divulgação da calourada do Serviço Social 2018.2. Facebook, Página Centro Acadêmico de Serviço Social da UERJ – CASS (31/08/2018).



Um dos momentos mais importantes dessa calourada foi a mesa organizada pelo CASS/UERJ para fazer um debate sobre as eleições pós-golpe e o papel indispensável das mulheres frente a esse contexto político. A mesa contou com a presença de uma professora da Faculdade de Serviço Social da UERJ, uma militante do Grupo Internacional de Mulheres Pão e Rosas e do MRT e uma integrante da executiva nacional do Movimento Mulheres em Luta (MML). Além disso, foi garantida, a todas as turmas, a liberação de aula para participarem da atividade.

Segundo as interlocutoras, esse debate era importante sob dois aspectos: tanto a categoria de assistentes sociais, quanto o curso de graduação é composto majoritariamente por mulheres; assim como o próprio curso carrega consigo a característica de prezar pelo debate político e ter o hábito de se posicionar frente à realidade, sendo parte fundamental da profissão, já que isso influencia diretamente no exercício profissional e nos postos de trabalho

que os assistentes sociais ocupam. Outras entidades representativas do Serviço Social brasileiro também adotam a mesma postura, como o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e a Executiva Nacional de Estudantes do Serviço Social (ENESSO).

Entretanto, cabe ressaltar que, embora tenha sido percebido um aumento das mobilizações em torno do processo eleitoral de 2018 e em razão dos ataques dos setores conservadores no Brasil, já era comum o acionamento desse debate crítico acerca da conjuntura política nos programas do CASS/UERJ, pelo menos desde 2014. Podemos dizer que essa discussão foi potencializada e se ampliou o diálogo com outros coletivos e grupos do movimento estudantil. Segundo Nat,

É uma resposta também ao Bolsonaro e a toda corja de extrema direita por trás, mas para início isso sempre foi parte do programa mesmo do CASS, da gestão que estava no CASS na época, cada gestão do CASS tem um programa, em todas as chapas que participei, sim, a questão do aborto sempre foi muito forte, a questão LGBT, dos direitos LGBT sempre foi muito forte, então assim, sempre fez parte do programa, obviamente que em momentos como esse a gente vai buscar colocar ainda mais (Nat, 26 anos, pansexual, não binária autodeclarada branca).

Essa resposta aos setores conservadores demandou do CASS/UERJ uma atuação coletiva, que ocorreu através de alianças e diálogo com outras entidades do movimento estudantil e dos movimentos sociais, já mencionadas no capítulo anterior. A construção de atos, plenárias, reuniões deliberativas, foram algumas das estratégias utilizadas para trazer os jovens estudantes à vida política da universidade. Essa organização se dava de forma bastante concreta, acionando pautas e temáticas que estavam borbulhando na sociedade, como a prorrogação da “Lei de Cotas”³⁵.

A gente conseguiu organizar, falo a gente como o CASS que a gente foi linha de frente. A gente conseguiu instaurar uma oposição de esquerda, com vários CA e estudantes de vários cursos, que não eram dirigidos pelos coletivos que estão no DCE – PT, PCdoB, LEVANTE – então por muito tempo tinha bastante estudante, que às vezes era organizado, às vezes não era, mas fazia parte desses cursos. O CASS eu lembro que a gente logo depois de 2013 a gente chamou uma reunião para organizar os estudantes, porque estava tendo o[s atos de] 2013 e o DCE não tava fazendo nada, e apareceu 150 estudantes, vários cursos, e a galera se organizou pra arrumar a sala no Direito e tal. A gente sempre buscou atuar junto, por exemplo, depois disso teve a revisão da Lei Estadual das Cotas, então foi uma atuação coletiva dos coletivos negros, do coletivo do Direito, e sempre buscamos atuar com todos os setores, até onde era possível ter unidade, no que era necessário, a gente conseguiu

³⁵ A chamada “Lei de Cotas” (Lei número 5346/2008) tinha validade de 10 anos (até dezembro de 2018) e passou por um processo de revisão, que deu origem ao PL 4205/2018. Com a aprovação do projeto de Lei pelo legislativo, houve a prorrogação por mais dez anos (até o ano de 2028) das políticas afirmativas que contemplam estudantes carentes negros, indígenas, da rede pública de ensino, deficientes, e filhos de policiais civis, militares, bombeiros, inspetores de segurança e administração penitenciária mortos ou incapacitados em razão do serviço.

colocar e assim, tal como vários outros movimentos, a gente discutia que os CA tinham que ser parte desse momento de luta no país. A gente sempre colocou o CASS, o CASS sempre foi chamado para esses atos, às vezes em unidade com outros CA, acho que mais com outros CA do que com outros movimentos fora da universidade, porque o que era fora, era tipo, ato em que todos os movimentos sociais de esquerda do Rio estão chamando e a gente está junto, construindo junto, acho que o que mais teve nesse sentido, foi isso. E esses movimentos também se expressam de alguma maneira dentro das universidades, sejam pelas correntes que estão no CA, sejam pelos coletivos, então, por essa via assim a gente buscou fazer essas coisas, inclusive nesses momentos até mesmo com o próprio DCE, que era uma unidade no sentido de bom: “estamos todos contra o Bolsonaro” (Cacau, 33 anos, bissexual, mulher *parda*).

Nesse sentido, é possível perceber o imbricamento de pautas que entram na cena universitária, potencializando o debate de elementos que perpassam as diferentes dimensões da vida social. Não havia como separar a importância da discussão acerca da revisão de uma lei que promoveu igualdade, no ensino superior, embora com todos os limites conhecidos, dos efeitos de uma eleição que terminou com o Congresso mais conservador desde a redemocratização³⁶. Entender e discutir sobre os processos sociais, políticos, culturais e econômicos em curso no presente e no tempo real é um desafio, mas, ao mesmo tempo, necessário para não se deixar avançar ainda mais a onda conservadora no país ou, pelo menos, compreender sua trajetória e possíveis modos de resistência. Trazer essa reflexão para o centro do debate, seja dentro do curso de Serviço Social, seja em outros espaços de participação política, é uma forma de dizer, segundo as interlocutoras, que a luta não pode ser fragmentada, sobretudo se o horizonte é a “transformação radical da universidade”, conforme propõe Cacau:

[...] a nossa concepção de entidade estudantil, é uma entidade estudantil que está obviamente a serviço dos estudantes, mas não assim: “nós estamos aqui pra fazer caneca, pra fazer festa”. A gente pode fazer tudo isso e a gente sempre fez, caneca, festa, reunião para coisas específicas do curso [...] mas assim sempre [a gente] atuou como uma entidade de luta, militante, uma entidade a serviço da classe trabalhadora, uma entidade que não separa a luta dentro e fora da universidade porque sabe que essas coisas estão interligadas, então essa concepção de unidade estudantil, ela sempre foi, que está ligada a enxergar a necessidade de transformação radical da universidade, uma universidade a serviço da classe trabalhadora e muitas vezes era uma batalha para poder mostrar a importância disso. Falavam “vocês só falam de coisas lá de fora”, “meu amor, o lá de fora está aqui dentro”, não tem essa separação tão mecânica que as pessoas acham (Cacau, 33 anos, bissexual, mulher autodeclarada *parda*).

Desse modo, podemos dizer que esse hibridismo entre o “lá de fora” e o “aqui dentro”, que se refere à universidade, possibilita aos sujeitos incorporar temáticas e pautas políticas mais amplas. E mesmo quando surgia a crítica “vocês só falam de coisas lá de fora”, algumas

³⁶ Disponível em < <https://diplomatie.org.br/o-congresso-mais-conservador-dos-ultimos-quarenta-anos/>> acesso em 28/06/2022.

vezes trazidas pelos próprios estudantes, tinha-se o cuidado de apresentar uma perspectiva ampliada e menos técnica de uma entidade representativa estudantil, sobretudo apontando o papel social de cada sujeito/instituição.

Esse elo, entre o “lá de fora” e “aqui dentro” também influenciará a ideia de que outras entidades do movimento estudantil deveriam dialogar mais com as atrizes e atores sociais que pensam e produzem essas pautas políticas tidas exógenas ao ambiente universitário. Não como formatação de pautas conjuntas, mas como um lugar onde as articulações e diálogos se mantêm no nível da troca e da formação. A narrativa de Nat apresenta como eram construídas as relações e os desdobramentos dessa rede na incorporação das temáticas ligadas a gênero e sexualidade:

[...] Os próprios estudantes que se colocavam bastante ativos, principalmente essa geração mais nova, de estar nos espaços, de falar mesmo, de participar das mesas, o Pão e Rosas, por muito tempo compôs o movimento mulheres CONLUTAS, que era impulsionado pela CSP CONLUTAS, por um tempo, até que teve a discussão sobre o golpe e ficou um pouco mais complicado, mas eram companheiras principalmente do PSTU que se organizam no [inaudível] que estavam sempre juntas no debate, dividimos várias mesas e tal, e o Pão e Rosas a gente impulsionava e construía no curso, então em muitos momentos não só pela via do CA, mas também pela via de organização de atividades próprias que a gente fazia discussões ligadas a gênero, a sexualidade, tipo mesa, rodas de debate, sarau, a gente organizou bastante espaços que buscavam aglutinar setores, diferentes setores (Nat, 26 anos, pansexual, não binária *branca*).

A ideia de construção de um campo que dialoga com o que é produzido no âmbito político mais amplo e na universidade também implica em refinar os debates já colocados na sociedade. Diversas vezes as atividades organizadas contavam com a presença de professores, militantes, estudantes, pesquisadores, que traziam esse intercâmbio de experiências, saberes etc., sobre determinada temática. Essa valorização da horizontalidade que não só ocorria no CASS/UERJ, mas se estendia também a algumas hierarquias acadêmicas, era uma estratégia presente na organização do CASS/UERJ.

[...] logo depois que teve o primeiro turno, lembro acho que foi até o [professor da Faculdade de Serviço Social] Felipe Demier, não me lembro agora, a gente fez, uma Reunião Geral, a Reunião Geral virou assim momento de reflexão e debate, a gente fez uma atividade, ela virou automaticamente uma atividade para discutir o que estava acontecendo no país e eu acho que foi importante. Ao mesmo tempo a gente estava tão dentro disso que foi natural a gente estar na mesa, junto com outros professores, de igual para igual, qual era nossa visão do que estava acontecendo, acho que isso mostrava também que estava disposto a ser parte desse movimento que queria derrubar o Bolsonaro, mas mostrando que esse movimento na verdade estava para além da eleição (Cacau, 33 anos, bissexual, mulher *parda*).

Já ao longo de 2019, sob o governo Bolsonaro, as integrantes do CASS/UERJ, bem como outros movimentos sociais, continuaram a resistir aos ataques dos setores conservadores, agora com a reemergência da direita muito mais consolidada no Brasil. Com a presença de um Congresso Nacional mais pulverizado partidariamente e organizado em torno de bancadas informais – como a evangélica, segurança/bala e ruralista – e com Paulo Guedes no Ministério da Economia, figura importante na eleição de Bolsonaro ao adotar promessas de enxugamento da máquina administrativa, privatizações e grandes reformas, não restava dúvidas, segundo minhas interlocutoras, de que seria necessário a permanência dos militantes e ativistas “nas trincheiras” para conseguir frear os retrocessos para a classe trabalhadora.

Foi pensando nisso, que o CASS/UERJ organizou uma calourada para a turma do segundo semestre de 2019 convocando a refletir sobre o seguinte tema: *50 anos de Stonewall: Setores oprimidos frente à reforma da previdência e os ataques de Bolsonaro*. A proposta de unir temas que parecem tão distantes tinha o objetivo de mostrar que é possível “resgatar as lições que essa história nos ensina”³⁷.

Figura 06: Banner de divulgação da calourada do Serviço Social 2019.2. Facebook, Página Centro Acadêmico de Serviço Social da UERJ – CASS (03/08/2019).



As narrativas das interlocutoras ainda chamam atenção para o entrecruzamento de pautas presentes no fazer político do CASS/UERJ. Entretanto, esse entrecruzamento não ocorre irrefletidamente ou sem relação alguma entre as temáticas acionadas. Na verdade, sob o ponto de vista das interlocutoras essas questões são permeadas pelas desigualdades e a

³⁷ Postagem na página do Facebook do Centro Acadêmico de Serviço Social da UERJ no dia 03 de agosto de 2019.

sobreposição de opressões e discriminações que acometem indivíduos ou grupos de diferentes formas.

[...] a gente não discute gênero como só um marcador social, pra gente essas coisas estão cruzadas e elas não se separam e a opressão de classe não é mais uma, a exploração de classe não é mais uma opressão, ela é, na verdade, por onde o capitalismo consegue se apropriar, se aproveitar, ou lucrar com o racismo, com a lgbtfobia, com o machismo, com o patriarcado, é um casamento muito perfeito, então a gente não separa essas demandas, a gente sempre buscou na atuação em torno da questão de gênero e sexualidade não separar essas duas coisas, sempre buscou colocar que as mulheres precisam se organizar, elas sempre foram linhas de frente, mas elas precisam se organizar junto à classe trabalhadora, que é majoritariamente feminina, ou seja, não separar essas demandas, ou vai uma reunião do movimento de mulheres, podemos falar, por exemplo, contra a violência, mas a violência não é abstrata, ela tá num momento político, ela tá ligada à situação política que a gente está, a violência aumentou durante a pandemia, a violência aumentou durante o governo Bolsonaro, ligar isso, por exemplo, com as mulheres precisam se organizar contra as reformas, contra os ataques, estão diretamente ligados, pois são as mulheres que mais sofrem esses ataques. Quando a gente atuava dentro e fora da universidade, sempre foi colocando essa perspectiva, nos não estamos falando da gente só como estudante, a gente é estudante, trabalhadora, é da classe trabalhadora, essa perspectiva tem que ir apontando que o capitalismo é impossível acabar com o patriarcado dentro do capitalismo, mas isso não significa que vamos esperar que acabe o capitalismo pra lutar contra o patriarcado mas pra mostrar como é um combate com o capitalismo, com suas estruturas, instituições (Cacau, 33 anos, bissexual, mulher *parda*).

Esses temas sempre vão entrar quando a gente falar sobre política, quando a gente falar sobre algum ataque, alguma coisa assim. A gente sabe que se surgir um ataque pelo Bolsonaro, pelo Temer ou pela Dilma, os primeiros a sofrerem as retaliações são as mulheres, os LGBTs, os negros, então não tem como a gente deslocar esses temas da política, das discussões, ainda mais dentro de um curso do Serviço Social, que era um curso mais politizado, era composto por mulheres e muitas pessoas LGBTs, e pessoas trans, a gente sempre vai ver como é essencial uma entidade representativa, como o CA, colocar essas questões e politizar mesmo o curso (Nat, 26 anos, pansexual, não binária *branca*).

Inclusive isso fazia parte da discussão que a gente fazia, que as opressões não são coisas que estão separadas, mas são parte de um processo. A sociedade que a gente vive hoje, capitalista, vai se apropriar do machismo, do patriarcado e vai inclusive desenvolver novas formas muito profundas de opressão, que são convenientes à reprodução dessa sociedade, que tem nessa ação da mais valia a opressão do trabalho, um capital muito fundamental. Então a gente tinha a “comissão de opressões”, que chegou e teve momentos que foi bem mais ativa, teve momentos que menos ativa, mas eu acho que para além de ter um órgão separado, uma cadeira dentro do CA, o que eu sempre gostei, inclusive, antes de militar no CA era que essa discussão a gente tentava fazer da forma mais integral possível. E a gente costumava a dizer isso: as coisas não estão separadas, não sou uma mulher negra ou uma mulher trabalhadora ou uma mulher LGBT, essas coisas estão integradas e elas vão ter, na divisão de classe, um peso importante, então a gente sempre dava esse destaque e tentava não fragmentar de modo a entender que não há uma só batalha, de um grupo ou setor oprimido, mas uma batalha de toda uma classe que é composta por setores oprimidos de diversas formas e tem suas identidades impedidas de serem exercidas livremente (Isa, 26 anos, bissexual, mulher autodeclarada negra).

É essa percepção que deu sentido à produção de pautas que se entrecruzavam no contexto universitário e que ainda devem ser analisados à luz das intersecções dos marcadores

sociais dos sujeitos, como gênero, raça, classe, sexualidade e territorialidade (MCCLINTOCK, 2010; BUTLER, 2018; FACCHINI et. al 2020), como faremos no terceiro capítulo dessa dissertação. Entretanto, o que nos interessa, nesse momento, é apresentar uma compreensão de que essa atividade, que traz à cena universitária diversas pautas presentes no cotidiano de setores oprimidos, também é uma forma de “unificar a luta”. Veremos a seguir como as estratégias são adotadas, bem como os limites que o CASS/UERJ esbarrou no ambiente universitário.

2.2 Repensando as estratégias e os limites de uma entidade do movimento estudantil universitário

O início das aulas do primeiro semestre do ano de 2020, na Faculdade de Serviço Social da UERJ, aconteceu no dia 09/03/2020. Pensando em integrar as novas alunas ao “ritmo do Serviço Social e da UERJ”, o tema da calourada foi: “Serviço Social Respira Luta!” e buscou-se discutir sobre a conjuntura, em especial, assuntos como a greve dos petroleiros³⁸, “Fora Bolsonaro” nos blocos de carnaval³⁹, a luta pela saúde/SUS, reivindicação por justiça pela morte da vereadora Marielle Franco que completava dois anos, dentre outros.

³⁸ Em fevereiro de 2020, pouco antes dos efeitos da pandemia do coronavírus chegar ao Brasil, ocorreu uma forte mobilização realizada pelos petroleiros. Os grevistas apontavam para a necessidade de aumentar a produção, fosse para preservar os empregos (como no caso da Ansa/Fafen-PR) ou para retomar a capacidade de produção nas refinarias, reduzida pela Petrobras. Em várias situações, a greve apontava para a necessidade de uma política de preços mais justos aos consumidores nacionais. Cabe mencionar que as redes sociais tiveram um papel importante nessa greve, proporcionando rapidez e dinâmica aos acontecimentos e diálogos entre os grevistas, bem como levaram a narrativa da greve e as disputas com a grande mídia e a empresa para milhares de pessoas. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2020/especialbalancoGreves2020.html>> acesso em 1/07/2022.

³⁹ Diversas manifestações políticas foram observadas durante o carnaval de 2020, tanto nas ruas quanto na Sapucaí. A escola de samba Mangueira desfilou com críticas ao presidente ao dizer que não há “messias de arma na mão”. Disponível em: (<https://www.poder360.com.br/brasil/bolsonaro-e-apoiado-e-vaiado-em-blocos-no-carnaval-assista/>) acesso em 1/07/2022.

Figura 07: Banner de divulgação da calourada do Serviço Social 2020.1. Facebook, Página Centro Acadêmico de Serviço Social da UERJ – CASS (27/02/2020).



Embora a construção dessa calourada tenha sido realizada através de uma reunião presencial marcada pelas integrantes do CASS/UERJ com a turma veterana, a divulgação aconteceu, de fato, nas redes sociais, durante as férias, como forma de alcançar as novas alunas antes do dia definido para o início das atividades. A página do Facebook do CASS/UERJ se tornou, nesse sentido, um espaço de visibilidade midiática para as temáticas que são acionadas e de mobilização de outros indivíduos para participar das atividades organizadas por essa entidade. Fato é que os meios de comunicação têm ganhado cada vez mais relevância e se consagrando como um espaço de visibilidade para os movimentos sociais contemporâneos, “modificando e expandindo áreas de experiência individual, intervindo na formação da opinião pública e contribuindo para a definição de identidades individuais e coletivas” (PEREIRA, 2011, p.3).

Desde a escolha das temáticas até o meio onde são divulgadas, exigem-se distintas estratégias para sensibilizar, gerar empatia e convocar potenciais estudantes para a atuação política no contexto universitário. São formas de organização já notoriamente conhecidas pelos pesquisadores, sobre os movimentos estudantis, as passeatas, piquetes, abaixo assinados, atos públicos e até mesmo, as ocupações dos espaços escolares e universitários (BOUTIN; FLACH, 2017). Entretanto, é mais recente a atenção que se tem dado à atuação dos jovens nas redes sociais⁴⁰, como estratégias para enfrentar os ataques e as contrarreformas

⁴⁰ Ver Carvalho, 2015; Novaes; Alvim, 2014; Albuquerque, 2014.

propostas pelos governos, seja na esfera da educação ou no âmbito social mais amplo. Sobre a atuação nas redes, Nat fez uma síntese interessante acerca dessa estratégia adotada:

Eu vejo as redes como um espaço bastante importante, assim como tudo, ele não pode ser visto como único, mas eu acho que o principal de colocar para o debate de discutir política, é chegar naquelas pessoas, os estudantes, os trabalhadores... E as redes hoje em dia, é onde a gente passa a maior parte do tempo no geral, seja para trabalho, seja para lazer, seja para fazer nada. E ainda mais, com toda correria que a gente, às vezes, passa o dia trabalhando, lá na faculdade, muito rápido. Muitas vezes quase a gente não consegue ver as coisas, falar com os outros, é muito trabalhoso, antes da pandemia nem se fala. A gente vive nas redes agora. Voltando um pouco agora com as coisas presenciais, mas a pandemia mostra muito isso, de como as redes sempre são muito fortes e são espaços onde as pessoas conseguem ainda se ver, se falar, discutir, mesmo com as contradições da vida em uma pandemia, seja porque não dá tempo de ficar na faculdade batendo papo ou ir numa atividade, então as redes têm um espaço que pode ser usado muito importante, se souber ser usado ele pode ser utilizado, isso de divulgar, chegar nas pessoas, divulgar uma atividade, se a pessoa não consegue ir na atividade, ter uma postagem ou um vídeo, que consegue minimamente levar a discussão é de extrema importância. E não exclui o debate presencial, uma mesa presencial, um evento que a gente possa estar cara a cara discutindo, não exclui as lutas nas ruas que a gente vê com grande importância, por exemplo, de mobilizações concretas nas estruturas das universidades, nos locais de trabalho, mas acho que são, ainda mais hoje em dia, na correria do dia de ir para o trabalho no mundo precarizado, é fundamental da gente chegar mesmo nas políticas e nas discussões e nas divulgações das pessoas (Nat, 26 anos, pansexual, não binária branca).

O que se observa a partir da narrativa de Nat, é uma valorização do hibridismo entre o *online* e o *offline*, ou como denomina Beleli (2012), um *continuum on/offline*⁴¹, no sentido de zelar por sua ampla visibilidade, convocar para mobilizações e desenvolver ferramentas potencialmente capazes de fomentar discussões, ao mesmo tempo que tais ações devem ser pensadas no sentido de assegurar a participação política, o engajamento cívico e um ativismo para além do “click”, de modo a consolidar as pautas evocadas na arena pública.

Nesse sentido, o que se expressa não é apenas voltado para os estudantes do curso de Serviço Social, mas sim, para a comunidade universitária e externa como um todo. A narrativa de Luísa nos apresenta a expressividade dessa estratégia utilizada pelo CASS/UERJ:

[...] o CASS era uma entidade muito além do [curso de] Serviço Social, tanto que a gente se colocava levando apoio pra trabalhadoras da saúde que estavam em greve no município do Rio, outros estudantes também tinham impacto, eu acho que era parte de colocar para fora essa expressão da concretização do que é um setor combativo, o que é auto-organização, de poder expressar aquele momento ali, para

⁴¹ Tomo a noção de *continuum on/offline* de Iara Beleli (2012) como forma de explicitar as sincronias e diacronias entre o *online* e o *offline*, enfatizando que a separação dos universos ou espaços se mostra de pouca utilidade analítica e teórica. Esta noção é inspirada no trabalho de Daniel Miller e Don Slater (2004).

fora, para além, eu não lembro agora exatamente os retornos que tinham, mas que eu lembro que era uma parada que a galera sempre comentava, que era muito orgânico, tipo "eu vi uma postagem na página do CASS", e muitas das vezes mesmo quando a gente voltava na página, olhava as coisas e via que tinha uma história, era muito fortalecedor. [...] Enfim, acho que era uma expressão muito orgânica, do que estava por trás de cada postagem, de conteúdo em si também, muitas vezes uma palavrinha que tinha nas postagens faziam os sentidos das coisas mudarem, porque tinha uma precisão do conteúdo, tinha uma demonstração concreta do que aquelas palavras significavam, não era um conteúdo solto, acho que isso é muito importante também (Luísa, 22 anos, "em aberto", pessoa do gênero feminino *branca*).

Luísa trouxe um aspecto importante para refletir sobre as estratégias, que se relaciona às formas de trabalhar determinados conteúdos. Apesar das publicações na página do CASS/UERJ terem diferentes estilos, a finalidade dos conteúdos produzidos era de atrair pessoas com uma tendência a ter interesse naquele conteúdo específico. É possível dizer também que havia um outro aspecto relevante para chamar atenção para as publicações, o afeto que se transforma em linguagem. Quando Luísa se refere a uma "demonstração concreta do que aquelas palavras significavam", assume-se a potencialidade das subjetividades que se materializam nessas publicações. Como propõe Lima (2020), "é pela busca do afeto que estes sujeitos descrevem a aproximação com os coletivos, portanto, a organização e luta política são efeitos dos afetos" (p.214). Os sujeitos encontram nessas publicações pautas que dizem respeito, também, a si mesmos e esse movimento, de olhar para si, se transforma em um movimento de pertencimento ao espaço de sociabilidade que está sendo inserido.

Outra importante estratégia mobilizada pelo CASS/UERJ era de se comunicar de maneira horizontalizada e dinâmica, como já mencionado, que possibilitava a entrada de novas sujeitas interessadas em participar, mesmo sem ter contato prévio com a militância anteriormente. Esse dado se revela até mesmo em 3 das 5 interlocutoras dessa pesquisa, que o primeiro contato com a militância aconteceu através do CASS/UERJ. Uma síntese dessa reflexão é apresentada por Luisa:

É uma participação muito orgânica, é um bagulho muito horizontal que diz bastante sobre o que a gente defende concretamente na prática, o que ideologicamente a gente acredita e o que ideologicamente a gente concretiza. Foi parte através dos espaços, do que acontecia na realidade, de ter espaço, por exemplo, para eu poder opinar, falar, contribuir que eu fui percebendo que eu poderia ser sujeita, não só na fala, de opinar ali numa roda de conversa, mas poder ser parte, por exemplo, de

convencer outras pessoas, de escutar outras pessoas, de aprender (Luísa, 22 anos, “em aberto”, pessoa do gênero feminino *branca*).

Essas estratégias mencionadas buscam, em suma, trazer legitimidade às pautas acionadas a partir do debate político e ainda mobilizar os atores e as atrizes sociais para a atuação dentro do contexto universitário. A forma de organização que o CASS/UERJ defende impulsiona a autonomia não apenas das próprias integrantes, mas também dos outros estudantes que passam a se interessar pela vida política na universidade.

Contudo, a atuação da entidade enfrentava limites na relação com atores do próprio curso, como relatou Isa:

No geral, era sempre um embate com professores na questão de liberação de aula. Eu acho que esse aspecto, porque eram debates que precisavam ser feitos no horário da aula, porque a maioria dos estudantes trabalhavam, só tinha aquele horário para fazer, então para além do tema específico, a dificuldade de fazer com que isso tenha sido como parte da formação e esse tipo de debate, era pelo menos algo que eu me recordo de mais latente. “*Mas e a aula?*”, como se isso não fosse um processo de formação importante, não só para o curso, mas para pessoas, a gente precisa debater para poder avançar (Isa, 26 anos, bissexual, mulher *negra*).

Essa narrativa expõe que embora determinadas pautas estejam sendo acionadas no contexto universitário, bem como a percepção de que este ambiente se tornou mais plural e diverso com a mudança no perfil dos alunos, nem todo o corpo acadêmico e nem o espaço em si estão preparados para lidar com as demandas colocadas. Trata-se, então, de um contínuo processo de negociação que as integrantes do CASS/UERJ relatam como limites no cotidiano.

Nesse sentido, é possível dizer que os limites se constituem como elementos também de tensionamentos. É preciso, portanto, avaliar que não basta apenas considerar tal temática legítima ou não no contexto universitário, mas sim construir coletivamente espaços de diálogo, de atuação e de politização do debate, pensando no indivíduo como agente da prática de reprodução de potencialidades.

Por fim, compreendemos que as estratégias e os limites fazem parte desse processo de produção de pautas, bem como é urgente refletir sobre os desdobramentos gerados a partir dessa relação mútua que é constituída. O CASS/UERJ reatualiza, assim como outros agentes de movimentos sociais contemporâneos, suas práticas e modos de organização, sob influência dos fatores internos e externos, que atravessam o cotidiano universitário.

No próximo capítulo serão analisados os significados do pertencimento do/as interlocutor/as ao CASS em termos dos eixos de diferenciação social e agenciamentos, ou seja, o próprio significado de suas trajetórias no processo de produção dos sujeitos e na participação política dentro da universidade, especificamente no que se refere às temáticas de gênero e sexualidade.

CAPÍTULO 3 – VOCÊ SABE QUANDO VOCÊ SE ARREPIA? A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO POLÍTICO SOB A ÓTICA DA INTERSECCIONALIDADE E AGENCIAMENTO

Neste capítulo pretendemos refletir como o processo de incorporação das pautas de gênero e sexualidade é perpassado por um conjunto de acontecimentos que mobilizam os atores e atrizes sociais a buscarem respostas para lidar com as diversas formas de opressão que se reproduzem no ambiente universitário. Eventos percebidos pelas interlocutoras como violentos e atribuídos ao racismo, machismo, LGBTIQAP+fobia, tornam-se “gatilhos” e incidem sobre os processos de subjetivação e de motivação para seu engajamento político. A centralidade que as experiências e as trajetórias das interlocutoras tomam nesses processos traz consigo a importância de pautar e compreender como esses eventos se revertem nessa atuação dentro das universidades. Nasce, desse modo, uma *necessidade* de falar sobre isso.

É importante lembrar que a Universidade do Estado do Rio de Janeiro foi uma das primeiras instituições no Brasil a adotar o sistema de cotas em seus cursos de graduação, ainda no início dos anos 2000. Essa demanda fazia parte das pautas do movimento negro (CARVALHO, 2006), que vinha desde a década de 1990 denunciando o baixo índice de pessoas negras e pobres nas universidades brasileiras. Antes da política de cotas, o acesso às universidades era bastante restrito a determinadas classes médias e altas (SOUZA, 2019), culminando em um espaço majoritariamente composto por pessoas brancas e cisheterossexuais.

A democratização do ensino superior se constituía como demanda do movimento estudantil desde a década de 1960, todavia, é a partir da década de 1990 que começa o debate sobre a adoção de ações afirmativas de inclusão social no âmbito educacional, especificamente a partir do surgimento de cursos pré-vestibulares para negros e carentes organizados por entidades do movimento negro (LIMA, 2016). Atualmente, as políticas de reserva de vagas como instrumento de inclusão social e reparação histórica, “têm contribuído significativamente para a redução das diferenças sociais e para a correção de injustiças sociais praticadas historicamente” (SOUZA, 2019, s/p.). Tal mudança, dentro do contexto universitário, trouxe à tona a própria questão da desigualdade racial no Brasil, assim como ampliou a diversidade de tais espaços e as possibilidades criativas derivadas desse processo

(GUARINIERI; MELO-SILVA, 2017), como Oficina de Turbantes, eventos acadêmicos dedicados ao Dia da Consciência Negra, política de cotas e permanência de estudantes para além da entrada na universidade, como em Programa de Educação Tutorial, projetos de extensão universitária e bolsa permanência, dentre outras. Podemos dizer que o efeito disso não refletiu somente na composição do corpo discente⁴², mas também alterou a dinâmica da instituição universitária, observado, por exemplo, na implementação de debates dentro dos cursos de graduação sobre a política de cotas (MENDONÇA; ARANHA, 2020). Como propõe Passos (2015), essa presença de novos sujeitos tem modificado, ainda que lentamente, a própria universidade, pois as dimensões simbólicas de seu pertencimento étnico-racial e de gênero também impactam em sua sociabilidade e permanência na instituição.

Ao se deparar com esse ambiente universitário mais plural, que se constitui permeado de lugares sociais relativos a gênero, raça, classe e, principalmente, geração, os sujeitos não apenas encontram seus pares, como também passam a demandar um espaço de construção e afirmação coletiva e individual para expor suas pautas, questões, angústias, interesses etc. Cabe ainda dizer que esse momento de encontro se configura como uma potência para trazer ao cerne do debate as experiências e trajetórias próprias dos sujeitos.

Em sua tese intitulada “A gente não é só negro! Interseccionalidade, experiência e afetos na ação política de negros universitários”, Lima (2020) propõe a ideia de um *sujeito político negro universitário*, seguindo propostas de autores como Fanon (2018), McClintock (2010), Butler (2018) e dos estudos da teoria feminista que buscaram compreender o processo de produção dos corpos e suas subjetividades sobre os processos de engajamento político, com o objetivo de compreender esse processo de construção dos sujeitos que passa, principalmente, pelo corpo.

É nesse sentido que esse capítulo objetiva entender como a incorporação das pautas de gênero e sexualidade perpassa, ao mesmo tempo, pelo processo de produção dos corpos e das subjetividades das integrantes do CASS/UERJ no contexto universitário. Para isso, foi necessário trabalhar com a abordagem interseccional, de forma que fossem evocadas as múltiplas diferenças e desigualdades que permeiam o contexto universitário e quem por este

⁴² Em 2019, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) anunciou, pela primeira vez, que a população negra havia se tornado a maioria no ensino superior público. (O GLOBO, 2019. Pela 1ª vez, pretos e pardos são mais da metade dos universitários da rede pública, diz IBGE. Publicado em 13/11/2019, disponível em: < <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/11/13/pela-1a-vez-pretos-e-pardos-sao-mais-da-metade-dos-universitarios-da-rede-publica-diz-ibge.ghtml>> acesso em 2/08/2021)

passa. Se proponho refletir como as temáticas relacionadas a gênero e sexualidade vem sendo acionadas nesse ambiente, é preciso, antes de tudo, conhecer as sujeitas envolvidas nesse processo, identificando as especificidades da entidade na qual atuam ou atuaram, e as possíveis interrelações entre os fatores que agem conjuntamente, como classe, raça, etnia, orientação sexual, territorialidade, dentre outras diferenciações.

Nas seções deste capítulo, buscamos apresentar, a partir das narrativas das interlocutoras, como a entrada dessas integrantes no CASS/UERJ se tornou uma chave para o próprio autoconhecimento e a compreensão de si como um sujeito político. Trata-se, portanto, do processo de participação como um “mecanismo formativo que impulsiona uma reflexividade cognoscitiva, mediadora da autonomia e da autoria do jovem” (GUIMARÃES; LIMA, 2011). O contato com seus pares, sejam esses militantes ou não, bem como os demais coletivos universitários, impulsiona uma dinâmica de aprendizagem, discussão e debate, bem como a necessidade de construir consensos e projetos comuns.

3.1 O CASS/UERJ e a construção do sujeito político

Ao mobilizar-se enquanto uma *“ferramenta de luta para os estudantes”*, o CASS/UERJ se desloca do lugar de uma possível cooptação de suas pautas políticas – se considerarmos seu lugar institucionalizado na universidade –, preservando sua autonomia e, ao mesmo tempo, aproximando aqueles sujeitos para um primeiro contato com os movimentos estudantis e as diversas ideias, interesses e pautas que permeiam o contexto universitário. É possível dizer que o CASS/UERJ se apresenta, nesse sentido, como um espaço onde os estudantes encontram acesso às suas demandas e onde são representados e acolhidos em sua especificidade.

A percepção acerca dessa entidade de representação estudantil mais alinhada a sua realidade e com maiores possibilidades de vocalização das suas reivindicações, também impulsiona e motiva esses estudantes a buscarem participar e mobilizar novas formas de ação coletiva. Os capítulos anteriores mostraram o processo de incorporação de pautas especialmente voltadas para as questões dos direitos sexuais e reprodutivos e o respeito ao reconhecimento das identidades de gênero e sexualidades, no contexto universitário, para

além dessas temáticas como objeto de pesquisa. Embora possamos afirmar, com base nas pesquisas de Lima (2020) e Amaral (2014) que mostram como cresce o trânsito de militantes que vão para as universidades e de pesquisadores que se engajam na política, é necessário, também, prestar atenção em como ocorre o processo de produção desse sujeito que, a partir da entrada na universidade, passa se envolver e participar da vida política que é produzida nesse próprio espaço.

Em um primeiro momento, podemos dizer que o fato de o CASS/UERJ ser uma entidade que busca construir sua militância tentando romper com a representação de um sujeito político unitário, se constitui como um fator aglutinador do grupo, ao invés de enfatizar uma concepção monolítica de identidade calcada em um sujeito pré-estabelecido. Pensar a partir de uma concepção plural das identidades também é uma forma de transformar esse espaço em um ambiente mais diversificado e, portanto, mais inclusivo e acolhedor.

É muito relevante para essa análise, refletirmos acerca do processo de constituição das políticas democráticas para entendermos como isso se materializa também nas universidades. Conforme Butler (2000), políticas democráticas são produzidas através de exclusões que retornam para assombrar os sistemas políticos estabelecidos sobre sua ausência. É, a partir dessa assombração, que o retorno dos excluídos força uma expansão e uma rearticulação das premissas básicas da própria democracia. Isso é politicamente eficaz, tendo em vista que cada sujeito é constituído diferencialmente, logo, no contexto universitário, podemos perceber que espaços que adotam uma concepção universalista dos sujeitos, sem reconhecer que outras identidades estão em uma situação estrutural relacional, dificilmente irão conseguir uma aliança com outras identidades emergentes e irão identificar erroneamente o próprio significado e o lugar da universidade. Para Butler (2016), a insistência em uma categoria de mulheres coerente e unificada, por exemplo, rejeitou a multiplicidade das interseções culturais, sociais e políticas em que é fundamentada a noção de mulheres. O movimento acaba, assim, reproduzindo no seu interior o mesmo universalismo excludente que historicamente tem apontado como causa da sua opressão. A narrativa apresentada por Luísa corrobora essa afirmação:

Eu entrei na faculdade procurando esse tipo de coletivo LGBT, mas aí virou uma amiga minha, que estava conversando comigo e falou: esse coletivo que você está procurando é isso, você vai ser LGBT, mas vai ser só isso [...] (Luísa, 22 anos, “em aberto”, pessoa do gênero feminino *branca*).

É interessante como Luísa traz, a partir do conselho de uma amiga, o deslocamento que o CASS/UERJ faz de outras organizações e coletivos, especialmente os voltados para a discussão da diversidade sexual. A necessidade colocada de olhar para demais setores que enfrentam não só as questões relacionadas à sexualidade, mas também a outros marcadores sociais, se torna a chave para Luísa refletir sobre isso a partir de uma perspectiva interseccional, que também rompe com a concepção universalista dos sujeitos.

Entender-se nesse processo de produção de si, que se constrói antes e a partir da entrada na universidade, possibilita que novas problematizações acerca da realidade sejam construídas, como a experiência que Isa teve, a partir da entrada na universidade e, posteriormente, no CASS/UERJ:

Eu acho que se eu não tivesse contato com a discussão de gênero eu nunca teria começado a militar e se eu não tivesse me descoberto uma mulher bissexual, eu nunca iria querer tanto por um mundo livre. Eu acho que depois que eu me descobri assim eu vi o peso que é a gente a vida inteira limitada por uma heterossexualidade, por uma lógica do que é “normal”, que limita todas as suas experiências, por quase sei lá, 20 anos, eu demorei quase 20 anos para beijar uma mina, como pode? Para experimentar, como perceber isso e me entender como essa pessoa, me entender como uma mulher negra, que foi um processo meio concomitante, é parte inclusive de eu não só ter feito parte do CA, mas de dedicar minha vida ainda hoje para a mudança dessa sociedade (Isa, 26 anos, bissexual, mulher *negra*).

Tanto Luísa, quanto Isa relatam, ainda que de maneiras diferentes, que se permitiram envolver, primeiramente, pela discussão relacionada a gênero e sexualidade. As duas interlocutoras se enxergam em suas pautas e necessidades e mobilizam, a partir de suas próprias identidades, ações que impactam no modo em que vivem, que faz parte do processo de entender quem se é e suas bandeiras. Essa percepção é construída ao longo de um processo, no qual “a diversidade das identidades dos sujeitos na ação política torna-se central nesse contexto e transforma os próprios processos de engajamento político” (LIMA, 2020, p. 69).

Portanto, é possível ainda dizer que o próprio ambiente universitário contribui para esse olhar crítico não apenas sobre a realidade, mas também sobre a constituição de múltiplas identidades dos diferentes sujeitos que por ali passam. Esse contato com a diversidade também é um modo de olhar para si e se questionar sobre alguns processos naturalizados ao longo das trajetórias individuais. Repensar de maneira coletivizada sobre como os processos tidos como de violência, adoecimento, exclusões etc., não se dão de forma individual nos oferece dados de análise de aproximação e possíveis mudanças no processo de construção

subjetiva e, por conseguinte, de engajamento político desses sujeitos que adentram ao espaço da universidade. Como propõem Guimarães et al,

À medida que o jovem aprende a articular o sofrimento individual com as desigualdades sociais, constrói uma visão de mundo holística. A formação de uma consciência crítica é determinante na constituição de um modo de ser autoral e contestatório. De fato, a consciência crítica é um esquema generativo que conforma, organiza e orienta a *práxis* social (GUIMARAES et al., 2011, p.862).

Dessa maneira, a construção do sujeito e de seu pertencimento à entidade da qual faz parte, mobiliza também o próprio corpo como estratégia política. Como propõe Lima (2020), a construção de sentidos para o engajamento político mostra-se indissociável de um processo de reelaboração sobre si e sobre as relações sociais que produzem a dissociação entre os sujeitos e suas reivindicações.

Embora as trajetórias e vivências dos sujeitos sejam um fator importante para a construção de suas subjetividades e engajamento político, também não podemos ignorar que se trata, como bem pontuou Cacau, de uma *questão de decisão* da entidade estudantil se organizar para propor esses debates. É um desafio construir uma forma de organização política horizontal e promover espaços de participação cotidianamente, onde todos, de fato, possam ter voz. Como afirmou Luisa,

Foi parte através dos espaços, do que acontecia na realidade, de ter espaço, por exemplo, para eu poder opinar, falar, contribuir que eu fui percebendo que eu poderia ser sujeita, não só na fala, de opinar ali numa roda de conversa, mas poder ser parte, por exemplo, de convencer outras pessoas, de escutar outras pessoas, de aprender. Ver na prática o que os debates significam, pra mim, esse foi o maior aprendizado através do CASS, poder ver a política concreta na prática, ver o que significa as mulheres não só serem trabalhadoras, estudantes, mas poderem ser sujeitas de questionarem desde o ataque do patrão até o assédio em sala de aula, ver como isso tá ligado de uma coisa de opressão, de exploração do Estado capitalista, que a gente pode ser sujeita, de responder as coisas não só de dentro da universidade, mas da sociedade em conjunto [...] (Luísa, 22 anos, “em aberto”, pessoa do gênero feminino *branca*).

Nesse sentido, o CASS/UERJ aparece como o que foi proposto por Collins (2019), como um “espaço seguro” e de “autodefinição”, ainda que a autora reflita sobre espaços exclusivos de mulheres negras. Segundo ela,

As lutas individuais para desenvolver uma consciência transformada ou a persistência de grupo necessária para transformar instituições sociais – ambas são ações que realizam mudanças que empoderam as mulheres afro-americanas. Ao persistir na jornada rumo à autodefinição, nós somos modificadas como indivíduos. Quando conectados à ação de grupo, nossos esforços individuais ganham novo significado. Como nossas ações individuais mudam o mundo em que nós meramente existimos para um no qual temos algum controle, elas nos permitem enxergar a vida

cotidiana como um processo e, portanto, passível de mudança. Talvez seja por isso que tantas mulheres afro-americanas conseguiram persistir e ‘encontrar um caminho onde não havia saída.’ Talvez elas conhecessem o poder da autodefinição. (COLLINS, 2019, p.35)

As interlocutoras, num movimento de autoconhecimento e de produção de uma imagem de si – que não seja a reificação dos modelos, padrões e comportamentos que foram impostos pelos grupos opressores – buscam um lugar no qual as ações individuais possam se tornar caminhos possíveis para o reconhecimento do outro como um sujeito pleno e o enfrentamento de relações hierárquicas e desiguais como aquelas engendradas em práticas racistas e sexistas.

Entretanto, é um desafio construir um “espaço seguro”, que permita o outro opinar, falar, contribuir, mas também escutar e aprender com outras pessoas. É por isso que esse espaço deve ser construído cotidianamente. Trata-se, como Lima (2020) propõe de uma “construção do *lugar de afeto* ou *espaço confortável*, [que] passa pelo cotidiano das trocas de experiência, nas quais esses sujeitos criam identificações entre si” (p.201, grifos da autora).

Desse modo, será explorado na próxima seção como as diferenciações e os agenciamentos aparecem no processo de construção do fazer político dentro da universidade, observando as identificações entre si que os sujeitos encontram para transformar em pauta política e atuação no contexto universitário.

3.2 Interseccionalidade e agenciamento na construção da forma de fazer política

Os debates interseccionais surgiram a partir das lutas e teorizações dos movimentos feministas negros nos Estados Unidos e no Reino Unido entre os anos 1970 e 1980, mas sua produção acadêmica não se restringiu somente a esses países. Autoras feministas do Brasil, como Lélia Gonzales, Sueli Carneiro e Jurema Werneck, também foram extremamente produtivas para o desenvolvimento das teorias feministas interseccionais, ao relacionar diferentes sistemas de poder e opressão que operam sobre a vida das mulheres brasileiras, sobretudo das mulheres negras. Werneck (2016) propõe que trabalhar com essa ideia de intersecção nos possibilita enxergar as diversas “variáveis” presentes nas relações sociais e

políticas, de modo que “essa ferramenta permite dar um sentido mais complexo a noções de diversidade, diferença e discriminação” (p. 543). Para a autora,

A interseccionalidade permite visibilizar as diferenças intragrupo, inclusive entre aqueles vitimados pelo racismo, favorecendo a elaboração de ferramentas conceituais e metodológicas mais adequadas às diferentes singularidades existentes. Permite, ainda, maior consistência na compreensão dos modos de aproximação e realização dos princípios de universalidade, integralidade e equidade na política pública (WERNECK, 2016, p.543).

Conforme já mencionado, o curso de Serviço Social da UERJ é composto majoritariamente por jovens mulheres, com um expressivo número de negras, cotistas e moradoras de áreas periféricas do Rio de Janeiro. Por essas razões, considero gênero, raça, sexualidade, classe e territorialidade como marcadores sociais da diferença centrais para essa pesquisa, sobretudo para refletir sobre como esses marcadores engendram e produzem efeitos nas experiências dessas sujeitas dentro dos espaços do movimento estudantil no qual atuam e de que forma estas experiências influenciaram ou como reverberam no contexto universitário.

A relevância de tais marcadores, na construção de uma possível articulação entre as trajetórias das interlocutoras da pesquisa e o acionamento das referidas temáticas, se dá pela compreensão de que a interseccionalidade nos fornece diversas dimensões para a análise. Como propõem Groppo et al,

O olhar interseccional, a reflexão sobre as opressões de forma combinada, é potente. Saber como o antagonico se constitui, saber como funciona a estrutura social que solapa alguns em detrimento da boa vida de outros, é um importante processo para virar a correlação de forças sociais e empoderar, coletivamente, grupos oprimidos (GROPPO et al., 2019, p.41).

Nesse sentido, a análise aqui proposta tomou como ponto de partida o entendimento de que essas diferenciações sociais são efeitos de processos historicamente, socialmente e culturalmente construídos. Se antes se justificava, a partir de elementos biológicos, a desigualdade entre os sujeitos, hoje, “a presença ou ausência da vagina, do pênis, a cor da pele, a textura do cabelo, entre outras passam a ser referências a partir das quais relações de poder desiguais são tecidas e articuladas, trazendo o corpo para a arena política” (BORGES, 2013, p.33). Um exemplo deste tipo de ação são os “beijaços” mobilizados em atos compostos por atores e atrizes sociais LGBTQIAP+, onde pessoas do mesmo gênero se beijam, como forma de protesto e com o objetivo de chocar aqueles que rejeitam tais formas de expressão de afeto (LIMA, 2016). Trata-se, assim, de compreender como a experiência corporal dos sujeitos na arena política se torna também um vetor de *agência* e criatividade.

Já mostramos nesta dissertação que as pautas produzidas pelo CASS/UERJ não estão isoladas. Essa é uma característica que tem sido uma das grandes novidades dos coletivos universitários (RIOS E PEREZ, 2020), mas que podemos dizer, têm se reproduzido também nas demais entidades e espaços do movimento estudantil. Essa pulverização de pautas parecem marcar, segundo Rios e Perez (2020), uma das características inovadoras das mobilizações contemporâneas no Brasil, “especialmente as movidas por mulheres que têm jogado para a cena pública as dimensões interseccionais das experiências e das formas de opressão social” (p.105). A narrativa de Isa nos possibilita compreender a importância de um agir interseccional com base na sua própria identidade racial e de classe:

Por mais que eu que seja uma mulher negra, eu sou uma mulher negra filha de trabalhadores, que fazem parte da classe trabalhadora, então o debate em torno da questão racial, ele acabou vindo para mim junto com o debate da classe trabalhadora, mas o peso que tinha para mim sempre teve um peso muito grande a discussão de classe. No primeiro momento, essa era a discussão que pesava para mim, as mulheres trabalhadoras, que são em sua maioria, principalmente no Brasil, mulheres negras, como são as mulheres da minha família, foi meio por aí (Isa, 26 anos, bissexual, mulher autodeclarada negra).

Os elementos evocados aqui trazem uma interação entre múltiplas formas de diferenças e desigualdades, que atingem, neste caso, mulheres-negras-trabalhadoras. Aqui vale a pena destacar a instigante provocação feita por Donna Haraway (2004), que aponta a dificuldade da maioria das/os pesquisadoras/es para analisar criticamente a diferença para além de leituras binárias:

[...] as feministas têm tanta razão em argumentar a favor de um sistema de raça/gênero quanto no argumento de um sistema de sexo/gênero, e os dois não são o mesmo tipo de movimento analítico. E o que aconteceu com a classe? Cresce a evidência da necessidade de uma teoria da ‘diferença’ cuja geometria, paradigmas e lógica escapem aos binarismos, à dialética, aos modelos natureza/cultura de todo *tipo*. Do contrário, três serão sempre reduzidos a dois, que logo se tornam um solitário na vanguarda. E ninguém aprende a contar até quatro. Essas coisas têm importância política (HARAWAY, 2004, p. 207, grifo da autora).

De certa forma as interlocutoras percebem que as desigualdades e os sistemas de opressão estão entrelaçados. Portanto, o combate a um sistema demanda atuação conjunta. Essa interpretação não necessariamente surge no primeiro contato com a militância no movimento estudantil, mas os relatos mostraram que todas as integrantes perceberam a importância da imbricação das desigualdades relacionadas à geração, à cor/raça, gênero e à classe social nas atividades do CASS/UERJ.

[...] a gente não separa demanda das mulheres da luta de classe da classe trabalhadora, a gente não discute gênero como só um marcador social, para gente

essas coisas estão cruzadas e elas não se separam e a opressão de classe não é mais uma, a exploração de classe não é mais uma opressão, ela é na verdade por onde o capitalismo consegue se apropriar, se aproveitar, ou lucrar com o racismo, com a LGBTfobia, com o machismo, com o patriarcado, é um casamento muito perfeito, então a gente não separa essas demandas, a gente sempre buscou na atuação em torno da questão de gênero e sexualidade não separar essas duas coisas, sempre buscou colocar que as mulheres precisam se organizar, elas sempre foram linhas de frente, mas elas precisam se organizar junto à classe trabalhadora, que é majoritariamente feminina, ou seja, não separar essas demandas (Cacau, 33 anos, bissexual, mulher *parda*).

Há ainda uma grande relevância da compreensão acerca da interseccionalidade que impulsiona um fazer político diferente. Para quase todas as interlocutoras, a questão de gênero e sexualidade teve um grande impacto no seu processo de produção do sujeito político. Entretanto, a permanência nesses espaços de militância possibilitou novas entradas analíticas para outros marcadores, como raça e classe.

Eu acho que a questão de gênero me impactou totalmente. Porque eu comecei a me organizar mesmo em um coletivo de mulheres, foi a primeira vez que fiz parte de um coletivo, em um momento que não tinha coletivos assim. Eu lembro que a primeira reunião que a gente fez, os nossos amigos homens foram na reunião para dar uma questionada na gente, sei lá coisas bem machistas mesmo, era bem machista o ME, e isso me impactou muito. Foi com o Pão e Rosas que eu entendi que a luta das mulheres é uma luta internacional, que a violência não é uma coisa individual, que os problemas que a gente sente, sofre não está ligado só a nossas individualidades, mas faz parte de um sistema, de como ele trata as mulheres, da forma que a gente é educada, de toda opressão que a gente vive, então eu acho que eu me entendi mais como sujeito depois que eu comecei a participar e quando eu entendi que isso era uma coisa que precisava ser junto com a classe trabalhadora, foi assim, o Pão e Rosas que me fez querer entrar pra um partido (Cacau, 33 anos, bissexual, mulher autodeclarada *parda*).

Para mim [a pauta de gênero e sexualidade] sempre foi muito central. Antes de militar eu não tinha tanta proximidade, com a esquerda em geral, com esses debates, quando eu comecei a militar, comecei a me politizar e aprender mais sobre isso, eu tive mais consciência de classe, de gênero, de sexualidade, eu me entendi mais como pessoa, inclusive, não só me ajudou só na minha militância, mas me entender mais, de entender mais esses temas, eu entendi mais esses temas com a militância, não só com o CASS, primeiro com o CASS, depois com a Faísca, no MRT, me ajudou muito a me entender melhor também, eu me identifiquei como não binária depois de estar militando, depois de estar no CASS, principalmente por causa disso, porque a gente passa a entender melhor isso e se entender melhor (Nat, 26 anos, pansexual, não binária autodeclarada *branca*).

Com isso, novas abordagens e formas de organização são impulsionadas, a partir de um olhar interseccional, que se valem dessas articulações como quadro interpretativo tanto das opressões sociais entrelaçadas, como das formas de combate e enfrentamento das injustiças e desigualdades. A questão de gênero e sexualidade aparece como uma porta de entrada para a militância e conseqüentemente meio para aprofundar sua compreensão acerca de diversas temáticas que precisariam ser analisadas sob a ótica de outros marcadores sociais. A entrada de Cacau no coletivo Pão e Rosas, por exemplo, é descrita como uma lente que a

fez enxergar questões que não apenas eram naturalizadas no cotidiano, mas também outras que nem faziam parte do próprio contexto cultural em que estava inserida. É na militância que as questões relacionadas a gênero e sexualidade, especialmente por causa da luta das mulheres, que a teoria encontra a prática e juntas caminham em prol da transformação social. Essas questões ainda se somam à compreensão enquanto mulher da classe trabalhadora, pois não se ignora em nenhum momento os efeitos das diferenças em produzir diferenças. E desse modo vai sendo construída toda uma percepção acerca da própria trajetória e do que se espera no futuro. Mudam-se, inclusive, os significados, os sentidos, as formas de se relacionar, de se posicionar, porque, de certo modo, esse saber sobre sua posição social *liberta*.

Essa compreensão acerca de que historicamente as diferenças se retroalimentam, se configura em uma importante mudança na vida das interlocutoras. Para refletir sobre esse processo, o entendimento mais matizado da noção de agência, de Saba Mahmood (2019), é de imensa utilidade. Segundo a autora, em seu artigo que analisa as práticas de um movimento pietista feminino, integrado no revivalismo islâmico no Egito, esse conceito pode ser capaz de explicar não apenas a subordinação dos indivíduos às relações de poder, mas analisar como se produzem, conseqüentemente, os meios que podem resultar em uma entidade autoconsciente, na qual os indivíduos se tornam os próprios agentes de “seus próprios interesses e agendas”. A agência, tal como aponta Mahmood, não deve ser vista como sinônimo de resistência a essas relações de poder, mas sim a possibilidade para a ação facultada por relações de subordinação específicas.

A partir desse ponto de vista, também pretendemos mobilizar a perspectiva de Ortner (2007), que propõe uma compreensão da agência como um elemento colado à estrutura social e ainda nos fornece a percepção de que há muito mais complexidade no desenvolvimento da sociedade, do que, de fato, parece. É uma forma de pensar que as ações individuais de pessoas comuns têm um papel relevante na construção desse mundo, portanto, isso significa que ele pode ser desfeito e refeito, como a construção de narrativas disputando um espaço hegemônico. A autora ainda sustenta que “a cultura constrói as pessoas como tipos particulares de atores sociais – mas atores sociais mesmo assim – embora sua vivência concreta de práticas variáveis reproduza ou transforme – normalmente um pouco de cada – a cultura que os fez” (p.45). Desse modo, é possível dizer que a teoria da prática se contrapõe à ideia de uma oposição entre estrutura e agência, pois, na verdade, estas instâncias se interpenetram:

[...] nem os “indivíduos” nem as “forças sociais” têm “precedência”, [mas na qual] há, contudo, uma relação dinâmica, forte e, às vezes, transformadora entre as práticas de pessoas reais e as estruturas da sociedade, da cultura e da história (ORTNER, 2007, p.50).

Sob a perspectiva de Ortner (2007) todos os indivíduos são agentes, mas isso não significa que são absolutamente livres para agir, pois se encontram imbricados nas relações sociais. Entretanto, a agência vai aparecer dentro dos próprios limites da estrutura, que por sua vez, conseqüentemente, será afetada pelas ações dos indivíduos, sejam elas intencionais ou não, sendo possível, desse modo, pensar tanto em reprodução quanto em mudança social a partir da ação individual.

Cabe ressaltar, que o indivíduo está imerso em relações de poder, de desigualdade e de competição, assim como em relações de solidariedade. Nesse sentido, ao transpor para o contexto de uma entidade do movimento estudantil universitário, como o CASS/UERJ, que se mobiliza em prol de temáticas mais amplas, a noção de agência articulada, ainda, à interseccionalidade, nos parece interessante para responder à seguinte hipótese: o acionamento de questões acerca dos direitos sexuais e reprodutivos e do respeito ao reconhecimento das identidades de gênero e sexualidades por essa entidade pode simbolizar uma forma de agência possível, como uma via para resistir e reverter determinados discursos e práticas, sobretudo em tempos de reemergência da direita no Brasil.

Tomamos, nesse sentido, a universidade como uma instituição social que exprime a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo. Além disso, a universidade também possui uma prática fundamentada no reconhecimento público que lhe confere autonomia perante outras instituições, sendo estruturada por ordenamentos, regras, normas e valores de legitimidade próprios. Poderíamos dizer que, como uma instituição social, a universidade se configura como um reflexo da sociedade e do Estado a qual ela está inserida, entretanto, exatamente por essa ser uma instituição reconhecida por sua autonomia intelectual, a universidade se relaciona com o todo da sociedade e do Estado de maneira conflituosa (CHAUI, 2003). O mesmo acontece com a autonomia das entidades e coletivos que surgem dentro da universidade. Se por um lado podemos dizer que se perpetua a reprodução das estruturas da sociedade dentro da universidade, por outro também entendemos que ela é responsável pela produção de diversas estruturas sociais que ela reproduz.

A emergência dessas novas atrizes e atores sociais acaba por fazer uma denúncia, política e epistemológica, do histórico de processos de apagamento dos grupos historicamente

sub-representados no ensino superior. Essa renovação reivindica um novo tipo de comprometimento social por parte das sujeitas envolvidas, seja no âmbito da produção de conhecimento, seja na produção de pautas mobilizadas pelos movimentos estudantis. Consideremos a narrativa de Luísa acerca do contexto político no Brasil após a morte de Marielle Franco em 2018:

[...] a morte da Marielle foi quase uma ferida muito aberta, fiquei muito abalada, mas ter onde canalizar esse ódio, ter onde colocar isso, que foram nas paralisações, nos debates, de entender que isso não tava separado do golpe institucional, da crise se aprofundando, da reforma trabalhista que se aprovava pra poder ser um peso maior na vida das mulheres mesmo, de ser um medo da burguesia que ela tem, e é por isso que assassinou uma vereadora negra que se levantava e falava, é a demonstração de um medo, mas também é um sinal, "fiquem calados, fiquem reclusos", e ao mesmo tempo ver que no Serviço Social a gente tem um espaço para não ficar calado, que a gente poderia sim ser parte de construir esse grito junto à classe trabalhadora me ajudou a ver que era possível, que tinha uma saída, que a gente não tá perdido." (Luísa, 22 anos, "em aberto", pessoa do gênero feminino *branca*)

Nessa narrativa apresentada, o manejo discursivo e performático das intensidades das interlocutoras de mostrar "que no Serviço Social a gente tem um espaço para não ficar calado", permite que algumas militantes positivem suas experiências e, a partir delas, tencionam práticas e discursos autoritários e conservadores. Elementos diacríticos são mobilizados com o objetivo de atribuir valor, sentido e positividade às trajetórias, às existências e à mobilização política. Se por um lado a morte da Marielle ainda causa(va) dor, por outro, esse sofrimento significou agir em nome da proteção e denúncia das violações sofridas por todos aqueles que se sentiam representados por ela. Essas experiências são potencializadas como uma construção direcionada à luta política e como um poder discursivo que, ao mesmo tempo que concede valor aos que o detém, demarca espaços de aproximação, classifica atores e atrizes e seus interesses em jogo, bem como potencializa a luta por reconhecimento, respeito e dignidade.

3.3 O encontro com as [minhas] companheiras e a transformação dessa experiência em linguagem de si

Essa dissertação trouxe elementos que mostram o quanto ainda é difícil para alguns grupos terem seus espaços legitimados. A própria linguagem constitui-se como um espaço de

disputa de poderes, isto é, cada discurso é socialmente valorado de acordo com o prestígio ou desprestígio daquele sujeito que o produz. Percebemos também o quanto as opressões de gênero, raça, classe, sexualidade, dentre outros marcadores sociais, se tornam aspectos centrais no processo de legitimação dos discursos. Por muito tempo, a fala representante do homem branco eurocêntrico foi autorizada, superprivilegiada e ocupou lugares centrais e hegemônicos na circulação dos saberes. Entretanto, hoje, podemos perceber que alguns sujeitos marginalizados têm conseguido construir estratégias de resistência ao silenciamento.

Buscamos nas seções anteriores apresentar as dimensões que perpassam a vida do sujeito que o impulsionam ao engajamento político, trazendo as narrativas das interlocutoras dessa pesquisa, mas também algumas autoras importantes para a construção do pensamento que foi exposto. Os eventos que ocorreram ao longo da vida, o processo de se permitir e explorar a si mesmo, o acesso aos espaços que não foram projetados para sujeitos que sempre estiveram à “margem”, enfim, alguns desses aspectos foram revisitados e interpretados. Porém, nessa seção eu reivindico também o meu lugar como sujeito que produz conhecimento a partir do próprio corpo atravessado por múltiplas estruturas de opressão. Penso que é dessa maneira que devo encerrar essa dissertação, pois foi através dessa revisitação às minhas memórias e do modo como deixei afetar-me pelas trajetórias de minhas companheiras que minhas elaborações teórico-reflexivas puderam ser produzidas aqui. Portanto, não se trata de uma mera narrativa que viria apenas na introdução, mas sim, constitui-se ainda como análise dos dados dessa pesquisa, através de uma abordagem decolonial e crítica ao modo de produzir conhecimento imposto pela ciência moderna.

Ao falar da entrada dos grupos historicamente sub-representados na educação superior, reivindico também a mim esse lugar. Entretanto, o que considero mais importante foi o encontro com os meus, que além da construção da identidade coletiva, me fez refletir sobre a nossa responsabilidade – com os que não entraram ou têm dificuldade de permanecer nesse espaço universitário – que justificaria o meu próprio engajamento político (LIMA, 2020). A noção de responsabilidade aqui exposta não se refere a uma representação da racionalidade liberal (BUTLER, 2018), mas sim, como propõe Lima (2020), no sentido de pertencimento coletivo de um grupo, que seriam os negros e pobres, que não acessam o espaço da universidade.

Se a linguagem e a capacidade de enunciação dos corpos negros foram fraturadas pelos processos escravistas e continuam sendo violentadas pelas atuais expressões do racismo

– bem como lembra Kilomba (2016), a partir da pintura do retrato da personagem Anastácia, obrigada a usar uma máscara cobrindo sua boca –, podemos dizer que, ao mesmo tempo, os pensamentos e ideias dos sujeitos escravizados, também sofreram silenciamento. É preciso lembrar que por um longo período a academia e a eugenia brasileira conviviam lado a lado: foi entre os professores das primeiras faculdades de medicina, os políticos e os sociólogos que ela cresceu (SOUZA, 2012).

Nesse sentido, ter a compreensão de que “a fala é baseada numa relação dialética de falar e ouvir, havendo uma espécie de negociação entre quem fala e quem escuta” , nos possibilita entender também como e o porquê de algumas pautas serem acionadas dentro da universidade, sobretudo por aqueles silenciados, como os homens negros, as mulheres negras e periféricas, população LGBTQIAP+, entre outros. Precisa ser dito e reivindicado porque por muito tempo isso não foi possível. Fala-se sobre os traumas, as violências, as dificuldades, as censuras que historicamente têm ‘calado a boca’ de mulheres como Anastácia.

Embora essa pesquisa não tenha sido realizada com mais interlocutoras negras, podemos aferir que as questões raciais que foram mencionadas aqui, foram as sujeitas tidas como pardas ou pretas, que as trouxeram em suas narrativas. Essa constatação nos permite refletir de como ainda nos é caro essa disputa de narrativas no espaço hegemônico, ainda que se trate de uma universidade pioneira nas cotas. Não negamos a importância das lideranças brancas, mas precisamos chamar atenção para o fato que o modo que nos constituímos impacta no que vivemos, isto é, nós levamos a nossa experiência para o lugar/instituição. Por isso, para essa pesquisa, foi importante traçarmos o percurso inverso da narrativa do sujeito, começando pelas pautas para interpretar sua trajetória. As questões que nos mobilizam politicamente precisam nos afetar de algum modo para nos colocarmos em movimento. Ajuda bastante o processo de reconhecer o outro como sujeito, promover espaço de escuta mútua, superar o “não-dito” e o apagamento de narrativas que contribuem para a manutenção de uma matriz heteronormativa, sexista e racista.

Nessa mesma direção, fui convidado a pensar também sobre esse meu lugar enquanto homem negro não alinhado à heteronormatividade ocupando o espaço de uma entidade estudantil universitária. A possibilidade de romper com os cerceamentos e silenciamentos por parte deste levante ideológico eurocêntrico que atravessa a sociedade, as relações sociais e grande parte do que ela produz, para me entender enquanto sujeito político. E, assim, poder falar sobre os meus, reivindicar minha identidade sexual e, desse modo, construir alianças

com outros grupos que transgridam aos binarismos, propondo formas mais plurais para a vivência da sexualidade e dos gêneros.

A minha entrada na UERJ em um momento que a incorporação dessas pautas ganhavam cada vez mais visibilidade, possibilitou essa escrita na condição de *outsider within*, como propõe Collins (2016), constituindo pensamentos que retratam perspectivas diversas da sociedade normativa hegemônica. Esse conceito é relevante para refletirmos o quanto, nesse caso, a mulher negra deve se apropriar dos espaços onde possa construir vínculos e pertencimento, desafiando o poder dominante que a marginaliza. Nascimento e Santos afirmam que,

Como, ao mesmo tempo, fazem parte das mesmas instituições que as oprimem, objetificam e desumanizam, as mulheres negras estão, simultaneamente, dentro e fora dos mecanismos de poder. Podem, assim, problematizar e ressignificar sua realidade, tal como é feito pela mulher negra diante do feminismo hegemônico, questionando abordagens universalizantes e monolíticas para a categoria mulher e fazendo com que o feminismo dominante evolua em suas lutas e perspectivas sociais (NASCIMENTO E SANTOS, 2018, p.10).

Ribeiro (2017) propõe que esse lugar, de *outsider within* de Collins, remete ao não lugar da mulher negra na sociedade e discute como nós podemos observar “o quanto esse não lugar pode ser doloroso e igualmente atentas também no que pode ser um lugar de potência” (p.46). Vejamos essa narrativa de Luísa:

Você sabe quando você se arrepia? O arrepio é um bagulho meio intenso, que ocorre por dentro. Cada vez que eu via a potencialidade daquelas mulheres na prática, o que eu via através dos debates, das votações, dos vídeos que a gente fazia, dos impactos que tinham na UERJ em conjunto, eu via a política concretamente [...] (Luísa, 22 anos, “em aberto”, pessoa do gênero feminino *branca*).

A pergunta que Luísa faz para construir a ideia proposta sobre a força da coletividade, não mais a partir de um pensamento hegemônico, nos mostra o modo como o próprio corpo dela responde ao potencial criativo e participativo das integrantes do CASS/UERJ de expor o engodo da suposta universalidade dos sujeitos privilegiados, a perversidade das relações desiguais de poder e, assim, poder virar esta sociedade caótica de ponta cabeça, a fim de transformá-la. Arrepiar-se, nesse sentido, se relaciona ao seu processo de afetação diante das pautas mobilizadas e do seu pertencimento ao grupo.

Sim, eu sei quando arrepia. E essa pesquisa buscou mostrar que esses arrepios não são só meus.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como as temáticas de gênero e sexualidade têm sido acionadas no contexto universitário pelo movimento estudantil? Essa foi a questão que buscamos seguir nesta dissertação. Ao longo de todo trabalho, através das entrevistas, do material da página do Facebook do CASS/UERJ e das minhas memórias, buscamos construir o contexto e o processo de acionamento dessas temáticas na universidade pelas integrantes dessa entidade representativa estudantil, particularmente entre 2018 e 2020. O nosso marco temporal datou-se de um momento que nos desafiou e confrontou, em face da densidade e complexidade que as disputas de gênero e sexualidade assumem no Brasil contemporâneo.

Acompanhamos a promissora agenda de raça, gênero e sexualidade, construída ao longo dos anos 2000, despertar repúdio e oposição em parte do eleitorado brasileiro e ganhar mais voz e voto a partir de 2010, sendo intensificada com a eleição de 2018. Porém, também vimos, ao mesmo tempo, movimentações serem refinadas e produzidas, por jovens estudantes, com o objetivo de expor as discriminações, formas de exclusão e não-reconhecimento das diferenças. Em especial jovens que sentiram o impacto direto das políticas redistributivas dos governos petistas e de políticas afirmativas como a implantação das cotas sociais e raciais nas instituições de ensino superior, tendo a chance de trazer para esse ambiente suas experiências e olhares, demandando novas pautas, temas e interesses para dentro da universidade – seja para a pesquisa acadêmica, seja para a vida política da instituição, da qual também participam de muitas maneiras.

Embora tenhamos críticas ao modo de “democratização” do ensino superior que ocorreu no Brasil, não temos dúvidas do impacto que teve para as pessoas negras, pobres, povos indígenas, dentre outras populações historicamente à margem. Com o acionamento dessas pautas de gênero e sexualidade – que se entrecruzaram a questões mais gerais, como o capitalismo –, ficou evidente que os novos sujeitos que acederam às universidades, devido às transformações sociais e políticas nos últimos anos, não estão dispostos a renunciar ao seu direito de existir sem ser discriminados. E para isso foi necessário trazer para o ambiente universitário, suas dores, afetos e experiências, marcadas por múltiplas opressões, como forma de construir uma direção à luta política e como um poder discursivo, que concedeu valor àqueles que por muito tempo foram invisibilizados pela academia ou eram vistos apenas

como objeto de pesquisa pelo “estrangeiro” – que muitas vezes reproduziu o projeto colonial de coisificação do sujeito.

Não podemos, entretanto, deixar de mencionar as que ainda continuam às margens, como a população trans e travestis, longamente afetadas pelos estigmas da expressão de gênero e que enfrentam, ainda hoje, diversos obstáculos para ingressar e permanecer em uma universidade pública. Vale mencionar que tentamos, para essa pesquisa, realizar uma entrevista com uma jovem travesti, para entender as percepções que a mesma tinha acerca dos acionamentos de temáticas, no contexto universitário, que lhe dissessem a respeito, porém, não conseguimos retorno. Me questiono: estaria eu ocupando o lugar de *estrangeiro* aqui mencionado? De todo modo, considero importante para futuras pesquisas sobre esse tema, trazer como essas sujeitas têm gestado suas movimentações nesse espaço.

Além disso, borrar essas fronteiras entre o “dentro” e “fora” da universidade foi preciso para chamar atenção que esse espaço também reproduz práticas naturalizadas de promoção de desigualdade e, portanto, devemos estar atentos para não corroborarmos com discursos, como os que não há muito tempo, foram responsáveis, por exemplo, pela legitimação do racismo na sociedade. Não é possível refletir sobre essa dicotomia entre o “dentro” e “fora” da universidade sem evocar a percepção de que gênero e sexualidade fazem parte dos processos de formação e de socialização que se dão no ambiente universitário, assim como são saberes que atravessam as ciências humanas e sociais. Essa falsa dicotomia resulta de um modo de ver a universidade como uma instituição distinta de outras instituições que integram a sociedade.

Assim, foi necessário identificar como as alianças e as tensões se constituíram nesse processo de acionamento de pautas de gênero e sexualidade, rompendo, de certo modo, com a histórica dificuldade dos movimentos estudantis de incorporarem essas temáticas. Do mesmo modo que foi preciso interpretar as estratégias e os limites que fizeram parte desse processo de produção de pautas, bem como a reflexão sobre os desdobramentos gerados a partir dessa relação mútua que é constituída entre a produção de pauta e do sujeito. Evidenciou-se, portanto, que essa entidade do movimento estudantil reatualizou, assim como outros agentes de movimentos sociais contemporâneos, suas práticas e modos de organização, sob influência dos fatores internos e externos que atravessam o cotidiano universitário.

Essa pesquisa também apontou que embora determinadas pautas tenham sido acionadas no contexto universitário, bem como a percepção de que este ambiente se tornou mais plural e diverso com a mudança no perfil dos alunos, nem todo o corpo acadêmico e nem o espaço em si estavam preparados para lidar com as demandas colocadas. Como parte e consequência dessa reação, ocorreu um contínuo processo de negociação com diversos setores da universidade, institucionalizados ou não, mas que não deixam de acontecer sem tensionamentos. Nesse sentido, foi preciso considerar que o acionamento das temáticas de gênero e sexualidade demandou uma construção coletiva de espaços de diálogo, de atuação e de politização do debate, pensando no indivíduo como agente da prática de reprodução de potencialidades.

Por fim, reiteramos que essa dissertação é, acima de tudo, sobre pessoas e sobre suas experiências, em especial os estudantes, que possuem força política para reivindicar seus espaços e seus direitos, seja dentro da universidade ou fora dela. As pautas evocadas são construídas a partir de histórias, emoções e ações dos sujeitos que levam sua experiência para o lugar/instituição. Não iremos tolerar ambientes excludentes, que reproduzem preconceitos ou que apagam nossas narrativas. Foi um longo percurso, permeado de violações e sofrimento, mas agora reivindicamos um lugar que considera corpo, localização, trajetória e cultura, tanto em sua singularidade quanto em sua universalidade, como legítimos meios de elaborar nossas pautas políticas e também o conhecimento.

Nossas trajetórias nos conectaram, nos ensinaram, nos permitiram trocar entre os nossos pares e ímpares. E essa dissertação representa a luta cotidiana de milhares de estudantes que resistem a diversas formas de opressão e desigualdades.

Olhar para isso dá inclusive um orgulho não só pessoal, mas um orgulho coletivo que a gente [atuou] em diversas direções, com minas muito fudas, uma galera com uma questão de que "não, a gente vai dar essas batalhas, porque isso é fundamental" e dentro dessas batalhas está a discussão de gênero, de raça, em torno das questões LGBT... e isso é um bagulho que particularmente eu falo sempre com muito orgulho: eu fiz parte do CASS por muitos anos, com uma galera muito foda e a gente deu muitas batalhas. – Isa.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ronaldo de. A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo. **Cadernos Pagu**, Campinas, nº 50, 2017.
- ALVAREZ, S. E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, n. 43, p. 13–56, dez. 2014.
- AMARAL, J. G. Coletivos Universitários de Diversidade Sexual e a crítica à institucionalização da militância LGBT. **Século XXI – Revista de Ciências Sociais**, v. 4, n. 2, p. 133–179, 31 dez. 2014.
- APOLINÁRIO ET AL. As representações do movimento de Stonewall nos Estados Unidos (1969). **Epígrafe**, v. 7, n. 7, p. 97–108, 2019.
- BAGAGLI, B. P. **Discursos transfeministas e feministas radicais: disputas pela significação da mulher no feminismo**. Dissertação (mestrado)—Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2019.
- BORGES, L. **Nas periferias do gênero: Uma mirada negra e feminista sobre a experiência de mulheres negras jovens participantes no Hip Hop e no Funk**. Dissertação de Mestrado—Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.
- BOUTIN, A. C. B. D.; FLACH, S. DE F. Movimento estudantil brasileiro: da formação às estratégias de luta na atualidade. **Educação em Perspectiva**, v. 8, n. 2, p. 215–231, 24 set. 2017.
- BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, n. 26, p. 329–376, jun. 2006.
- BRASIL. **Censo da Educação Superior 2018 - Divulgação dos Resultados**. , 2018. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2019/apresentacao_censo_superior2018.pdf>
- BIROLI, F.; MACHADO, M. D. C.; VAGGIONE, J. M. **Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- BRINGEL, B. O futuro anterior: continuidades e rupturas nos movimentos estudantis do Brasil. **EccoS Revista Científica**, v. 11, n. 1, p. 26, 2009.
- BULGARELLI, L. Das políticas de gênero e sexualidade às políticas antigênero e antissexualidade no Brasil. Em: FACCHINI, R.; FRANÇA, I. L. (Eds.). **Direitos em disputa: LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo**. Campinas, São Paulo: Unicamp, 2020.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 11 ed. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- _____. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo**. In. LOURO, Guacira Lopes.

O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p.151-198.

_____. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia.** Tradução de Fernanda Siqueira Miguens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARDOSO, C. P. **Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras.** Tese (doutorado)—Salvador, BA.: Universidade Federal da Bahia, 2012.

CARDOSO, R. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. Em: SORJ, B., AND ALMEIDA, MHT. ORGS. (Ed.). **Sociedade política no Brasil pós-64 [online]**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 313–350.

CARRARA, S. Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo. **Mana**, v. 21, n. 2, p. 323–345, ago. 2015.

CARRARA, S.; SAGGESE, G. Masculinidades, violência e homofobia. Em: GOMES, R. (Ed.). **Saúde do homem em debate [online]**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011.

CARVALHO, J. J. DE. O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro. **Revista USP**, v. 0, n. 68, p. 88–103, 1 fev. 2006.

CARVALHO, M. P. DE. Interseccionalidade: um exercício teórico a partir de uma pesquisa empírica. **Cadernos de Pesquisa**, v. 50, n. 176, p. 360–374, jun. 2020.

CAVALCANTE, D. N. S. et al. **Semana do bixo do CAET: um caso de sucesso no combate à evasão de calouros no curso de Engenharia de Telecomunicações do IFCE.** . Anais apresentado em Congresso Brasileiro de Educação em Engenharia. Juiz de Fora, 2014. CENTRO ACADÊMICO DE SERVIÇO SOCIAL - UERJ. **DENÚNCIA.**, 2018. Disponível em: <<https://www.facebook.com/UERJCASS/posts/255751571688824>>

CHAUÍ, M. A universidade pública sob uma nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, 2003.

CISLAGHI, J. F. O Plano Nacional de Assistência Estudantil e o Reuni: ampliação de vagas versus garantia de permanência. v. 14, n. 31, p. 24, 2012.

CORRÊA, S. A “política do gênero”: um comentário genealógico. **Cadernos Pagu**, v. 53, 2018.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro:** conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Boitempo Editorial, 2019.

COSTA, M. F. O. et al. O Papel do Centro Acadêmico na Formação Cidadã do Universitário: um estudo de caso dos usuários do CABIRG/UFC. **Revista Folha de Rostó**, v. 3, n. 1, p. 5–15, 2017.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171–188, jan. 2002.

DEMIER, F.; HOEVELER, R. (orgs.). **A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

DOIMO, A. M. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ANPOCS, 1995.

EMMERICK, J. **Corpo e Poder: Um Olhar Sobre o Aborto à Luz dos Direitos Humanos e da Democracia**. Dissertação (mestrado)—Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Direito, 2007.

FACCHINI, R.; CARMO, Í. N. DO; LIMA, S. P. Movimentos Feminista, Negro E Lgbti No Brasil: Sujeitos, Teias E Enquadramentos. **Educação & Sociedade**, v. 41, p. e230408, 2020.

FACCHINI, R.; DANILIAUSKAS, M.; PILON, A. C. Políticas sexuais e produção de conhecimento no Brasil: situando estudos sobre sexualidade e suas conexões. **Revista de Ciências Sociais**, v. 44, n. 1, p. 161–193, 2013.

FACCHINI, R.; FRANÇA, I. L. (EDS.). Apresentação. Em: **Direitos em disputa: LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo**. Campinas, São Paulo: Unicamp, 2020.

FALCÃO, T. H. DE O. **Memes, textões e problematizações: sociabilidade e política a partir de uma comunidade de LGBT universitários no Facebook**. Mestrado em Antropologia Social—Instituto de Filosofia e Ciências Humanas: Universidade Estadual de Campinas, 2017.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, M. Crise da medicina ou crise da antimedicina. **Revista Verve**, v. 18, p. 167–194, 2010.

FREIRE, P. **O Movimento estudantil revisitado: uma análise da prática social, da ideologia e da hegemonia no gênero entrevista**. Dissertação de Mestrado—São João Del Rei: Universidade Federal de São João del Rei, 2010.

GALINDO, D.; LEMOS, F. C. S.; RODRIGUES, R. V. Do Poder Psiquiátrico: uma Analítica das Práticas de Farmacologização da Vida. p. 16, 2014.

GROPPO, L. A. et al. Coletivos juvenis políticos em uma universidade pública mineira: microespaço público e experiências de participação no movimento estudantil. **Praxis Educativa**, v. 14, n. 3, p. 1027–1048, 2019.

GUARINIERI, F. V.; MELO-SILVA, L. L. Cotas Universitárias no Brasil: Análise de uma década de produção científica. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 21, n. 2, p. 183–193, 2017.

GUIMARÃES, J. S.; LIMA, I. M. S. O. Participação juvenil e promoção da saúde: estratégia de desenvolvimento humano. **Journal of Human Growth and Development**, v. 21, n. 3, p. 859, 1 dez. 2011.

HARAWAY, D. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**, n. 22, p. 201–246, jun. 2004.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, v. 0, n. 5, p. 7–41, 1 jan. 2009.

HORA, D. M. Medicalização. Em: **Glossário do Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR)**. Faculdade de Educação da Unicamp: [s.n.].

IAMAMOTO, M. V.; 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. **Serviço Social & Sociedade**, n. 128, p. 13–38, abr. 2017.

JUNQUEIRA, R. D. Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 1, n. 1, 2012.

_____. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Psicologia Política**, v. 18, n. 43, p. 449–502, 2018.

LEITE, V. **Sexualidade adolescente como direito? A visão de formuladores de políticas públicas**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

_____. “Em defesa das crianças e da família”: Refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos “conservadores” em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade. n. 32, p. 119–142, 2019.

LIMA, S. P. **As bi, as gay, as trava, as sapatão tão tudo organizada pra fazer revolução! Uma análise sócio-anropológica do Encontro Nacional Universitário da Diversidade Sexual (ENUDES)**. Mestrado em saúde coletiva—Instituto de Medicina Social, Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2016.

_____. **“A gente não é só negro!” : interseccionalidade, experiência e afetos na ação política de negros universitários**. Campinas, São Paulo: [s.n.].

MAHMOOD, S. Teoria feminista, agência e sujeito liberatório: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egito. **Etnografica**, n. vol. 23 (1), p. 135–175, 1 fev. 2019.

MARIN, V. et al. **A influência das atividades realizadas por um centro acadêmico em uma formação completa em engenharia**. . Anais apresentado em Congresso Brasileiro de Educação em Engenharia. Blumenau, 2011.

MELUCCI, A. **Challenging codes: collective action in the information age**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MENDONÇA, E. D. S.; ARANHA, M. L. M. Política de cotas raciais: instrumento de promoção de equidade e justiça social. **Revista Em Pauta**, v. 18, n. 45, 6 jan. 2020.

MESQUITA, M. R. Movimento estudantil brasileiro: Práticas militantes na ótica dos Novos Movimentos Sociais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 66, p. 117–149, 1 out. 2003.

MIGUEL, L. F. A reemergência da direita brasileira. Em: [Orgs.] GALLEGO, E. S. **O ódio como política** / a reinvenção das direitas no Brasil. Editora Boitempo, 2018.

MIELI, M. **Elementi di critica omosessuale**. A cura di G.R. Barilli e P. Mieli (orgs.). (2.^a ed.). Feltrinelli. Milano, 2002.

MISKOLCI, R. Pânicos morais e controle social - reflexões sobre o casamento gay. **Cadernos Pagu**, n. 28, p. 101–128, 2007.

NASCIMENTO, L. S.; DOS SANTOS, M. A Linguagem da mulher negra: vozes que transcendem o silenciamento. **Revista Água Viva**, v. 3, n. 3, 31 dez. 2018.

NOGUEIRA, C. **Interseccionalidade e Psicologia Feminista**. Salvador, BA.: Editora Devires, 2017.

ORTNER, S. B. Conferências de Sherry B. Ortner. Em: [Orgs. Grossi et al] **Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas : 25a Reunião Brasileira de Antropologia Goiânia 2006**. Blumenau, Brazil; Brasília: Nova Letra, Gráfica & Editora ; ABA, Associação Brasileira de Antropologia, 2007.

PASSOS, J. C. DOS. Relações raciais, cultura acadêmica e tensionamentos após ações afirmativas. **Educação em Revista**, v. 31, n. 2, p. 155–182, 2015.

PAZ, D.; AMAZONAS, M. C. L. DE A.; MEDRATO, B. Revisão da Literatura Sobre Homofobia: Escolhas, Argumentos e Exercício Reflexivo em Pesquisa. **Psicologia: Ciência e Profissão [online]**, v. 40, 2020.

PEREIRA, M. A. Internet e mobilização política – os movimentos sociais na era digital. Trabalho apresentado no **IV Encontro da Associação dos Pesquisadores Brasileiros em Comunicação e Política (Compólitica)**, realizada no Rio de Janeiro, de 13 a 15 de abril de 2011, p.1-26.

PRONER, C. et al. (org.). **A resistência internacional ao golpe de 2016**. Bauru: Canal 6, 2016.

REIS, N. Movimento estudantil: identidades sexuais e de gênero em trânsito. **Mosaico**, v. 7, n. 11, p. 106, 17 nov. 2016.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento. 112 p. (Feminismos Plurais). 2017.

RIOS, F.; MACIEL, R. Feminismo negro brasileiro em três tempos: Mulheres negras, negras jovens feministas e feministas interseccionais. **Labrys, estudos feministas**, v. 1, p. 120–140, 2018.

RIOS, F.; PEREZ, O. C. Interseccionalidade e diversidade nas universidades brasileiras: mudanças da última década. Em: FACCHINI, R.; FRANÇA, I. L. (Eds.). **Direitos em disputa: LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo**. Campinas, São Paulo: Unicamp, 2020.

RUBIN, G. Pensando o Sexo: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade. p. 54, 1984.

SALES, A. L. L. de F., FONTES, F. F., & YASUI, S.. Why they still fight like this? Archeological notes about “militantes” and their subjectivities. In Pracana, C. & Wang, M. (Eds.), **Psychological Applications and Trends** (pp. 190–194). Lisboa: InScience Press, 2018.

SARMENTO, R.; REIS, S.; MENDONÇA, R. F. As Jornadas de Junho no Brasil e a questão de gênero: as idas e vindas das lutas por justiça. **Revista Brasileira de Ciência Política [online]**, n. 22, 2017.

SAWICKI, F., & SIMEANT, J. Inventário da sociologia do engajamento militante: Nota crítica sobre algumas tendências recentes dos trabalhos franceses. **Sociologias**, 13(28), 200-255, 2011.

SIMÕES, J. A. Prefácio. Em: FACCHINI, R.; FRANÇA, I. L. (Eds.). **Direitos em disputa: LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo**. Campinas, São Paulo: Unicamp, 2020.

SOARES, M. A. Considerações a respeito da “nova política” brasileira na “frente ampla” bolsonarista de 2018. **Revistas Faces de Clio**, vol. 8, n. 15, p. 76-91, 2022.

SOUZA, A. C. S. Sistema de cotas na UERJ: uma abordagem sobre a demanda de inscritos. **Revista Eletrônica do Vestibular da UERJ**, v. 32, 2019.

SOUZA, V. S. As ideias eugênicas no Brasil: ciência, raça e projeto nacional entre-guerras. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, jan/jun. v. 6, n. 11, 2012.

TAVARES, M. A. Marx, marxismos e Serviço Social. **R. Katál.**, v. 16, n. 1, p. 9–11, jun. 2013.

WERNECK, J. Racismo institucional e saúde da população negra. **Revista Saúde e Sociedade**, v. 25, n. 3, 2016.

WHITE, M. J. Counternormative behavior as influenced by deindividuating conditions and reference group salience. **The Journal of Social Psychology**, 103, 75-90, 1977.

TEIXEIRA, R.P.; OTTA, E. Grafitos de banheiro: um estudo de diferenças de gênero. **Estudos de Psicologia**, 3(2), 229-250, 1998.

TURINI, Y; CORREA, N. As influências do antipetismo no jogo político atual: o atravessamento do fenômeno nas eleições de 2018. *Revista Habitus: Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ*, Rio de Janeiro, v. 18, n.1, jan/dez. 2020. Anual. Disponível em: <revistas.ufrj.br/index.php/habitus>

ANEXO A – Roteiro de entrevistas

Abaixo se trata de tópicos que nortearam as perguntas para alcançar o objetivo da entrevista.

- A percepção acerca das temáticas de gênero e sexualidade no contexto universitário.
- As estratégias que foram percebidas ou acionadas no contexto universitário, diante o aumento do conservadorismo moral, onde as temáticas de gênero e sexualidade foram fortemente atacadas por setores conservadores.
- O significado da trajetória pessoal em relação a participação política, dentro da universidade, especificamente no que se refere às pautas relacionadas a gênero e sexualidade.

QUADRO 2 – Perfil do/as entrevistado/as.

NOME	IDADE	ORIENTAÇÃO SEXUAL*	GÊNERO*	COR/RAÇA*	TERRITÓRIO	OCUPAÇÃO
Demar	33	Bissexual	Homem	Branco	Duque de Caxias	Assistente Social
Cacau	33	Bissexual	Mulher	Parda	Rio de Janeiro	Professora da Rede Pública Estadual
Isa	26	Bissexual	Mulher	Negra	Rio de Janeiro	Residente / Assistente Social
Nat	26	Pansexual	Não binária	Branca	Rio de Janeiro	Residente / Assistente Social
Luísa	22	“em aberto”	Feminino	Branca	Rio de Janeiro	Estudante de Serviço Social

* Adotou-se o critério de autodeclaração.